



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**



PDTU-PLADES

CHARLES BENEDITO GEMAQUE SOUZA

Desenvolvimento Local e Gestão Participativa:
Concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce. (Belém-PA)

Belém-Pará
2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO/PDTU
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO-
PLADES**

CHARLES BENEDITO GEMAQUE SOUZA

Desenvolvimento Local e Gestão Participativa:

Concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce. Belém-PA

Dissertação de Mestrado como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Planejamento e
Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Saint Clair Cordeiro da
Trindade Junior

BELÉM-PARÁ
2006

Souza, Charles Benedito Gemaque

Desenvolvimento Local e Gestão Participativa: concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce (Belém – PA) / Charles Benedito Gemaque Souza, orientador, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.— 2006.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PDTU, Belém, 2006.

1.Políticas públicas –Ocupações urbanas – Belém (PA).2. Desenvolvimento local-Planejamento urbano – Belém (PA).I. Título.

CDD 21.ed. 307.336098115

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PLADES

Desenvolvimento Local e Gestão Participativa:
Concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce. Belém-PA

Charles Benedito Gemaque Souza

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior
CFCH/UFPA, Orientador

Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
NAEA/UFPA, Examinador interno

Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
NAEA/UFPA, Examinadora interna

Defesa: Belém, PA, 23 de junho de 2006.

DEDICATÓRIA

**Ao meu pai, Américo
Gemaque, à minha tia, Fátima
Gemaque e a minha futura
esposa, Sheila Teixeira.**

AGRADECIMENTOS

À Deus e à Nossa Senhora do Perpetuo Socorro

Ao Professor Saint Clair pela amizade e compreensão, agradeço pelo estímulo à discussão da Geografia Urbana e do “direito à cidade”, e, finalmente, pelos ensinamentos e críticas fundamentais durante todo o processo de produção desse trabalho.

Aos Professores Maurílio Monteiro e Rosa Acevedo pelas contribuições teóricas importantes apresentadas na banca de qualificação do trabalho e ao longo do curso de especialização e de mestrado.

Aos amigos José Antônio e Patrícia Feitosa pelo companheirismo e pela colaboração direta ou indireta com a pesquisa.

Aos moradores do Riacho Doce pela paciência e colaboração durante as inúmeras entrevistas realizadas na área de intervenção do projeto.

Aos técnicos do Plano de Desenvolvimento Local, especialmente à Elis Miranda, Rodrigo e Cleonice, pela cordialidade e pela disponibilidade para a realização das entrevistas.

Ao Professor Romano pela digitalização do abstract e do mapa de localização do Riacho Doce.

À Professora Goretti Tavares por ter cedido as fotografias do Riacho Doce.

Aos funcionários do NAEA, em especial à Dona Graça, pela ajuda.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal.

À todos, professores e colegas de PLADES que de alguma forma contribuíram para materialização deste trabalho.

EPÍGRAFE

“A cidade é a obra a ser associada mais com a obra de arte do que o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história, isto é de pessoas, e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (LEFEBVRE, 1991, p.46)

RESUMO

Este trabalho analisa a concepção do Plano de Desenvolvimento Local na ocupação urbana do Riacho Doce a partir da percepção da equipe técnica e das vivências dos moradores atingidos. Deste modo, revela a concepção e as práticas materializadas, em especial o projeto de gestão participativa, revelando, deste modo, como as propostas inovadoras ostentadas no documento final foram implementadas na área de intervenção, durante o período de 2001 a 2004. Trata-se, enfim, de uma tentativa concreta de retomar a dialética espacial, contudo sem os dogmatismos e as opressões que caracterizaram outras interpretações marxistas. Neste sentido, a atualidade da teoria do espaço social em relação à realidade do contexto urbano amazônico e, designadamente, com as contradições sócio-espaciais presentes no cotidiano de Belém reforça o exercício de reconhecimento da validade do pensamento dialético para apreensão da complexidade das cidades assim como para propor novas possibilidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Ocupação Urbana; Gestão Participativa; Espaço Social.

RESUMÉ

Cet étude prétend analyser la conception du Plan de Développement Local dans l'occupation urbaine du Riacho Doce dans la perception de l'équipe de travail et la vie des habitants. Ainsi, révèle la conception et l'exécution du projet, spécialement la gestion participative, qui montre comme les propositions de changement apporté dans le document final sont effectués sur le local, pendant le période de 2001-2004. Cherche, aussi, reprendre la dialectique de l'espace, toutefois sans la dogmatiser comme on a fait avec autres interprétation de Marx. Donc, la actualité de la théorie de l'espace social avec la réalité urbaine de l'Amazonie, spécialement, avec la existante en Belém permet augmenter que cet théorie est convenable pour révèle la complexité des villes et comme cela peut proposer nouvelles possibilités.

Mots-clefs : Développement Local ; Occupation Urbaine ; Gestion Participative ; Espace Social

ABSTRACT

In this work we analyze the realisation of a Project of Place Development in the occupation urban of the Riacho Doce through the space lived by opposition the space conceive, that is, to reveal the conception e the experience making, specially, the participation manegement, that showing the new standard of urban politics introduce in document final is inplant in area the intervention, during the period 2001-2004. It deals with a concrete attempt in returning to the Marx dialectic, but without the dogmatism an the characteristic oppressions concerning other mateiralist interpretations. However, the present time of this is the reflection inherent to the amazon urbanian space and assignment with sociospatial presented in Belém day-to-day allows exercise of the validity acknowledgment of such thought along with apprehension of the city complexity, as well as suggesting new planning and mamagement possibilities.

KEY WORDS: Place development; ccupation urban; the participation manegement; social space

SIGLAS E ABREVIATURAS

- BID-** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CCP-** Conselho de Controle Popular
- CEF-** Caixa Econômica Federal
- CODEM-** Companhia de Desenvolvimento da área Metropolitana de Belém
- DLIS-** Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- DNOS-** Departamento Nacional de Obras e Saneamento
- FBP-** Frente Brasil Popular
- FIPAM-** Formação de Especialistas em Desenvolvimento em Áreas Amazônicas.
- FMRU-** Fórum Metropolitano de Reforma Urbana
- FUNPAPA-** Fundação Papa João XXIII
- FUNVERDE-** Fundação dos Parques e Áreas Verdes de Belém
- HBB-** Programa Habitar Brasil Bid
- IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPTU-** Imposto Predial e Territorial Urbano
- MNRU-** Movimento Nacional de Reforma Urbana
- MUTUAT-** Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba
- NAEA-** Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- OP-** Orçamento Participativo
- PAI-** Plano de Ação Imediata
- PC do B-** Partido Comunista do Brasil
- PDGB-** Plano de Desenvolvimento da Grande Belém
- PDL –** Plano de Desenvolvimento Local
- PDU-** Plano Diretor Urbano
- PGU-** Programa de Gestão de Rios Urbanos
- PLADES-** Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento
- PMB-** Prefeitura Municipal de Belém
- PPS-** Partido Popular Socialista
- PROINT-** Programa Integrado de Apoio ao Ensino de Pesquisa e Extensão
- PRB-** Programa de Recuperação de Baixadas de Belém
- PRBU-** Programa de Recuperação da Baixada do Uma

PRBUT- Projeto de Recuperação e Urbanização da Bacia do Tucunduba

PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido dos Trabalhadores Brasileiros

SEGEP- Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão

SESAN-Secretaria Municipal de Saneamento

SESMA- Secretaria Municipal de Saúde

TPC- Trabalho de Participação Comunitária

UFPA- Universidade Federal do Pará

ZEIS- Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

- 01-Localização da área no município de Belém: 28
- 02-Área de influência do PDL Riacho Doce e Pantanal: 42
- 03-Setorização do projeto urbanístico:75
- 04-Bacia hidrográfica do Tucunduba: 79

FIGURAS

- 01- Projeção da equipe técnica (2001-2004): 96
- 02- Subdivisão espacial no Riacho Doce: 99
- 03- Concepção das moradias: 100
- 04- Projeção da orla do Riacho Doce: 103
- 05- Sistema viário do Riacho Doce ainda com os nomes dados pelos moradores: 105
- 06- Distribuição em quadras feita pela PMB: 106
- 07- O espaço concebido para o Riacho Doce:110

FOTOS

- 01- Vista aérea do Riacho Doce: 31
- 02- Orla do Riacho Doce: 31
- 03- Desembarque de mercadorias no Riacho Doce: 33
- 04- Atividades no igarapé do Tucunduba: 33
- 05- Moradias no Riacho Doce: 35
- 06- Vendas na Rua da Olaria: 35
- 07- Moradora do Riacho Doce: 37
- 08- Panorama geral do Riacho Doce: 37
- 09- Conjunto de matapis: 39
- 10- Menino as margens do igarapé: 39
- 11- Desembarque em frente da base física: 82
- 12- Circulação de pessoas na rua da Olaria: 82
- 13- Maquete residencial para o Riacho Doce: 84
- 14- Ciclo de debates: 84
- 15- Área atingida pelo incêndio: 89
- 16- Alojamentos provisórios do Riacho Doce: 89
- 17- A verticalização no Riacho Doce: 91
- 18- Base física do PDL: 91
- 19- Parte leste do Riacho Doce: 94
- 20- Parte oeste do Riacho Doce: 94
- 21- Casa a venda no Riacho Doce: 100
- 22- A atual orla do igarapé: 103
- 23- Imagem aérea do Riacho Doce: 110

SUMÁRIO

<i>Dedicatória</i>	<i>V</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>VI</i>
<i>Epígrafe</i>	<i>VII</i>
RESUMO	VIII
RESUMÉ	IX
ABSTRACT	X
<i>Siglas e abreviaturas</i>	<i>XI</i>
<i>Lista de ilustrações</i>	<i>XIII</i>
1 Introdução	1
2 O Riacho Doce como espaço socialmente produzido	6
2.1 O espaço socialmente produzido e suas dimensões	7
2.2 O Riacho Doce: a produção de um espaço socialmente excluído.....	16
2.3 Vivências e experiências cotidianas e suas espacialidades no Riacho Doce	30
3 O Plano de Desenvolvimento Local do Riacho Doce: a dimensão do concebido face à uma nova proposta de planejamento e gestão.	41
3.1 Pressupostos e premissas de planejamento e de gestão para o Riacho Doce.....	43
3.2 O plano como materialização de uma proposta de desenvolvimento urbano	55
3.3 Elementos e instrumentos da gestão participativa	65
4 Da representação do espaço ao espaço das representações: o espaço vivido do Riacho Doce e sua inserção nas formas de planejamento e gestão.	73
4.1 Um cotejo entre o concebido e o vivido	74
4.2 Avanços e limites de desenvolvimento local e de gestão democrática e participativa	97
4.3 Possibilidades de aprendizado a partir de uma experiência concreta	111
Considerações Finais	116
Referências Bibliográficas	119

1 INTRODUÇÃO

Em 1996 foi eleito Edmilson Rodrigues para administrar a cidade de Belém, naquele momento era colocado o desafio de modificar o paradigma modernista de desenvolvimento urbano, essencialmente economicista, e de inspiração externa, por articulações políticas vinculadas aos conflitos de interesses próprios da cidade.

Neste contexto, a Frente Brasil Popular (FBP) busca romper com o modelo de planejamento “tecnocrata” das administrações anteriores. Para tanto, o programa de governo da FBP tenta associar a idéia de construção de uma nova matriz de desenvolvimento e de uma (re) orientação dos arranjos institucionais existentes com intuito de aumentar o compromisso com a identidade política e sócio-cultural endógena.

Desta forma, a noção de desenvolvimento converge para a escala local. No entanto, o termo local não se remete, apenas, a uma determinada circunscrição espacial, ou realidade sócio-cultural reconhecida, trata-se de um conceito que faz referência à pluralidade e à competitividade atual, logo as decisões do poder público convergem para uma perspectiva de descentralização nas orientações do poder público.

O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) executado na ocupação urbana do Riacho Doce e do Pantanal (2001-2004) surge por conta desse novo panorama político. A administração municipal de Belém assumiu, então, o desafio de produzir uma política de desenvolvimento alternativa e direcionada para os assentamentos humanos excluídos da cidade.

A experiência do Riacho Doce¹ propõe, como diretriz principal, abandonar a postura de distanciamento da intervenção pública em relação aos moradores atingidos, isto é, o PDL não trabalhava apenas com as obras físicas, mas implementava projetos sócio-ambientais, na tentativa de criar um contexto que mobilize os atores sociais envolvidos.

Destarte, o PDL do Riacho Doce é pautado nos princípios do ideário da Reforma Urbana: inversão de prioridades; função social da cidade e gestão democrática. Entretanto, acrescenta-se ao ideário reformista, propostas como a de sustentabilidade ambiental, institucional e cultural, nomeadamente, assume o compromisso de respeitar as representações simbólicas dos moradores locais.

¹ O nome Riacho Doce veio de um seriado de televisão exibido na época da ocupação inicial

Em cima disto, a presente dissertação, denominada “Desenvolvimento Local e Gestão Participativa: concepções e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce (Belém-PA)”, traz como objeto de estudo as políticas urbanas alternativas direcionadas para as ocupações humanas excluídas.

Em termos gerais, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de (re) produção social do espaço na ocupação urbana do Riacho Doce², a partir da implementação do PDL, tendo em vista a proposta assumida no documento final de sustentabilidade, de participação e de incorporação das representações sócio-espaciais presentes no local.

Em hipótese, o PDL do Riacho Doce abre uma possibilidade real de construção de forças políticas e sociais necessárias para uma outra matriz de desenvolvimento urbano dentro da perspectiva reformista, a partir de mecanismos efetivos de participação dos moradores atingidos, em todas as etapas do processo.

De outro lado, a emergência da idéia de desenvolvimento local traz para o cenário um entrelaçamento de concepções que têm o espaço como referência. Tal discussão configura-se na chamada política de escala, opondo o global ao local (ACSERALD, 2002). Neste ponto, a discussão é revelar em que proporção o local revela uma identidade própria e coesa em um contexto múltiplo e contraditório como o do Riacho Doce.

Nesta expectativa, o PDL adota a possibilidade de potencializar as expressões locais de um desenvolvimento que encontra a sua lógica em escalas variadas. Esta pluralidade privilegia a análise prévia dos processos de produção social do espaço que individualiza cada localidade. Logo, enquanto articulação indissociável e dialética, o local-global revela a necessidade de se repensar o espaço urbano.

Outro ponto refere-se à progressiva redefinição institucional do conceito de desenvolvimento urbano. De acordo com Souza (2002) o termo desenvolvimento não é unívoco, e muito menos se esgota na idéia de crescimento econômico ou de modernização tecnológica. Trata-se de um movimento constante e infinito em direção a uma sociedade mais justa e aceitável para todos os seus membros.

Chama atenção na experiência do Riacho Doce a constituição de um novo arranjo institucional local, que atinge a concepção de desenvolvimento urbano. A denominada gestão participativa insere-se na predisposição de criar mecanismos justos de negociação

² Na realidade o PDL também atua no Pantanal (Riacho Doce II), contudo diante da proposta aqui apresentada trabalha-se especificamente com a ocupação do Riacho Doce.

entre os conflitos de interesses existentes. Portanto, a justiça social assume uma outra perspectiva a partir da incorporação da dimensão espacial, sobretudo na finalidade de respeitar as representações sociais dos moradores locais.

Neste aspecto, é importante atentar para as possibilidades teóricas e empíricas dessa experiência do Riacho Doce, onde existe uma diferenciação espacial ainda bem manifesto. As especificidades e as diversas rerepresentações alocadas no espaço dão ao pesquisador a oportunidade de trabalhar com uma forma metropolitana que ainda não é tão consolidada, permitindo que as porosidades³ locais tenham uma potencialidade política e teórica maior.

Trata-se de uma oportunidade empírica de retomar à dialética, contudo, sem os dogmatismos e as opressões que traduziam outras interpretações teóricas. A contemporaneidade da análise da produção do espaço (LEFEBVRE, 1974) em relação à realidade da urbanização amazônica, especialmente as contradições presentes em sua forma metropolitana, avaliza um exercício de legitimidade do pensamento dialético para apreensão da complexidade existente, assim como propor, novas possibilidades,

Porém, a dificuldade de apreensão da problemática urbana tem contribuído para o descompasso entre o real e os instrumentos de investigação. Durhan (1986) afirma que os estudos urbanos no Brasil são constantemente limitados pelo fato de herdar uma lógica (formal) estruturalista que sacrifica o método de pesquisa e desvirtua a teoria. Significa dizer que se faz necessário uma revisão através de uma outra metodologia que indique como e por que a produção social do espaço urbano culminaram em determinados processos de transformação, de exclusão e de resistência na cidade.

O caminho aqui expresso aponta o espaço urbano como condição, produto e meio das ações dos sujeitos. Neste ponto, a reflexão sobre a cidade é uma análise das dimensões sócio-espaciais, que dizem respeito aos usos e conteúdos que se realizam na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação (CARLOS, 2004). Logo, a cidade é uma construção histórica de uma determinada sociedade que contém o passado, ao mesmo tempo em que pode revelar o futuro através das conjecturas do presente.

Trata-se de expressar categorias e conceitos que revelem uma materialidade tão complexa e móvel como a das cidades amazônicas. Para Santos (1999), é preciso sobrepor o processo em relação à estrutura, à forma e à função, partindo das condições universais para as condições contextuais, individuais e das práxis humanas.

³ Entendido como espaços que mantêm uma resistência em relação à homogeneização espacial voltado para o mercado capitalista.

Deste modo, entre as várias vertentes possíveis de abordagens, existe uma clarividência entre a teoria do espaço social com as práticas cotidianas no Riacho Doce. Trata-se de um movimento real, contínuo e complexo onde as ações que distanciam também aproximam (LEFEBVRE, 1974). Logo, essa pesquisa dividiu-se em dois focos: a análise da implementação do PDL e a averiguação de usos e dos conteúdos presentes na ocupação urbana do Riacho Doce.

Nestes termos, a abordagem metodológica desta pesquisa partiu da observação etnológica das práticas, das redes e das representações urbanas realizadas pelos diferentes atores sociais envolvidos. Durham (1986) aponta que o pesquisador urbano precisa viver as diferenças, realizar, identificar, definir o lugar a partir de dentro, do seu dia-a-dia. Trata-se, então, de um estudo que envolve as interações sociais e as mediações entre a identidade individual e a cidade.

Com esse intuito, as entrevistas tiveram um caráter qualitativo, elegendo alguns aspectos fundamentais para o trabalho em si, porém, de uma maneira que permitiu ao entrevistado emitir sua opinião. Desta maneira, o critério de escolha dos entrevistados levou em consideração a problemática da pesquisa. Assim, se deu voz para técnicos e moradores que participaram do processo desde do início, inclusive das reuniões preliminares.

Diante disso, as interações com a equipe técnica estavam voltadas para o percebido, ou melhor, para a percepção de cada um em relação ao PDL e ao espaço atingido. Neste ponto, foram entrevistados técnicos de diversas formações acadêmicas (Geografia, Arquitetura, Serviço Social e Engenharia Civil) das diferentes áreas de atuação do PDL, social e física, buscando, assim, indagar as distintas interpretações.

Por sua vez, as entrevistas focalizadas nos moradores obedeceram as seguintes condições: a) que tivessem participado de todo ou de grande parte do processo de intervenção do início até o final; b) que não representassem formalmente nenhuma liderança comunitária ou de outro ativismo social; c) que fossem de setores geográficos diferenciados dentro da ocupação urbana.

O escopo deste critério é indagar o vivido, as manifestações dos moradores que participaram diretamente do processo, porém de forma livre e com alguma autonomia. Apresentando as distintas representações humanas sobre e no espaço social, bem como, sobre a intervenção urbana, ou seja, analisar a (re) produção social do espaço no Riacho Doce pela ótica dos moradores atingidos.

Por fim, houve uma análise de conteúdo do documento final, subdividido em cinco volumes. Bardin (1977) mostra que tal método define um conjunto de procedimentos dedutivos que instiga o investigador a buscar o escondido, o latente, o não aparente. No sentido de trazer o concebido pelo PDL para a ocupação urbana do Riacho Doce.

Em termos acadêmicos, o projeto de dissertação dá continuidade a uma série de estudos sobre o assunto que iniciaram em 1999 e culminaram com um trabalho de conclusão de curso: “Gestão urbana no lugar: uma interpretação da intervenção municipal no Riacho Doce, Belém-PA” (SOUZA, 2002).

O objetivo era chamar a atenção para que a proposta de intervenção municipal, no caso o PDL, que na época ainda estava em fase de elaboração, atentasse para as singularidades do Riacho Doce como fundamentais para o aumento da justiça social e a melhoria na qualidade de vida dos seus moradores, sugerindo novos elementos para executar o desenvolvimento local.

Em 2003, com o ingresso no Programa Internacional em Formação de Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – FIPAM do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Intitulado “Desenvolvimento local e (Re) apropriação da cidade: reflexões sobre o PDL do Riacho Doce Belém-Pa” (SOUZA, 2003), esse estudo buscou entender designadamente o documento final, ou seja, a história de sua elaboração, a sua organização e coerência interna, enfim, a concepção teórico-conceitual inerente ao PDL.

A finalidade desta dissertação é prosseguir, por meio da experiência acadêmica acumulada, o desafio de pesquisar esta política urbana alternativa; ao mesmo tempo, trata-se de um exercício contínuo de observação e de análise, que envolve um estudo interno, em que o próprio documento final serve de referência para ser confrontado com o que foi executado.

Neste sentido, o trabalho está estruturado em três partes centrais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte define o espaço como expressão concreta das relações contraditórias e hierárquicas da sociedade. Trata-se de revelar as espacialidades e as temporalidades alocadas no Riacho Doce.

A segunda parte refere-se nomeadamente ao PDL, suas concepções e orientações, bem como aos mecanismos de concretização dos projetos de participação e de sustentabilidade. A última parte mostra as representações espaciais envolvidas nessa experiência, considerando os avanços e os limites na construção de um planejamento e de uma gestão alternativa para a cidade.

2 O RIACHO DOCE COMO ESPAÇO SOCIALMENTE PRODUZIDO

O objetivo deste capítulo é o de revelar o processo de produção social do espaço no Riacho Doce, levando em consideração os aspectos inerentes à história dos sujeitos que ocupam esta área, assim como as imposições que caracterizam a própria produção do espaço urbano de Belém.

Em vistas disso, o homem precisa ser visto como o sujeito produtor do espaço, situado além e mediante aos aspectos econômicos e políticos, imprimindo os seus valores e conhecimentos empíricos no processo de produção do espaço (LEFEBVRE, 1974). Desta maneira, a primeira parte procura definir e consolidar a análise dialética do espaço social e suas dimensões para o entendimento da realidade urbana atual.

Nesta perspectiva, é preciso entender que a reprodução das relações conflitantes de produção se transpôs para a vida cotidiana, para a urbanização e, conseqüentemente, para o espaço. Trata-se de uma tentativa de retornar à dialética de Marx, contudo afastando-se dos dogmatismos e das opressões filosóficas arquitetadas em nome do marxismo.

Posteriormente, busca-se contribuir para a apreensão das contradições nas espacialidades e nas temporalidades inerentes à dinâmica interna de Belém, através de uma releitura do urbano pela ótica da análise dialética do espaço. Neste contexto, apresenta-se o processo histórico de exclusão sócio-espacial das ocupações urbanas na cidade.

Por fim, é necessário falar sobre as experiências anteriores e as vivências próprias que caracterizam o cotidiano dos seus moradores. Cria-se um espaço diferencial, único, com singularidades sócio-espaciais advindas das particularidades de certas localidades amazônicas, assim como da criatividade e do uso dos atores locais, embora a lógica metropolitana também esteja presente.

Em suma, este capítulo assinala a produção social do espaço urbano no Riacho Doce e suas implicações na dinâmica cotidiana, no sentido de logramos uma ampla visão de como é, e do porque desta realidade, uma vez que não podemos discutir a problemática deste trabalho sem antes destacamos a área que delimita o nosso objeto de estudo.

2.1 O espaço socialmente produzido e suas dimensões

As práticas sócio-espaciais⁴, por longos anos, foram entendidas a partir de um formalismo que constituiu um conjunto de regras homogêneas, transformando o concreto em uma abstração do pensamento. De acordo com Lefebvre (1991) a filosofia foi transformada em um “metadiscurso” que oprimiu as diferenças e as singularidades; desta forma, o mundo tornou-se prisioneiro de desejos equivalentes e padronizados.

Entretanto, o mundo real é caracterizado pelas desigualdades sociais e espaciais, pelas crises financeiras, pela fragmentação das ciências, pelas necessidades sociais distintas e, sobretudo, pelo agravamento do conflito entre o capital e o trabalho, assim como pelo avanço do espaço como um componente dialeticamente definido dentro de uma nova economia política.

Deste modo é primordial acrescentar, novamente, ao modo de pensar, a realidade do cotidiano da vida moderna. De acordo com Lefebvre (1995), quando apenas as formas são objeto do pensamento, o real torna-se algo externo a este pensamento e, por conseguinte, a “essência” é imobilizada. Todavia, o real é móvel, múltiplo e contraditório; logo, o movimento do pensamento precisa partir de uma lógica concreta.

Neste aspecto, a razão dialética depende de um esforço teórico e prático para indagar uma realidade em constante movimento, e que por isso não se deixa apreender em suas múltiplas dimensões. Por isso, a negação é o motor da dialética, sendo a própria condição para a superação das contradições. De outra forma, há apenas uma ocultação da alienação, através de uma homogeneização das diferenças e manutenção das opressões.

Ao retomar a dialética, é necessário atentar-se justamente para esse núcleo explicativo do método, ou seja, de que a percepção da realidade depende da práxis do concreto. Marx (2003) esclarece que a investigação teórica se apodera do real, e só depois de concluído esse primeiro movimento do pensamento é que se consegue descrever a essência do objeto.

Fica claro que nesta concepção o objeto de conhecimento vai se anunciando ao longo do movimento do pensamento, ou seja, o trajeto define-se a partir do concreto, do real. Neste ponto, Lefebvre (1991) inclui as representações mentais como virtualidades que simulam a vida para alimentar o sistema de poder, com isto, o autor acredita que o

⁴ As práticas sócio-espaciais fundamentam-se nas relações pessoais, familiares e de vizinhança ali presente que individualizam a organização de comportamentos e as estratégias no espaço.

pensamento, sem omitir o real, deve orientar-se também em direção ao possível, aproximando-se da utopia.

Na sociedade moderna, as abstrações, os símbolos e os signos concebem uma ideologia do concreto que aniquila os conflitos e abranda as diferenças, assim como dissimula a realidade. Destarte, a (lógica) dialética precisa levar em consideração uma tríade fundamental para o pensamento: teoria, prática e representação (MARTINS, 1996). Diante disso, a questão central do marxismo, que era a relação entre o homem e natureza, ganha um novo componente: as forças produtivas desenvolvidas além do real.

Para Marx (2003), o dinheiro tornou-se uma abstração de equivalências criadas para viabilizar a comercialização de mercadorias, contudo o capital designou uma representação alienante que passou a coagir uma padronização de comportamentos a toda a sociedade. O homem passa a ser dominado pelo desejo de consumir.

Todavia, o homem também atua sobre a natureza para atender às suas necessidades imediatas, modificando a sua própria relação com a natureza e com a sociedade. Estas relações sociais não são uniformes nem no tempo e muito menos no espaço, dependendo da realidade contextual. Enfim, o homem reproduz, mas, também produz; neste aspecto, o espaço torna-se um receptáculo das contradições do real.

Nessa acepção, o espaço muda gradativamente o seu significado. Para Corrêa (1993) baseado em Harvey⁵ existe três modos de conceituá-lo: espaço absoluto; espaço relativo; espaço relacional. O espaço absoluto é entendido como uma coisa em si mesma, independente da localização geográfica ou das relações sociais. O espaço constitui-se um fenômeno único relacionado com os eventos contidos dentro dele.

O espaço relativo pode ser traduzido como sendo aquele que depende da distância entre os objetos, ou seja, o movimento de pessoas, do capital, de informações está amarrado ao tempo e ao dinheiro gastos. Logo, o espaço é designado pela localização e pela relação custo-benefício que na sociedade capitalista torna-se um problema real.

O espaço relacional é visto como aquele que contém e assinala dentro de si as relações contidas em outros espaços. Para Harvey (1980) a dimensão relacional permite entender o espaço não somente pelos relacionamentos dos objetos, mas pela organização e distribuição dos grupos sociais. Em outras palavras, o espaço ganha valor de troca, isto é, de mercadoria a ser vendida, não apenas por sua localização, mas pelo seu conteúdo social.

⁵ Harvey, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

Cabe analisar no espaço, o específico, relacionalmente falando, uma vez que são nas diferenças, nos aspectos contraditórios, que se revelam os complexos mecanismos de exploração e de alienação da sociedade. O espaço não é um simples fenômeno, e sim uma combinação de todos os aspectos da vida social.

Deste modo, o espaço, assim como o dinheiro, enquadra-se cada vez mais no objetivo de impetrar a chamada mais-valia, uma vez que ele está sendo consumido produtivamente da mesma forma que as matérias-primas e a força de trabalho. Logo, o espaço absoluto transforma-se em uma abstração do concreto, isto é, em um espaço distante do real e arquitetado para o mercado.

Os espaços construídos dentro desta lógica seguem a padronização e o consumismo desta racionalidade. São, portanto, espaços abstratos, primados pela razão estética e pela força das imagens, enfim, são espaços gradualmente vendidos pelo capital. Em consequência, a cotidianidade se resume a uma constante programação de hábitos e de costumes sempre direcionados para a produção e o consumo.

Este espaço abstrato emerge de uma ordem distante⁶, de reprodução padronizada, para permitir a acumulação de capital. Lefebvre (1974) conceitua essa abstração como um processo violento de opressão das diferenças, não somente no sentido físico, mas nas representações (mentais) do espaço para uma determinada racionalidade cultural, política e econômica.

O Estado (capitalista) e o mercado são as instituições responsáveis pela abstração do real, uma vez que a ação e o poder destas são decisivos na tentativa de igualar e destruir singularidades e diferenças. A equivalência forçada daquilo que não é equivalente por natureza é a prerrogativa deste tipo de Estado, que reproduz uma estratégia voltada unicamente para a expropriação e a reprodução das relações de dominação e de troca.

Com esse intuito, o Estado passa a ser um agente que universaliza, organiza e normaliza o espaço através de uma repetição programada, criando comportamentos cíclicos e uma sociedade individualista e competitiva. Diante do consumo do espaço houve um declínio do homem público, através da apropriação privada dos espaços comuns, da fragmentação das diferenças e pela padronização socioeconômica do capitalismo.

⁶ Termo utilizado por Lefebvre (1974) para apontar de um ponto de vista filosófico a dominação do valor de troca como forma de representação mental hegemônica na reprodução do espaço social.

Porém, o espaço abstrato não consegue destituir completamente as contradições da realidade prática e sensível imediata, além de abrigar novos conflitos concernentes à própria lógica econômica e política. Surge o espaço das diferenças, fragmentado pela resposta da sociedade local à implosão de uma ordem distante. Assim, a ordem próxima refere-se aos espaços das representações (diferenciais) imediatas e cotidianas, que espelham as singularidades que não conseguem ser coagidas pela representação (abstrata) do espaço.

Trata-se de uma dimensão espacial ligada ao valor de uso⁷ e à criatividade como insurgência à lógica do consumo, da troca e da padronização do espaço. Isto significa que as transformações da cidade não são resultados passivos de uma repressão global, mas dependem também e não menos essencialmente, de práticas sócio-espaciais diferentes que se contrapõem às práticas repetitivas e coagidas pela forma metropolitana.

Desta maneira, as representações não podem ser consideradas unicamente como virtualidades que vão além da realidade para alimentar uma racionalidade abstrata e ideológica. Para Lefebvre (1999), tal definição não se aplica quando tais representações incorporam a experiência imediata e sensível, visto que podem, de fato, reprimir a abstração, retirando a estagnação e a homogeneidade artificial do conceito de espaço.

Nesta acepção, o espaço tem como suporte à dialética da representação (abstrata) do espaço e do espaço da representação (diferencial). Lefebvre (1974) apresenta o espaço como obra e produto do homem, ou seja, ao mesmo tempo em que o espaço é socialmente produzido, este é o objeto e a força de produção da sociedade moderna. Deste modo, o espaço social pode concretizar as abstrações inseridas nas relações sociais, do mesmo modo que efetiva a mobilização das diferenças e a insurreição do uso.

Nessa perspectiva, a análise da dialética do espaço significa ponderar sobre as contradições presentes no espaço-mercadoria, uma abstração que se concebe enquanto mundial a partir do valor de troca. Conquanto, o homem é um ser que usa o espaço para viver de acordo com as condições naturais e históricas particulares; neste caso, o valor de troca não repercute da mesma maneira em espaços distintos (DAMIANI, 2001). Logo, a insurreição do uso envolve temporalidades e espacialidades que representem uma resistência à maneira de viver coagida pela padronização do espaço abstrato.

⁷ Para Marx (2003) o valor de uso é o valor natural de qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de servir as comodidades do ser humano, no caso do espaço isto está ligado às amenidades materiais e não materiais para cada um de nós.

O espaço traduz as relações conflitantes entre o capital e o trabalho, definido dentro de uma nova economia política da cidade, que, em última instância, explica a sobrevivência do capitalismo atual. Diante de uma realidade tão complexa, é preciso resgatar uma análise espacial que envolva as suas múltiplas dimensões e sua importância para o entendimento da realidade cotidiana.

A partir disso, trabalha-se com três níveis de escala: o plano mundial, o da reprodução (abstrata) da lógica do mercado; o plano do lugar, com a apropriação do uso e da criatividade humana; e o plano da metrópole, que reproduz e articula a sociedade através da mediação dos outros dois níveis de escala (CARLOS, 2001).

Assim, torna-se necessário instaurar “o cotidiano como elemento constitutivo da reprodução no mundo moderno da metrópole” (CARLOS, 2001, p.14). Dito de outra forma, além das lutas em classes sociais e da relação entre capital-trabalho, existe no espaço uma nova contradição fundamental entre a imposição de comportamentos e modelos mundiais e as manifestações e as especificidades da vida.

Tal fato exige definições mais exatas dos níveis de análise e da realidade, os quais não podem se separar e tão pouco se confundir. Para Lefebvre (2001) é possível seguir dois procedimentos, o primeiro parte do geral para o específico e o segundo constrói uma espécie de semiologia do espaço a partir da união entre teoria e prática, abrangendo as possíveis alteridades e singularidades sócio-espaciais.

Nesta acepção, o espaço é visto como um produto social, uma expressão da sociedade e, como tal, traduz as relações sociais contraditórias e hierárquicas, condicionando não apenas no sentido material, mas no sentido não material; de tal modo que a redefinição do espaço social implica considerar os instrumentos de ação e de pensamento, assim como discernir sobre as instituições de poder e de dominação.

A partir desta percepção, Lefebvre (1974) define três momentos na produção do espaço social: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido. O espaço concebido é notadamente o da representação abstrata traduzida no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico. As representações do espaço privilegiam a idéia de mercadoria devido à supremacia do valor de troca nas virtualidades⁸.

⁸ Para Lefebvre (1980) as virtualidades (capitalistas) são representações sociais que estão ligadas às necessidades programadas e homogeneizadas pela racionalidade abstrata.

O espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, de valores e de relações específicas de cada conteúdo social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica (imediate) de percepção da produção e da reprodução social.

O espaço vivido denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana (ordem próxima), está vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um ponto de clandestinidade, da obra e do irracional. O cotidiano, então, configura-se como a manifestação mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas.

Evidencia-se que esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social; por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial que se opõe ao homogêneo e contempla o uso. Em decorrência desta afirmação, percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais; desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações (vivido).

Enfim, o que faz do espaço concebido uma mercadoria “são os componentes que fazem de uma parcela do território o locus da produção e troca de alto nível, consequência da hierarquização que regulariza a ação em outros lugares” (SANTOS, 1999). No entanto, se há um movimento, no plano da metrópole, de abstração, existe também, no plano do lugar, transformações e permanências espaciais que se dão no vivido.

Desta forma, a nossa existência tem uma corporeidade, dando-nos acesso ao mundo; pois, o indivíduo tem outras necessidades além do consumo. As possibilidades e os limites do uso envolvem a articulação entre o espaço e o tempo em cada local. (CARLOS, 2001). Assim, é preciso ver o espaço vivido não como um simples receptáculo, um efeito particular da história geral e da representação abstrata.

A este respeito, o cotidiano também dá elementos específicos dos espaços da representação, articulados à totalidade, necessários para apreender atos e gestos, tempos e espaços nos quais se vive a ordem (distante) estabelecida pelo capital, expressando a tentativa de se igualar às diferenças (LEFEBVRE, 1981). Lidando com o cotidiano, enfatiza-se o social, o indivíduo, incluindo o vivido, o subjetivo e as representações.

A dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido se materializa no momento que as temporalidades e as espacialidades ligadas à irredutibilidade do uso se fazem presente na apropriação da cidade. Tal dinâmica pode ser vislumbrada principalmente, porém não exclusivamente, nos espaços urbanos que reagem por meio de um tempo lento⁹ à forma metropolitana.

Neste quadro, o espaço concebido cria novas formas, normalmente voltadas para troca e para o ritmo acelerado da metrópole. Os moradores remanescentes assistem gradualmente ao empobrecimento de suas relações de vizinhanças e a diminuição dos espaços públicos. Todavia, os tempos indissociáveis e contraditórios aparecem no estranhamento em relação às novas formas, consubstancialmente nos indivíduos com uma história antiga no local, identificado no “saudosismo” ou em objetos e pessoas que não existem mais.

A ordem distante demanda continuamente novos espaços de expansão, contudo não se trata de qualquer espaço e sim daqueles que se amoldam para uma possível acumulação de capital, porém a própria lógica da propriedade privada e da troca tornam-se “barreiras” (CARLOS, 2001). Nestes termos, as possibilidades de utilização do espaço se redefinem constantemente em função das contradições entre abundância e escassez, isto revela uma das motivações para a aliança do mercado com o Estado.

Entretanto, as contradições das relações sociais também se manifestam nas diretrizes de poder. Souza (2002) argumenta que em determinadas circunstâncias as instituições públicas podem ser ocupadas por forças políticas comprometidas com algum tipo de mudança. Além disso, o Estado não é uma instância isolada e neutra diante da sociedade; logo, a mobilização da sociedade civil também pode (deve) propor (conceber) e pressionar os agentes políticos.

O Estado, como uma instituição política, sempre está em elaboração, exercendo um poder de decisão baseado em um sistema de valores e na condução das ações, que têm sempre como base um substrato espacial. O fato é que, a partir do momento que o capital não pôde mais assegurar sozinho a sua reprodução social, o espaço tornou-se o referencial político estratégico para a manutenção das relações de dominação.

⁹ Expressão usada por Santos (1999). Está identificada com os grupos sociais e os espaços excluídos que ainda não estão inseridos ao ritmo acelerado e consumista do meio técnico-científico e informacional.

Com isso, houve um declínio do homem público, através da privatização dos espaços comuns e da desarticulação do vivido. Dentro desta perspectiva, os espaços denominados públicos não se caracterizam pela co-presença das classes e nem pela pluralidade de sujeitos e de ações, prescrevendo comportamentos únicos e não identificados com as singularidades. Então, o homem foi induzido a ser um mero consumidor de objetos alienígenas, inclusive o espaço-mercadoria, perdendo quase completamente a noção de cidadania.

Em vistas disso, à medida que houve um fortalecimento da abstração espacial criou-se um limite nos múltiplos sentidos das dimensões do espaço social. O resultado é que o espaço de representação (vivido) não é percebido, nem concebido, pelos próprios moradores (SEABRA, 1995). Logo, a (re) produção do espaço envolve cada vez mais uma intencionalidade programada, o que implica discutir o primado político na reprodução social e nas propostas de mudanças positivas no espaço urbano.

Neste ponto, Harvey (1980) assinala que a produção social do espaço é produto das relações de classes, de produção e do mercado global. Assim, as práticas espaciais materiais (espaço percebido) referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço, de maneira a garantir a reprodução social; enquanto o vivido, é denominado de espaço de representação, devido à carga de invenção, de imaginário, de novos sentidos para as práticas espaciais.

Isto porque os espaços de representação têm o potencial não somente de afetar a representação do espaço, como agir como força produtiva das práticas espaciais. Em outras palavras, existem relações de casualidades entre estas dimensões, ou seja, as percepções, avaliações e ações podem, a um só tempo, trabalhar com improvisações, criatividade e diversificações, como pela reprodução mecânica e objetiva das formações econômicas e sociais hegemônicas.

Neste sentido, as práticas espaciais não são neutras nos assuntos sociais; ao contrário, sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo determinado pela contradição capital e trabalho. Harvey (1980) argumenta que o problema é definir se a produção social do espaço é uma estrutura separada, com suas leis próprias de transformação interna ou, esta é uma expressão de um conjunto maior ligado às relações de classes e do mercado global.

A questão é reforçar que as relações sociais e as dimensões espaciais não são apenas dois conjuntos separados e definidos pelo modo de produção, e sim um par dialeticamente indissociável (SOJA, 1993). O espaço urbano torna-se coagido e padronizado através de representações determinadas por um determinado grupo dentro de uma classe hegemônica. A racionalidade estabelecida, neste caso, envolve uma (re) arrumação do espaço em favor do mercado.

Conquanto, uma racionalidade aparentemente limitada do espaço é na verdade coagida pelo exercício de uma mentalidade política muito desenvolvida, capaz de dissimular as estratégias de classes. Ora, sempre houve fortes tendências contra a exclusão, a opressão e a exploração; no entanto, apesar das “boas intenções” tais práticas caminham normalmente na direção contrária. O motivo para Lefebvre (2001) pode ser encontrado nas limitações analíticas, mas convém sublinhar as causas políticas destes agentes “contestadores”.

Por outro lado, o espaço social está presente em nosso cotidiano projetado separadamente por grupos, etnias, sexos e comportamentos. Tudo está ao alcance para se criar uma sociedade humanizada; entretanto, são outras virtualidades somente, ou seja, é uma obsessão daqueles que vivem na carência e na pobreza. Da mesma forma, a integração e a participação são possibilidades dos não-participantes e dos não-integrantes, daqueles que vivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado.

Desta forma, o espaço social pode consolidar uma forma alternativa de viver, desvinculada da ordem distante a partir da prescrição do uso e da solidariedade. Isto implica na valorização dos resíduos¹⁰, próprios de camadas sociais marginalizadas. Deste modo, entende-se que não se está apresentando a luta pelo espaço como um substituto para as lutas de classes, mas indicando um sustentáculo teórico e concreto através das dimensões espaciais.

Nessa direção, a dialética do espaço é indissociável das contradições culturais, políticas e econômicas da sociedade capitalista, tendo como expressão mais manifesta o espaço urbano. Para Lefebvre (1991), a cidade é uma obra com uma trajetória, com pessoas e grupos bem determinados pelas condições históricas. Logo, o espaço urbano pressupõe confrontos e encontros, isto é, por trás deste processo dialético de produção, intervêm ativamente classes e grupos dentro destas classes.

¹⁰ Aqui entendidos como resíduos espaciais (TRINDADE JR, 1999), designados pela resistência e manutenção de determinadas práticas espaciais não hegemônicas dentro da forma metropolitana.

O direito à cidade, então é visto como um direito inalienável à vida, pela valorização da obra e do uso, isto só é exequível através da construção de uma análise do espaço mais voltada para um novo humanismo. Para tanto, o advento da utopia urbana depende de virtualidades diferentes projetadas por aqueles que foram expropriados da cidade tradicional e privados da vida urbana: os grupos sociais excluídos.

Neste aspecto, formulações supostamente democráticas muito difundidas como o “interesse geral” ou “bem-estar de todos”, são na verdade sínteses criadas pela racionalidade abstrata. Logo, orientar o desenvolvimento urbano na direção de uma sociedade mais humana e justa precisa de novas necessidades.

As dimensões espaciais espelham a sociedade que as produziu, o espaço (social) não é apenas uma condição e um produto, mas também meio para as relações (sociais) conflitantes dentro do capitalismo. Sendo assim, as contradições sociais são imanentes ao espaço, tornando-o um palco privilegiado de dominações e de insurreições. É preciso, em consequência, apreender que a reprodução das relações do capitalismo moderno se desdobra para a vida cotidiana da sociedade urbana.

2.2 O Riacho Doce: a produção de um espaço socialmente excluído¹¹

Belém tornou-se uma metrópole, um ponto de convergência de fluxos de pessoas, informações e de decisões que repercutem em toda a região amazônica. As suas práticas sócio-espaciais apresentam uma complexidade que é produto de uma dialética constante em meio à lógica da reprodução da metrópole e a da reprodução da vida.

A representação do espaço urbano se manifesta na apropriação do tempo e do espaço coletivo ou individual da cidade pela padronização socioeconômica do capitalismo. Neste sentido, a cotidianidade da metrópole se resume a um sistema de trocas voltado para simulações e virtualidades sempre direcionadas para a produção e o consumo. Os espaços construídos em Belém dentro desta lógica seguem a padronização, o consumismo e o individualismo desta racionalidade, são, portanto, espaços abstratos.

Neste contexto, Belém se destaca não somente pelo ritmo do seu crescimento populacional, mas também pela dinâmica acelerada de transformação do espaço-tempo, definindo uma forma metropolitana.

¹¹ Para Sposati (2004) a categoria excluído define mais adequadamente o movimento relacional de construção das desigualdades sócio-espaciais no interior das cidades brasileiras, enquanto o conceito de segregação não dá conta da dinâmica cotidiana dentro de uma realidade múltipla e complexa.

A reprodução do espaço ocasiona dois fenômenos concomitantes em Belém: a implosão da experiência imediata e a explosão das particularidades. Trindade Jr (1999) esclarece que a padronização espacial rompe com uma tendência a uma urbanização predominantemente ribeirinha em Belém, uma vez que as condições naturais e o processo histórico da região aproximavam a cidade para esta configuração. Todavia, o fortalecimento do espaço metropolitano coagiu não apenas as instalações físicas como redefiniu hábitos, bastante tradicionais e típicos de uma Belém não-moderna.

É preciso, contudo, enxergar o processo de produção do espaço urbano não como um simples receptáculo ou um efeito contextual da representação abstrata. Neste aspecto, Carlos (2001), admite que o espaço, gerado por esse tipo de representação, do concebido, assume a característica de fragmentado, pelas diversidades alocadas; de homogêneo, pela dominação coagida; e hierarquizada, por sua divisão territorial do trabalho.

O espaço urbano caracteriza-se, por um lado, pela coação de um consumismo burocrático e individualista que, paradoxalmente, permite as condições objetivas para a contestação e a superação. Neste sentido, o espaço é inicialmente produzido para o consumo, a exemplo de uma mercadoria, contudo, o homem guarda em seu íntimo hábitos e valores que, por mais que sejam estrangidos, são capazes de alterar normas e regras em favor do seu uso.

Esta problemática urbana tem como ponto de partida o processo de industrialização, visto que desencadeou não só um progressivo aperfeiçoamento técnico e instrumental, mas foi o indutor de uma série de transformações na sociedade. Entre os efeitos induzidos está a urbanização, conquanto as características próprias da industrialização criaram um vínculo tão forte com o urbano que o termo sociedade urbana define a realidade social desta nova fase (LEFEBVRE, 1980). Por sua vez, a cidade preexiste à industrialização, e, era em si uma obra grandiosa, uma vez que tinha um valor de uso para os seus habitantes, ou seja, havia uma apropriação do espaço¹² pelo homem, que usufruía e investia improdutivamente na cidade.

¹² Lefebvre (1980) diferencia a idéia de apropriação do espaço de propriedade do espaço, resumidamente, podemos inferir que apropriação é quando o valor de uso prevalece, e a propriedade da idéia de posse, de troca, de mercadoria, enfim, é um dos fundamentos do capitalismo.

Com o advento da industrialização houve uma orientação irreversível na direção do dinheiro, do mercado e dos produtos. A cidade aproxima-se de um produto com determinado valor de troca; isto porque os investimentos na cidade tendem a ter objetivos estritamente produtivos, daí a designação de um espaço-mercadoria.

A descontinuidade entre o processo de industrialização e de urbanização se traduz na dialética entre o crescimento econômico e a vida social dentro da cidade. Embora haja uma unidade entre os dois aspectos, tornando-os inseparáveis, há um caráter conflitante entre a realidade cotidiana e a realidade industrial, o que torna cada vez mais complexa a elucidação deste processo. Nesta acepção, considera-se que o espaço contém e está contido nas relações sociais, logo o real é historicamente construído, tendo como representação mental o urbano, e a cidade como expressão material desta representação.

Desta maneira, nasce uma crise teórica e prática sobre a cidade; teórica porque não há como definir a cidade moderna, e prática, porque embora espaços urbanos identificados com as cidades pré-industriais estejam cada vez mais raros, estes ainda não cederam totalmente para o moderno. Tamanha repressão esbarra justamente na complexidade e na descontinuidade entre o processo de industrialização-urbanização e o de constituição do modo de vida na cidade.

Não se trata de fazer uma distinção entre a cidade, como uma realidade presente imediata, obra prática e sensível, e o urbano, pelo qual esta realidade deve ser abstraída pelo pensamento racional. O urbano, assim traduzido perderia a sua materialidade, dificultando a apreensão da realidade social do espaço, incorrendo novamente no erro de separar o processo de urbanização do processo de constituição da sociedade.

Trata-se de uma definição de cidade (e de urbano) como sendo uma projeção da sociedade sobre um local, não apenas sobre o aspecto da vida social de cada lugar, mas também no plano da representação abstrata (LEFEBVRE 2001). A cidade traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o lócus de coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana. Contudo, não se descarta a idéia de que a cidade também é o lugar dos conflitos, onde a exploração subordina não apenas os grupos sociais excluídos como outros grupos sociais não dominantes.

Deste modo, esclarece-se que a cidade pressupõe contradições sócio-espaciais, isto é, por trás deste processo de (re) produção do espaço urbano em Belém intervêm ativamente determinados atores sociais ligados às classes envolvidas.

Neste caso, os agentes hegemônicos edificam uma forma metropolitana em vistas de uma suposta necessidade da cidade, que no fundo responde a uma lógica da ordem distante. Concomitantemente, existem práticas sócio-espaciais clandestinas que, mesmo afastadas da lógica geral da forma metropolitana, conseguem exprimir posturas de resistências.

A atuação do poder público, ao longo dos anos, é, no plano do imediato, uma relevante conquista em direção a constituição dentro de Belém de um espaço urbano fragmentado, homogêneo e visivelmente destinado ao mercado. Os sinais desta padronização podem ser visíveis nos bairros atingidos a partir de novas organizações de consumo do espaço, causando o “estranhamento”¹³ em relação ao espaço produzido.

O antigo espaço é “implodido” causando o definhamento da vida cotidiana, o que implica no arrefecimento ou na perda das relações sociais mais orgânicas pelo cerceamento ou pelo distanciamento dos relacionamentos. Houve um esvaziamento da vida pelo *“empobrecimento do cotidiano, que remete ao esvaziamento do conteúdo social determinado pela diversidade de relações e das atividades produtoras que ali existiam”* (CARLOS, p.210). Neste contexto, ao mesmo tempo em que o espaço produzido torna-se o “lôcus” do consumo tornou-se um não-lugar para o morador.

Com efeito, os espaços denominados públicos em Belém não se caracterizam pela co-presença de grupos e nem pela pluralidade de sujeitos e de ações, prescrevendo comportamentos únicos e, sobretudo, não identificados com a região amazônica. Logo, o morador de Belém é induzido a ser um mero consumidor de objetos alienígenas, inclusive do espaço, com isso, passa de “usador” para usuário do espaço.

Tal argumento se explica pelo desígnio da organização espacial de Belém através da dinâmica dos conflitos dos interesses dos atores sociais da cidade, definindo uma distinção no tempo e no espaço peculiar e controversa. Neste ponto, Trindade Jr. (1997) refere-se a uma exclusão socialmente difundida no processo de produção do espaço urbano, em razão das condições topográficas desfavoráveis.

¹³ Estranhamento no sentido do “desconhecido e o não-reconhecido aparecerem como sinal inexorável dos ‘novos tempos’, quando a forma efêmera impõe-se como única possibilidade da realização do novo”. (CARLOS, 2001 p.206).

O sítio urbano de Belém apresenta alguns fragmentos de terrenos de cotas mais altas, e consideráveis áreas de planícies de inundações, denominadas de baixadas¹⁴. O autor citado revela que desde sua fundação, em 1616, houve em Belém uma nítida disposição de determinados agentes sociais de não ocupação destas áreas. A expansão da cidade, no entanto, provocou a centralização urbana de diversos igarapés e suas respectivas várzeas.

A percepção de “baixada” em Belém acabou sendo associada a determinadas características sociais, políticas e econômicas de seus moradores ao invés das condições topográficas. De fato, tornaram-se áreas densamente ocupadas por grupos sociais marginalizados, oriundos do interior do Estado ou de outras áreas da cidade, com uma incipiente, ou nenhuma infra-estrutura urbana.

Todavia, o processo de urbanização de Belém exigiu uma (re) configuração sócio-espacial. Um exemplo ocorreu na área que se situa em torno da avenida Visconde de Souza Franco, e da avenida General Magalhães, no centro de Belém. Trindade Jr. (1997) relata que esta se caracterizava como sendo área de “baixada”, com a concentração de moradores de baixa remuneração. Entretanto, a partir de uma representação espacial “moderna” através de um projeto de drenagem e de urbanização, iniciado em 1957, houve um processo paulatino de transformação nas práticas e nas formas espaciais, que repercutiram nas relações sociais, culminando com a expropriação dos antigos moradores.

O projeto já previa o remanejamento de centenas de famílias para uma área afastada do centro. Neste ponto, esta política promovia a valorização do espaço em dois pólos: o primeiro na área de intervenção efetiva; e o outro na área destinada aos remanejados, ampliando a malha urbana através da ação dos atores sociais excluídos.

Percebe-se, então, que existem dentro de Belém terrenos de cotas altimétricas baixas que servem de área residencial ou comercial para grupos sociais menos desfavorecidos. Apesar disso:

¹⁴ A rigor, as baixadas são terrenos de igapós e de várzeas das bacias hidrográficas de Belém, em número de cinco segundo a classificação do DNOS, a bacia do Una, as bacias do Reduto e das Armas, as bacias do Comércio, Tamandaré e São José, a bacia da Estrada Nova, e a bacia do Tucunduba.

Se analisarmos o sentido de baixada a partir da imagem ou da concepção que comumente se faz das mesmas, constata-se que a noção de espaço construído socialmente é bem mais difundida, em detrimento à forma natural, geomorfológicas, desses espaços. Esta última é muitas vezes desconsiderada. (TRINDADE JR., 1997: 26).

A produção social do espaço urbano de Belém, a partir disso, obedeceu à lógica da forma metropolitana, dinamizando as esferas de produção, de circulação e de consumo, beneficiando determinados grupos sociais. Isto repercutiu na política de habitação¹⁵, que se tornou um dos mecanismos principais de reprodução de um cotidiano dirigido para a mercadoria na metrópole.

Com isto, as intervenções públicas acabaram valorizando o solo de tal forma que expropriou a camada populacional mais pobre das antigas áreas de baixadas, o que “expressa com clareza uma das facetas mais perversas da exclusão social: a segregação espacial¹⁶” (RODRIGUES, 1996, p.26). Assim, estes grupos sociais excluídos iniciaram um processo de ocupação de terrenos públicos e privados, via de regra, deficientes de equipamentos infra-estruturais básicos e distantes da área central da cidade.

Em tese, Belém vem sendo concebida a partir de uma racionalidade “abstrata”, padronizada e consumista de modernidade e de crescimento urbano, responsável pelo advento de disparidades urbanas. O vivido foi desarticulado em favor de um sistema de representações de espaços estranhos ao cotidiano amazônico, e/ ou conciliado à (re) produção social para o capital.

Diante dessa a ação pública houve uma expropriação dos grupos sociais mais pobres das áreas atingidas, através de remanejamentos, de aumentos de encargos tributários e da especulação imobiliária. Estes buscaram abrigo na ocupação de outras áreas urbanas, que estavam propensas a uma nova intervenção pública, enfim, tornando-se um círculo vicioso. Contudo, as ocupações de Belém possuem um valor de troca reduzido, portanto, sujeito a um processo de manutenção do uso do espaço.

Neste sentido, as ocupações urbanas definem-se como “territórios socialmente construídos e que por condições e características próprias guardam em si um sentido singular dentro da cidade” (COSTA, 2002, p.49). O território, assim, regula as relações dos agentes e os espaços.

¹⁵ É cada mais evidente a propensão de se morar em apartamentos ou em condomínios fechados, uma possibilidade que invade as representações mentais de todas as camadas da população.

¹⁶ Para Rodrigues (1996) a segregação espacial aflora através do desequilíbrio de vários tipos e pelas privações engendradas pelo ambiente construído para o desenvolvimento do capitalismo no mundo.

Desta forma, “quando se menciona a existência de determinados territórios na cidade, fala-se em frações do urbano, explícita ou implicitamente demarcadas e controladas por determinadas ações” (TRINDADE JR., 1998, p.253).

Conseqüentemente, as ocupações urbanas de Belém são territórios específicos, construídos por meio de um campo de forças, uma teia de relações sociais e uma complexidade interna que definem os limites e as alteridades, enfim, as diferenças entre o vivido com o resto da cidade. Tal fato, mostra que é errôneo trabalhar com uma percepção única em todas as ocupações da cidade. Mesmo que estas pareçam tão semelhantes nos aspectos sócio-espaciais, guardam em si individualidades comportamentais e culturais.

Todavia, o espaço historicamente concebido pelas políticas urbanas em Belém não trabalhava com esta percepção, e sim com a idéia de padronização do espaço e de embelezamento da cidade. Houve, então, um enfoque modernista dentro do planejamento voltado para as ocupações urbanas, baseado no modelo já implementado nas antigas áreas de baixadas do centro da cidade.

Como exemplo, os planos compreensivos de Belém que tencionavam incorporar a cidade como um todo dentro de uma política urbana ampla e moderna, ultrapassando a concepção físico-urbanística e setorial então dominante, em favor de uma noção supostamente mais adequada para a totalidade sócio-espacial (CORRÊA, 1989). Contudo, o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB) de 1974, o primeiro nesta direção, não alterava a idéia básica de espaço mercadoria e restrito a instrumentos normativos e coercitivos, totalmente distanciado das contradições sócio-espaciais de Belém.

Já o Plano de Ação Imediata (PAI), um plano piloto de 1976 para o Programa de Recuperação das Baixadas de Belém (PRB) no igarapé de São Joaquim, mostra que a representação de um espaço abstrato permaneceu. Abelém (1989) explica que o remanejamento sem critério refletiu o descompasso entre as instituições envolvidas, somadas a total indiferença com o vivido. Logo, houve uma quebra nos vínculos sociais e nas práticas sócio-espaciais consolidadas nas ocupações urbanas atingidas, que repercutiu negativamente no cotidiano dos moradores que permaneceram.

Os planos compreensivos, como instrumentos do desenvolvimento socialmente justo para as ocupações tornaram-se “ilusórios”. Primeiro, pela matriz modernista de urbanização que representa, em última instância, a lógica do mercado.

Além disso, a pretensa transformação sócio-espacial efetiva não pode ser exercida somente pela máquina estatal; é necessário que as entidades da sociedade civil, inclusive os moradores atingidos, sejam partes integrantes (CORRÊA, 1989). Em outras palavras, o espaço (re) produzido não pode se limitar ao concebido e ao percebido, o espaço vivido precisa ser valorizado.

Mais recentemente, o Projeto de Recuperação da Bacia do Una¹⁷ (PRBU) tentou uma outra grande reestruturação sócio-espacial nas ocupações da área, obedecendo ao modelo estabelecido pelo núcleo central, que, por sua vez, já corresponde a um modelo coagido por uma ordem distante. Uma das prioridades definidas no projeto era a participação da comunidade atingida, fruto de uma exigência da agência de financiamento e de uma pressão política de movimentos sociais.

Neste contexto, abriu-se a possibilidade de absorção das práticas sócio-espaciais cotidianas das famílias atingidas ao projeto. Apesar disso, a participação limitou-se a alguns líderes comunitários, que, na visão de Marques (2001), sucumbiram aos ideais do “discurso competente” dos técnicos do governo estadual. Criou-se uma alternativa pragmático-populista de política de participação urbana, que mais uma vez não incorporou o vivido ao processo de desenvolvimento urbano.

Deste modo, os moradores das ocupações urbanas de Belém assistiram gradualmente à exclusão dos seus assentamentos humanos, o empobrecimento de suas relações de vizinhanças e a diminuição dos espaços públicos por meio da banalização do consumo. Todavia, os tempos indissociáveis e contraditórios aparecem justamente no estranhamento em relação às novas formas espaciais, consubstancialmente nos indivíduos com uma história, identificado no “antigamente” ou em práticas que não existem mais (CARLOS, 2001).

Ademais, a mobilização popular no interior das ocupações urbanas pode resgatar a noção de comunidade, mostrando, de fato, que as pessoas ainda mantêm relações entre si, mesmo com a competitividade e o individualismo impetrado pela metrópole. Assim, o movimento desvenda a idéia que o grupo confere ao espaço, por meio do seu entendimento do espaço urbano e da metrópole com base na apropriação do espaço, direcionando para luta consciente ou inconsciente contra a padronização do espaço em que vivem.

¹⁷ De acordo com Portela (2005) o discurso estatal anunciava o projeto Una como sendo um conjunto de obras integradas de saneamento, cuja importância é determinada por sua finalidade básica: resgatar parte de uma dívida social, que vem sendo acumulada há décadas, junto à população das áreas de baixadas [ocupações] da bacia do Una.

Desta forma, as ocupações designam um processo coletivo de mobilização e reivindicação, articulando o local com a (re) produção global da metrópole. Segundo Borges (1992), as ocupações “coletivas” definem-se como canais de expressão das lutas cotidianas dentro das práticas sócio-espaciais de Belém, ou seja, o movimento de ocupação urbana tornou-se um instrumento concreto de contestação e de exigência política.

Isto se explica pela configuração do espaço urbano de Belém, fragmentado territorialmente pela correlação de forças dos agentes sociais locais. Trindade Jr. (1998) mostra que o espaço socialmente produzido também está vinculado à idéia de um conjunto de relações sociais que diferencia um grupo a partir das múltiplas dimensões espaciais. Portanto, “os territórios configurados no interior do espaço metropolitano registram ações que o controlam, garantindo as espacialidades dos interesses de um ou vários agentes” (TRINDADE JR., 1998: 253).

Neste sentido, as ocupações (urbanas) dos territórios são produzidas por determinados agentes sociais, os quais delimitam nas diferenças em relação à metrópole, a partir das representações próprias alocadas no tempo e no espaço. Logo, as ocupações urbanas de Belém não foram produtos de uma padronização ou de uma estratégia deliberada, mas principalmente obra da criatividade (sobrevivência) dos seus moradores.

Diante disso, trata-se de pensar a cidade através da relação espaço-tempo, expressão dos modos diferenciados de comportamentos e de hábitos. O processo de produção do espaço urbano, conforme Carlos (2004), baseia-se, de um lado, nas possibilidades de articulação entre formas de uso e de abstração do espaço e, de outro, pelo conflito de interesses que orientam as ações do Estado.

O fato é que a cotidianidade atual da metrópole é produto de uma racionalidade programada pela força das representações e dos objetos capturados pela imposição externa. Trindade Jr. (1999) afirma que a coação da forma metropolitana em Belém trouxe um estilo de viver que obedece a um padrão elaborado em contextos distantes da realidade regional. Assim, Belém assumiu o papel de representação espacial de consumo para as simulações e virtualidades bem delineadas como produto.

A Aldeia Cabana de Cultura Amazônica, por exemplo, é um arquétipo dos sambódromos já existentes em outras cidades do País, enquadrando uma festa tradicionalmente espontânea e popular como uma mercadoria vendida e programada no tempo e no espaço, coagindo o habitante da cidade até mesmo no seu momento de lazer.

Este procedimento causa estranhamentos e desigualdades sócio-espaciais, criando, muitas vezes uma não-identidade ou uma identidade forçada com o espaço moderno. Trata-se, então, de uma luta para a manutenção da diferença e da singularidade que se torna coletiva à medida que busca um resgate das representações relacionadas às “organicidades” da vida cotidiana, especialmente daquela que se dá na tradição regional

É importante atentar para as possibilidades analíticas e práticas de uma metrópole como Belém, onde os resíduos são, tanto no espaço como no tempo, mais concretos que, por exemplo, em uma metrópole mais consolidada como São Paulo. As especificidades da trajetória de Belém e as identidades alocadas no espaço dão ao processo de metropolização uma peculiaridade impar.

Em tese, o espaço intra-urbano de Belém define-se pela valorização imobiliária do núcleo central, inclusive áreas de baixadas, e pela expansão metropolitana, hierarquicamente distinguidas pelos agentes sociais locais. De acordo com Trindade Jr. (2000) a concentração e a dispersão formam um par dialético dentro do processo de produção do espaço, que expressa o modelo de desenvolvimento urbano.

Trata-se, então, de uma forma metropolitana que reproduz as correlações de forças locais, no qual predomina os interesses do capital hegemônico e, por implicação, da ordem externa. Contudo, a emergência de outros agentes, como o Estado e os grupos sociais excluídos, ganham importância dentro da conformação do espaço urbano local (TRINDADE JR., 2000). Com isso, as ocupações urbanas tornam-se partes constitutivas da metropolização de Belém, o que revela a condição de miséria destes grupos sociais excluídos da cidade e da região como um todo.

Deste modo, a dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido se materializa no momento em que as temporalidades e as espacialidades ligadas à irredutibilidade do uso se fazem presente na apropriação do espaço. Em Belém tal dimensão pode ser vislumbrada principalmente, porém não exclusivamente, nas ocupações urbanas. O cotidiano de cada ocupação designa uma estratégia de sobrevivência na metrópole, bem como uma atividade contestadora por meio da construção individual e coletiva.

Logo, a organização espacial de Belém é designada pela dinâmica dos conflitos de interesses dos atores sociais da cidade, definindo um espaço urbano com territórios e lugares diferenciados, embora articulados pela forma metropolitana. Neste contexto, as vivências e as experiências cotidianas revelam as contradições sociais alocadas no espaço e no tempo.

Neste caso, a ocupação do terreno, hoje denominado de Riacho Doce, é produto do processo de representação do espaço urbano, cuja abstração se repete em níveis distintos e contraditórios. Trata-se de uma área da várzea da bacia do Tucunduba, no sudeste de Belém no bairro do Guamá, que se tornou atrativa para os grupos sociais excluídos.

A instalação de órgãos federais como campus pioneiro (UFPA), desencadeou uma reviravolta na trajetória de ocupação da várzea do Tucunduba. Segundo Ferreira (1989) o “efeito repulsivo¹⁸” que caracterizava a produção do espaço nesta área desapareceu quando da implantação destes objetos, trazendo um estreitamento das formas de articulações do Tucunduba com o conjunto da cidade.

De fato, o Estado veio a intervir no espaço por meio de desapropriações e a construção de infra-estrutura básica para a viabilização do campus. Contudo, na esteira desse novo processo de produção espacial houve um avanço de ocupações para uso residencial na várzea do Tucunduba, criando uma relação de conflito entre capital-trabalho-espaço centrado na luta pelo direito à moradia.

Em decorrência da falta de estrutura da UFPA para fiscalizar e controlar as ocupações que aumentavam progressivamente, a área, que foi desapropriada para fins educacionais, acaba sendo destinada para a moradia. Porém, conforme Ferreira (1989) relata, havia um enorme desnível em termos de condições de infra-estrutura entre o campus universitário e as áreas ocupadas contíguas.

Por outro lado, a ocupação humana mais intensa da várzea do Tucunduba determinou uma mudança no tipo de relação com a natureza. De acordo com Ferreira (1989), o adensamento populacional contribuiu para o agravamento das inundações e para a alteração da topografia da área. Logo, a deterioração ambiental da várzea tornou um processo indissociável de sua ocupação.

Ademais, este novo processo de apropriação da várzea do Tucunduba acarretou uma série de conflitos entre os ocupantes e outros agentes locais, que inicialmente não aceitavam essas ocupações. Para Marques (2001) a mobilização dos ocupantes em torno de sua moradia revelou a necessidade de organizar uma ação contestadora ao processo de remanejamento. Em decorrência dessa luta organizada dos ocupantes, surge o Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MUTUAT).

¹⁸ “A instalação do Campus foi o coroamento de um processo de extinguir o efeito repulsivo provocado pelos locais de isolamento de hansenianos, de doentes mentais e de infectados, no Tucunduba, e ainda a inauguração de um novo processo de transformação e valorização. Desse modo, a presença do cinturão institucional passa entrar em contradição com as formas de acesso e de valorização implementadas pela construção do Campus”.(FERREIRA, 1989: 71).

Em meio às contradições alocadas, a UFPA resolveu em 1989 destinar as áreas ocupadas ao interesse social, assegurando o direito de posse aos moradores que ali já residiam. Conseqüentemente, assinala-se um processo “espontâneo” e contínua de ocupação de outras áreas da várzea do Tucunduba por famílias oriundas do interior do Estado e da própria cidade que não possuíam moradia própria. Tal acontecimento desencadeou novos conflitos espaciais e outros desdobramentos políticos e sociais.

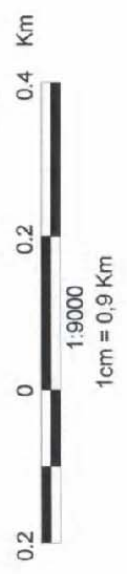
Desta forma, percebe-se que a produção do espaço na várzea do Tucunduba permaneceu ainda caracterizada pela marginalização; uma exclusão no espaço, que não está mais relacionada com os antigos “efeitos repulsivos” ou com as condições topográficas, mas às contradições vinculados à condição de classe dos seus ocupantes. Enfim, constrói-se uma representação abstrata na cidade a partir da dialética entre a apropriação do espaço e a padronização da metrópole.

A ocupação da várzea do Tucunduba passa a ser vista como um dos territórios integrantes da forma metropolitana de Belém, uma vez que se torna produto, meio e condição do trabalho social, isto é, do espaço socialmente produzido. Deste modo, é reconhecida como uma área excluída e, ao mesmo tempo, referência no contexto de Belém, com hábitos, comportamentos e laços de parentesco e de vizinhança próprios.

Neste contexto, à margem direita do igarapé do Tucunduba, surge em meados de 1990, a ocupação urbana do Riacho Doce, que tem como limites à rua Barão de Igarapé Miri, ao norte; pela avenida Perimetral, ao sul; pelo igarapé do Tucunduba, a leste; e pelo terreno dos servidores da UFPA, a oeste.

Anteriormente, esta área tinha apenas uma pequena fábrica de palmito e uma olaria, responsável pela denominação de sua principal via de acesso, nos arredores da qual foi se consolidando a apropriação do lugar. De acordo com Costa (2002), a ocupação foi organizada por um pequeno grupo liderado pelos senhor Juvenal Mendes, que dividiu e negociou os lotes com as pessoas que foram chegando na área.

Tal consolidação da ocupação foi marcada por diversos conflitos envolvendo diversos agentes sociais interessados na área, dentre os quais destacam-se a UFPA, o empresário Antônio Alves e os ocupantes iniciais (SILVA, 1993). Neste momento, a partir da organização dos ocupantes, constituiu-se uma mobilização comunitária em torno da territorialidade definida que possibilitou o fortalecimento de uma rede de relações políticas favorável à permanência da ocupação.



Legenda



Riacho Doce

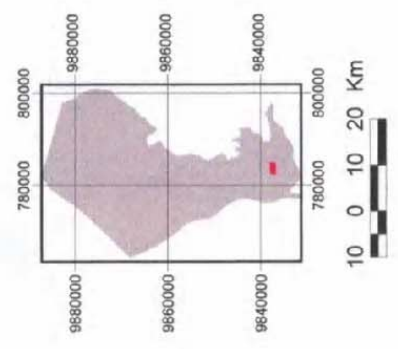
Projeção UTM

SUTM 22



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Laboratório de Análises Espaciais do NAEA

Localização da Área
no Município de Belém



Elaborado por Ramos, C.R.
Recorte mosaico do aerolevante de Belém, 1998

Neste aspecto, a origem do principal instrumento de ação social coletiva dos ocupantes do Riacho Doce, o centro comunitário, remonta à própria origem da ocupação urbana. Contudo, Silva (1993) argumenta que nesse primeiro momento as reivindicações limitavam-se ao direito à moradia, não incluindo outros direitos.

Em 1991, cerca de 100 famílias já ocupavam a área. Aos poucos o terreno de várzea característica foi sendo substituída por um aterramento feito com caroços de açaí, cascas de castanha e serragens. Além disso, houve uma concentração de palafitas e de lixo no leito do igarapé, o que impedia o fluxo normal de água e de esgotos das terras mais altas da ocupação. Para Ferreira (1989), a produção do espaço em áreas de baixadas de Belém sempre foi contraditória em relação às características do sítio local.

Apesar da degradação ambiental e da falta de infra-estrutura serem problemas graves da ocupação, houve uma fragilidade na mobilização dos moradores em comparação a luta pela moradia, por exemplo. Neste ponto, a ação comunitária foi ineficiente no Riacho Doce, logo, o Estado não se viu pressionado em cumprir seu papel de provedor de infra-estrutura e, nem preocupado em resolver a questão ambiental.

Diante desse quadro, evidencia-se um fenômeno comum na reprodução do espaço urbano, que é o desempenho desigual do Estado, enquanto agente responsável por serviços públicos, o que constitui uma parte indissociável da exclusão sócio-espacial. Deste modo, a criatividade foi amenizando as ausências infra-estruturais, enquanto os serviços urbanos foram sendo implantados paliativamente.

O processo de produção do espaço urbano do Riacho Doce foi marcado, então, pela dissociação entre o espaço concebido e o vivido. Desta maneira, Ferreira (1995) afirma que o processo de ocupação da várzea do igarapé do Tucunduba, assim como de outras “ocupações” de Belém, foi conseqüência de um dos mais complexos problemas sócio-espaciais dentro da cidade nestas últimas décadas; uma significativa parcela da população que não tinha, ou melhor, não tem poder aquisitivo compatível com os custos de se morar em uma área com o mínimo de infra-estrutura urbana.

A ocupação desta área considerada inadequada por outros agentes da produção espacial tornou-se uma alternativa de moradia e de sobrevivência. No caso da ocupação do Riacho Doce, o grande fluxo de grupos sociais excluídos oriundos do interior do Estado do Pará e de outras localidades da Amazônia, bem como aquelas expropriadas de áreas valorizadas pelas intervenções urbanas, acabou refletindo-se na forma de apropriação do espaço, criando um espaço diferenciado em Belém.

2.3 Vivências e experiências cotidianas e suas espacialidades no Riacho Doce

Em 1996 o IBGE divulgou o censo do ano anterior, que pela primeira vez incluía a ocupação do Riacho Doce. Neste momento, a distribuição da ocupação já obedecia a uma divisão por ruas¹⁹, num total de 25. Costa (2002) esclarece que estas ruas correspondem às faces das habitações, organizadas lado a lado, ou ao conjunto de pequenas passagens. Assim, as trilhas abertas que inicialmente tinham como objetivo dar acesso às moradias foram sendo alargadas, aterradas e hierarquizadas pelos moradores.

O sistema viário segue a lógica de uma espinha de peixe, cuja referência principal é a Rua da Olaria (foto 1), onde se concentram os pequenos comércios da ocupação. A configuração espacial do Riacho Doce demonstra que houve uma preocupação, por parte dos moradores, com os acessos de mercadorias e de pessoas. Para Costa (2002), isto reafirma que a forma de organização identifica uma das representações utilizadas pelos atores sociais na apropriação do espaço.

O igarapé do Tucunduba tornou-se outra via de circulação essencial para os moradores, principalmente aqueles alocados nas proximidades de sua margem direita. Através deste acesso fluvial, os moradores trafegavam e comercializavam produtos com várias localidades próximas. Atualmente é o único igarapé no interior da cidade de Belém que manteve essas características (foto 2); isto se deve à localização da foz no interior da UFPA, o que impediu legalmente a implementação de projetos de terraplanagem do canal, tão comum na trajetória das políticas públicas da cidade.

Na ocupação do Riacho Doce as atividades de sobrevivência vinculadas ao igarapé do Tucunduba são a pesqueira, a comercialização de mercadorias (foto 3) e o transporte de passageiros. Não obstante a degradação do igarapé e o processo de urbanização, estas atividades acabam tendo um peso importante na estratégia de obtenção de uma renda familiar suplementar.

O comércio de produtos segue uma lógica bastante peculiar. É comum que os produtos vindos das localidades próximas sejam enviados por parentes ou vizinhos que ainda permanecem em seu local de origem, ou então que um ou mais membros da família deslocam-se para estas localidades, durante um determinado período (SOUZA, 2003). Entre as mercadorias encontramos madeiras, frutas regionais, tijolos, telhas, palha, açai.

¹⁹ Os nomes dados as ruas do Riacho Doce tinham conotação bíblica, devida à significativa religiosidade dos seus ocupantes iniciais, designadamente do senhor Juvenal que era evangélico.



Foto 1: Vista aérea do Riacho Doce
Mostrando o sistema viário construído a partir da rua da Olaria.
Fonte: PMB (2001a)



Foto 2: Orla do Riacho Doce
Destacando as pequenas embarcações e as diversas construções às margens do igarapé do Tucunduba antes da intervenção do PDL
Fonte: Maria Goretti Tavares (Dez-2000)

A atividade pesqueira, embora não seja tão difundida como nas localidades ribeirinhas, contribui regularmente para a alimentação de determinadas famílias da área. Neste caso, o morador necessita de uma pequena embarcação que permita o seu deslocamento ao rio Guamá, que margeia a capital paraense. Os peixes obtidos são normalmente para o próprio consumo familiar.

A circulação fluvial como meio de transporte, também é bastante utilizada tanto no Riacho Doce, como em todo o Bairro do Guamá e da Terra Firme. Isto se deve as características de certas localidades amazônicas, onde o acesso só é possível pela via fluvial, além do mais, o transporte fluvial é menos oneroso. Há embarcações, pertencentes aos moradores do Riacho Doce, típicas para este tipo de deslocamento (foto 4), sendo uma outra forma suplementar de renda para estes.

Em 2000, o novo censo do IBGE concluiu que na ocupação havia 5 607 moradores distribuídos em 1281 moradias. Um ano depois, a Secretaria Municipal de Saúde criou um banco de dados com informações sobre os moradores do Riacho Doce, por meio do programa Família Saudável. O resultado apontou a existência de 1179 famílias na área com uma média de 5,24 pessoas por domicílio (BELÉM, 2001a).

Ainda de acordo com esses dados, 40 % das famílias do Riacho Doce são originárias de outros municípios, contudo extrapolando a informação para aquelas que nasceram em outras localidades, mas que estão residindo há algum tempo em outras áreas de Belém, estes números sobem para 54%.

Neste aspecto, o cotidiano da ocupação é reflexo, também, do que foi aprendido e transmitido em sua vida anterior. Por conta disso, a experiência adquirida é caracterizada por um conjunto de componentes (materiais, sociais, intelectuais e simbólicos) que formam sistemas de relações mais ou menos coerentes entres si. Ela é vivida individualmente e coletivamente no espaço, sendo transmitida e inventada, por meio da criatividade e do uso, atitudes e idéias.

Desta maneira, as famílias oriundas de outras localidades não possuem uma identidade urbana acabada, embora estejam inseridos no ritmo da forma metropolitana. A ocupação do Riacho Doce torna-se então não somente um espaço de sobrevivência na cidade, como dissemina hábitos e comportamentos que não segue a mesma lógica da temporalidade padronizada.



Foto 3: Desembarque de mercadorias no Riacho Doce
Atividade muito utilizada ao longo das margens da ocupação antes da intervenção da PDL
Fonte: Maria Goretti Tavares (Dez-2000)



Foto 4: Atividades no igarapé do Tucunduba
Pequena embarcação de viagem e de mercadoria encontrando uma canoa de pesca
Fonte: Maria Goretti Tavares (Dez-2000)

Os migrantes presentes na ocupação conseguem, através da presença de grupos de amigos e de familiares, e do igarapé do Tucunduba, uma espécie de combinação que preserva ou recria tais relações, inclusive com o espaço. O homem consegue graças a sua “arte de fazer”, adaptar-se aos parâmetros espaciais elaborados pela razão moderna, que visa ao controle da sociedade (CERTEAU, 1996).

Com isto, as vivências próprias do Riacho Doce são criadas por meio de práticas sócio-espaciais menos individualistas e menos competitivas. Produto das relações sociais, sobretudo, as de parentesco e de vizinhança²⁰, cria-se estratégias de sobrevivência no espaço urbano (SOUZA, 2003). Desta forma, no cotidiano da ocupação existem elementos que são resquícios de seu modo de vida anterior, bem como, de sua adaptação ao urbano.

O fato é que o Riacho Doce consegue criar um espaço diferenciado, construindo a sua própria identidade, criando representações que têm história e significado também comum às localidades de origem. Neste aspecto, a presença do igarapé contribui sobremaneira para a reprodução de um tempo amazônico menos moderno, seja pela influência da maré, pelos movimentos dos barcos ou seja pelas lembranças de uma vida ribeirinha e rural.

Nesse sentido, a Amazônia é reconhecida por suas diversas singularidades sócio-espaciais, o que dificulta o esboço de uma particularidade regional. No entanto, o homem amazônico é muito ligado à natureza em que vive, designadamente como os rios e igarapés, isto porque esta é sua fonte de alimentos, de lazer, de trabalho e de deslocamento. Para Trindade Jr. (2003), essa identidade com a natureza pode ser considerada uma das particularidades da Amazônia.

A tipologia das moradias, por sua vez, reproduz as casas do interior do Estado, dentre outros motivos, pela facilidade de autoconstrução e pelo solo de várzea (foto 5). Contudo, existe uma identidade afetiva, psicológica entre o morador e sua casa que transpõe elementos e formas que existiam anteriormente, mantendo uma representação da sua experiência de vida (COSTA, 2002). Além disso, a casa representa, para o ocupante, uma propriedade a ser mantida, uma estratégia de sobrevivência na cidade e, como tal, é uma referência de estabilidade e de liberdade individual e familiar.

²⁰ Esses valores podem ser comprovados em atitudes corriqueiras de cumplicidade entre as famílias em momentos de dificuldades, como a partilha da comida, a venda de mercadoria fiado; comportamentos que contrariam o individualismo e a competitividade da lógica moderna de reprodução moderna.



Foto 5: Moradias do Riacho Doce
Localizadas na várzea do igarapé do Tucunduba estas foram remanejadas pela PMB
Fonte: PMB (2001a)



Foto 6: Vendas na rua da Olaria
Exemplos de mercado informal no Riacho Doce
Fonte: PMB (2001a)

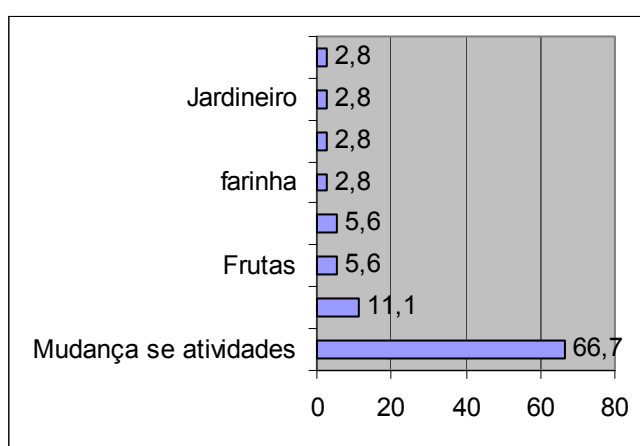
Um fato interessante acontece quando percebemos que através das construções das casas, os moradores conseguiram transpor elementos e formas que existiam nas casas do espaço rural, mantendo a reprodução do imaginário da vida rural, a partir de técnicas repletas de simbolismo e carga afetiva durante a construção das habitações. Assim, o Riacho Doce vai construindo a sua identidade, criando um conjunto espacial que tem história e significado comum ao lugar de origem. (CAÑETE, 1998, p.31)

Há, nestes termos, uma disseminação no Riacho Doce não somente das características materiais das casas, mas do próprio conjunto de relações sociais estabelecidas em torno da casa. Dados recolhidos na própria área (SOUZA, 2003), indicam que ao longo do processo de ocupação desta, é comum encontrar ocupantes membros da mesma família, vizinhos e/ou conhecidos. Apesar disto não permitir afirmar que haja um caráter familiar na ocupação, existem laços de afetividade, de confiança e de solidariedade.

Também contribui, embora indiretamente, as dificuldades encontradas pelos ocupantes para se inserirem no mercado de emprego formal de Belém. A solidariedade parece ser, portanto, um mecanismo de sobrevivência acionado para superar as adversidades cotidianas.

Por outro lado, os moradores economicamente ativos estão engajados predominantemente em vendas (foto 6) e atividades informais ou temporárias de trabalho, os chamados “bicos²¹” (BELÉM, 2001a), no qual é aproveitado, de certa forma, o saber e os costumes interioranos, sendo uma das principais estratégias de sobrevivência.

Vendas desenvolvidas na área que tem alguma ligação com a experiência adquirida



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

²¹ Expressão popular que denota trabalho informal. Segundo uma pesquisa do programa família saudável em 2001, cerca de 55% dos moradores do Riacho Doce se dedicam ao trabalho informal.



Foto 7: Moradora do Riacho Doce
Preparando uma macaxeira colhida em seu quintal para o consumo da família
Fonte: Maria Goretti Tavares (Dez-2000)



Foto 8: Panorama geral do Riacho Doce
Aponta uma paisagem diferenciada na forma metropolitana
Fonte: Maria Goretti Tavares (Dez-2000)

De acordo com Menezes et al. (2000), entre estas alternativas existentes no Riacho Doce, as culturas de “quintais²²” representam bem esta identidade. Trata-se de plantações de hortaliças, fruteiras e medicinais nos quintais dos terrenos (foto 7). O fato é que a partir de uma experiência adquirida, as famílias instituem uma forma de agricultura familiar urbana para o consumo próprio.

Em suma, o ocupante, à medida que vai edificando sua moradia constrói uma série de vivências próprias. Costa (2002) explica que o morador articula o seu mundo privado, manifestado nas relações pessoais, com o seu mundo coletivo (público), expressado no processo de produção do seu espaço. Logo, é na dialética entre concebido e o vivido, entre as virtualidades e o uso que se define uma temporalidade diferenciada no Riacho Doce.

Giddens (1989) reforça essa idéia, quando indica que as estruturas podem não ser criadas por sua ação direta do homem, mas são constantemente (re) produzidas pelas práticas cotidianas. A partir desse raciocínio, é possível afirmar que a constituição de uma forma espacial menos abstrata, como o do Riacho Doce, pode se configurar em um outro processo de produção social da cidade.

Se as condições de existência são cada vez mais invadidas pela estrutura abstrata (mercadológica), empobrecendo o cotidiano à medida que transforma as relações sociais em relações burocráticas. De outro lado, há resquícios de clandestinidade da ação social, no qual submerge valores desatrelados, cuja persistência é produto das singularidades contextuais.

Tal é o caso da ocupação urbana do Riacho Doce, que apesar do invólucro da forma metropolitana, traz em seu cotidiano a permanência de práticas sócio-espaciais de uma experiência adquirida em localidades não capitalistas. Deste modo, o espaço foi alicerçado também por meio de uma temporalidade diversificada, porém, lenta em relação ao ritmo das virtualidades da modernidade.

Há nestes termos, uma disseminação no Riacho Doce não somente de experiências típicas de uma particularidade regional, mas, sobretudo, de uma conformação de uma singularidade local através do modo que os ocupantes convivem hodiernamente. Neste sentido, as diversas expressões de resistências, cristalizadas no cotidiano da ocupação, resumem a pluralidade de sujeitos e ações que definem as vivências contextuais.

²² Segundo Menezes et al. (2000) o tamanho dos terrenos das casas eram muito pequeno, talvez por isso os moradores não plantassem nenhum tipo de cultura com a intenção de comercialização. Porém, cada casa visitada tinha, pelo menos, uma planta, cuja predominância estava nas plantas ornamentais e fruteiras tais como: canarana, pupunha e o maracujá.



Foto 9: Conjunto de matapís²³

Alocados na escadaria de um pequeno porto que seria construído pela PMB, revela um exemplo de convivência de temporalidades.

Fonte: Charles B. Gemaque Souza (Jan-2002)



Foto 10: Menino as margens do igarapé
Indica a proximidade da casa com o Tucunduba

Fonte: PMB: (2001a)

²³ Palavra de origem indígena. Instrumento que serve para capturar camarões, muito utilizado nas localidades ribeirinhas da Amazônia.

Portanto, a ocupação do Riacho Doce não apresenta apenas uma representação simbólica construída a partir das relações sociais em torno do espaço-casa, mas um espaço vivido socialmente entrelaçado às práticas cotidianas não modernas. Trata-se, então, de um local diferenciado que incorpora a cotidianidade da forma metropolitana pelos usos e conteúdos presentes na reprodução da vida social.

Porém, o ritmo da metrópole impõe um leque necessidades supérfluas que tornam o morador um mero consumidor de mercadorias. As mudanças produtivas e tecnológicas das últimas décadas criaram obrigações pessoais e profissionais que impuseram uma dinâmica de vida acelerada e desumana (CARLOS, 1996).

Deste modo, a modernidade é impessoal, individualista e competitiva, criando um homem solitário que tem objetivos mais elevados do que a do simples flâneur²⁴. De acordo com Acevedo e Chaves (1996) em Belém existe uma repressão subjetiva aos espaços e às relações que não se encaixem na imagem do moderno, criando um paradoxo entre a forma metropolitana e a cultura regional.

Desta maneira, é preciso que as diversas manifestações espaciais ligadas à cultura amazônicas, manifestadas nas experiências e nas vivências das ocupações urbanas da cidade, sejam valorizadas. Criando, assim, um contraponto à coerção subjetiva e material da forma metropolitana da modernidade.

A ocupação urbana torna-se uma primeira forma de oposição ao espaço abstrato, isto é, diante das dificuldades da vida moderna, torna-se uma estratégia de residência (resistência) do excluídos. Neste ponto, a apropriação do espaço no Riacho Doce, incorpora a dimensão do vivido, que se relaciona às relações pessoais, às experiências anteriores, às vivências próprias e às diversas atividades feitas no igarapé do Tucunduba; apesar de não descartar a inserção desses mesmos moradores na dinâmica da vida metropolitana.

Enfim, existe a expectativa de que o PDL dê projeção ao espaço através das relações de solidariedade e das representações inerentes ao Riacho Doce, apontando para um modelo de desenvolvimento local participativo, sustentável e que respeite as representações dos moradores. Cabe refletir, na prática, os limites e as possibilidades desta concepção de desenvolvimento local da Prefeitura Municipal de Belém com base na experiência desenvolvida no Riacho Doce.

²⁴ Palavra de origem francesa, que significa passear, caminhar sem destino ou objetivo definido, curtir a paisagem, enfim, preencher um momento ocioso; pode também denotar vadiagem, vagabundagem.

3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO RIACHO DOCE: A DIMENSÃO DO CONCEBIDO FACE À UMA NOVA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Neste capítulo, buscar-se-á inicialmente assinalar que a concepção da Prefeitura de Belém para o Riacho Doce está inserido em um cenário maior de discussões sobre uma política de desenvolvimento urbano/local, que leve em consideração a inclusão social da população de baixa renda, sobretudo aquela que vive em assentamentos urbanos “subnormais”

Trata-se de abordar as distintas propostas de planejamento contemporâneas e suas atribuições nas acepções e diretrizes do poder público municipal, enquadrando a experiência do Riacho Doce dentro de uma cultura política reformista e de fortalecimento de valores democráticos.

Em seguida, discute-se o espaço concebido pelo Plano de Desenvolvimento Local²⁵(PDL) para o Riacho Doce, definindo o modelo de desenvolvimento urbano utilizado. Neste ponto, o desenvolvimento local pode expressar a idéia de competitividade global entre as localidades, ao mesmo tempo, que tenta buscar uma cooperação entre os agentes sociais locais.

Combinam-se, assim, duas dinâmicas aparentemente distintas: a competição e a cooperação. A dinâmica competitiva insere o local ao processo de crescimento, cuja racionalidade é dada pelo mercado, enquanto a cooperativa dá um caráter solidário às ações implementadas.

A partir dessa percepção e utilizando uma configuração espacial concreta, a cidade, é feita uma análise comparativa dos diversos exemplos urbanos emergentes de desenvolvimento local, para, posteriormente, avaliar a concepção de desenvolvimento local presente na experiência do Riacho Doce

Finalmente, é necessário discernir sobre os mecanismos de implementação da gestão participativa no Riacho Doce, abordando, assim, o que se destaca como o cerne dessa experiência. Nestes termos, a participação dos atores envolvidos emerge como o elemento inicial para distinguir e analisar o caráter que vem tomando a intervenção municipal na área.

²⁵ O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) é uma ação elaborada pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em 2000, introduzido junto ao Projeto de Recuperação e Urbanização da Bacia do Tucunduba (PRUBT). Embora sua execução esteja especificamente prevista apenas nas ocupações do Riacho Doce e do Pantanal (Riacho Doce II), a sua área de influência deve ser estender por todo a várzea do igarapé do Tucunduba.



Carta-imagem mostrando a área de influência do PDL do Riacho Doce
 Fonte: Belém (2001e)

3.1 Pressupostos e premissas de planejamento e de gestão para o Riacho Doce

O conceito de planejamento, no Brasil, está historicamente mais enfraquecido, tanto que sua legitimidade dentro das recentes políticas de desenvolvimento urbano encontra-se ameaçada. Por outro lado, a emergência de outro termo, a gestão, ganha contornos mais democráticos e descentralizado, contrapondo-se ao planejamento.

Neste sentido, Ribeiro (1994) mostra que o termo gestão vem sendo preferido ao termo planejamento dentro das políticas públicas, revelando uma predisposição diretamente vinculada à atual percepção das noções de estratégias. Neste contexto, a gestão democrática passa a ser o grande objetivo das administrações municipais.

Todavia, essa predisposição de substituir um termo pelo outro mostra um desconhecimento dos termos envolvidos, e, por conseqüência, de uma redução da validade do ato de se planejar. Souza (2002) indica que planejamento e gestão não são termos intercambiáveis ou rivais, primeiro por adotarem referências temporais diferentes, e, ainda, por que cada um tem uma atividade bem delineada e diferenciadas, entre si.

Planejar é um ato que se refere exclusivamente ao futuro. Segundo Souza (2004) é uma maneira que os homens têm de tentar antecipar o desdobramento de um acontecimento ou de um processo, e, a partir disso, procura se precaver contra possíveis barreiras e dificuldades, ou, inversamente, aproveitar melhor os prováveis ganhos. Neste ponto, percebe-se que conceitualmente não existe uma motivação decisiva para que o homem abandone a atividade de planejar.

Gestão, por sua vez, é uma atividade que remete ao presente. Significa administrar uma situação dentro de uma conjuntura imediata, com os recursos disponíveis aqui e agora (SOUZA, 2004). Neste sentido, o ato de gerir se traduz na condução diária de atividades, que, na maioria das vezes, foram planejadas previamente. Logo, o conceito de gestão não é o contrário do planejamento e, nem tão pouco, remete compulsoriamente a um contexto mais democrático.

A estratégia de substituir o termo planejamento, por estar supostamente interligado à ações de cunho conservador, pelo termo gestão, que seria mais democrático, é incoerente e sem nenhuma fundamentação lógica. Trata-se de uma visão distanciada da realidade, que constrói uma oposição ideológica em termos conceitualmente interligados. Contudo, em

que pese à sua fragilidade teórica, o fato é que dentro das políticas públicas urbanas no Brasil, a palavra planejamento está sendo constantemente depreciada.

Isto se explica pela trajetória do planejamento urbano no Brasil que apresenta desdobramentos próprios do discurso das elites nacionais; porém, ao contrário da visão arraigada entre os urbanistas, Villaça (1999) afirma que a partir de um determinado momento da sua história, o planejamento representou mais uma concepção ideológica do que uma ação real do Estado sobre a organização interna do espaço intra-urbano brasileiro.

A criação e a formalização do termo planejamento, enquanto atividade sistemática de análise e de direcionamento de políticas públicas, ocorre, de acordo com Corrêa (1989), na antiga União Soviética, em 1917. Neste contexto, o ato de planejar tornou-se centralizado e burocrático na tentativa de assegurar o socialismo soviético.

No ocidente, esta prática disseminou-se com a crise de 1929, quando o Estado americano optou pela regulação do sistema financeiro. Aos poucos, o planejamento expande-se para outros níveis políticos administrativos, entre as quais se destacou o espaço urbano, devido ao acelerado crescimento das cidades (CORRÊA, 1989). No Brasil, notadamente pela subordinação aos americanos, o ato de planejar era considerado um dos pressupostos para a obtenção de progresso e de bem-estar social.

O planejamento, nesta acepção, foi essencial no que se refere à orientação de inúmeras políticas públicas propostas pelo Estado Nacional. Para Tavares (1996), tais políticas encontravam-se intrinsecamente ligadas a um conceito de desenvolvimento que se referia tão somente aos aspectos econômicos e de crescimento tecnológico. Isto porque, as teorias de modernização consideravam o desenvolvimento social uma “conseqüência natural” do processo de crescimento econômico.

Entretanto, os efeitos preconizados por essas teorias não se materializaram; ao contrário, houve um arrefecimento das disparidades regionais, assim como o crescimento das desigualdades sócio-espaciais dentro das cidades. Assim, tal forma de planejamento não proporcionava nenhuma iniciativa de participação popular; com isso, a sua transposição para o espaço urbano brasileiro assumiu uma postura centralizada e modernista.

Antes, é preciso explicitar uma tendência perigosa no caso brasileiro de considerar apenas o discurso e não a ação concreta do Estado, devido ao contexto em que o planejamento urbano foi sendo consolidado. Diante destes fatos, é preciso (re) discutir a história das práticas e dos discursos que desembocaram na concepção ideológica enraizada.

Desta forma, pretende-se apreender as razões deste desvio conceitual e prático que o planejamento urbano brasileiro sofreu durante sua consolidação.

Para tanto, cabe analisar as formas constitutivas do planejamento urbano, sem, no entanto, cair na armadilha de simplificar ou modificar uma realidade complexa. Nesta direção, Villaça (1999) acredita que não é factível uma circunscrição do planejamento urbano, a partir somente da observação direta das políticas públicas e da ação concreta sobre os espaços urbanos no Brasil. É necessário partir do contemporâneo para o passado, para não correr o risco de uma determinação arbitrária, ao mesmo tempo, que permite uma clarividência maior sobre possíveis marcos iniciais dessa trajetória.

Nestes termos, a noção de planejamento urbano atual nasce de uma concepção de 1950 que pregava a necessidade de integração de vários objetivos urbanos. Este tipo de pensamento centrou-se no desenho de planos diretores ou de diversas outras denominações que, no fundo, representavam a mesma lógica. O urbanismo, entendido como um conjunto de concepções que discutem o urbano, imbricou-se de tal forma que os planos diretores tornaram-se uma espécie de compêndios que mostravam o discurso dos urbanistas brasileiros (VILLAÇA, 1999). A questão é que este discurso tornou-se ideológico ou utópico, afastando o planejamento da ação do Estado e das políticas públicas municipais.

Por sua vez, os estudos que se propuseram a analisar o planejamento urbano brasileiro, assim como o próprio entendimento do termo, pecaram quando atentaram apenas para o discurso em si, e não buscaram as contingências externas de cada planejamento, que no caso brasileiro é bastante revelador.

Tal visão oculta determinações ideológicas das classes dominantes presentes na elaboração deste tipo de planejamento tradicional que vieram contrabalançar as constatações dos outros atores urbanos. Neste caso, a ideologia entra em cena como um mecanismo de reprodução hegemônica, o que reforça a idéia de que a sobrevivência da hegemonia da racionalidade capitalista deve-se ao tratamento veemente que a classe dominante destinou ao espaço, especialmente ao espaço urbano.

Esta racionalidade vem da tradição positivista de nossos pensadores. Souza (2002) coloca que a percepção de moderno combinou-se com a de planejamento, que logo, por sua vez, tornou-se uma alma gêmea da noção de desenvolvimento. Deste modo, os problemas urbanos eram entendidos como produto de uma arcaica organização do espaço urbano ou de deterioração natural da cidade; “antimoderno” que data dos tempos coloniais, sem

planejamento. Portanto, a solução era planejar a estruturação do espaço, modernizar a cidade para que esta pudesse se desenvolver de acordo com a lógica do capitalismo.

O planejamento urbano em Belém insere-se nesta tradição modernista. As políticas públicas urbanas eram concebidas para o embelezamento e crescimento econômico. Para Mitschein (1988), tal procedimento, desde sua elaboração, resultava em uma intervenção pública distante da realidade. Em consequência, a imagem do planejamento urbano foi relacionada ao discurso dos técnicos e aos interesses eleitorais e de classe.

É preciso destacar, no entanto, que o planejamento urbano no Brasil nem sempre foi apenas um instrumento discursivo e ideológico de determinada classe. No século XIX até início do século XX, o planejamento, ou melhor, as propostas urbanas das classes dominantes eram assumidas de fato tanto no discurso como na prática do Estado. As ações giravam em torno do embelezamento e de melhoramentos voltados para essas classes, sem o menor pudor.

Todavia, o crescimento dos movimentos urbanos de rejeição a essa prática, assim como a procura por uma maior eficácia das cidades brasileiras levaram os urbanistas a conceberem planos mirabolantes de solução ao chamado “caos urbano”. Para Villaça (1999), o problema era que os modelos de planejamento resumiram-se à pura redação de enormes relatórios e de reformulação de diagnósticos que eram feitos entre quatro paredes; via de regra, não eram nem discutidos com o legislativo municipal e, pior ainda, acabavam não sendo assumidos pelo próprio executivo municipal.

Fica evidente que o planejamento urbano surge no Brasil como um discurso; portanto, era elaborado para não ser executado, muito menos para resolver os conflitos urbanos e, sim, para legitimar um interesse imobiliário e econômico bem definido. A partir do momento em que houve uma impossibilidade política de defender abertamente seus interesses, criaram-se planos para justificar os interesses de classe; até porque a classe hegemônica não tinha propostas para resolver os problemas sociais da cidade.

Por sua vez, chavões como o “caos urbano”, “deterioração urbana” e “crescimento descontrolado” tornaram-se corriqueiros nas lideranças políticas, sociais e intelectuais, tratam-se de expressões que eram usadas não para justificar possíveis obras, mas para tentar destituí-las de culpa pela falta de solução. Ademais, o planejamento urbano foi se distanciando do factível, uma vez que as possibilidades de implementação concreta eram desconsideradas pelos elaboradores, assim como para administradores públicos. Tais

planos serviam apenas como um discurso político, afastando os planejadores da cúpula decisória do executivo municipal.

A idéia de planejamento urbano tal como foi apresentada no Brasil é esvaziada do seu conteúdo e limitada a um discurso. Desta maneira, o planejamento é visto como uma atividade fechada em si mesma sem o menor vínculo com as políticas públicas municipais. Com isto, a avaliação passa a ser perpetrada pelas características intrínsecas dos planos, pela coerência interna, pelos aspectos técnicos e científicos apresentados, e não pela capacidade real de orientar a ação das prefeituras municipais (VILLAÇA, 1999). Os órgãos públicos de planejamento tornaram-se, assim, grandes institutos de pesquisa urbana, cujos trabalhos eram totalmente desconhecidos do executivo e do legislativo.

Todavia, a mentalidade de supremacia do conhecimento técnico e científico, somada a constante busca pela eficiência e competitividades da cidade, legitimaram uma outra concepção. Conhecer a cidade para depois intervir, essa era a lógica do planejamento tecnocrata (MARICATO, 2000). Tanto, que os documentos eram de uma complexidade, de uma riqueza de detalhes impressionantes; contudo, este aspecto técnico deixava de lado a discussão política em torno do espaço.

Esse modelo de urbanismo associava a idéia de desenvolvimento urbano a de crescimento econômico e técnico. Para Souza (2002), isto espelha, na prática, o ideal neoclássico de cidade ao estilo corbusiano²⁶, que vinculava a idéia de urbanização a de melhoria na qualidade de vida da sociedade como um todo. Destarte, o urbanismo convencional caracterizava-se pelo pragmatismo técnico dos urbanistas, que, por muito tempo, isolaram-se dentro de uma visão acadêmica limitada.

A configuração urbana, fruto deste tipo de desenvolvimento, acaba deteriorando o espaço socialmente construído pela população, em favor de um espaço concebido por técnicos que não possuem nenhum vínculo afetivo com as áreas atingidas. Não existe a participação populacional, indicando um caráter paternalista de ação pública, subsidiada por um acordo com os setores imobiliários no intuito de valorizar o espaço, produzindo uma renda fundiária urbana (DANIEL, 1994).

Em Belém, a atuação do poder público municipal nas baixadas e nas ocupações urbanas da cidade eram plenamente inseridas nesta lógica. Para Abelém (1989), havia uma

²⁶ Le Corbusier, arquiteto famoso pelo projeto de reforma do centro de Paris do século XIX, exemplo símbolo do urbanismo convencional. Marcadamente tecnocrata, este tipo de planejamento era essencialmente autoritário e fazia apologia ao industrialismo, decorrente do ideário da época.

noção geral de que para resolver “os males urbanos” o Estado deveria intervir nas áreas de maior concentração das classes pobres, porém sem questionar os motivos desta opção.

Conquanto, esta forma aparentemente limitada de urbanismo convencional é na verdade coagida pelo exercício de uma mentalidade analítica muito desenvolvida, capaz de dissimular as estratégias de classes feitas no espaço. Deste modo, criou-se um planejamento físico-territorial que acirrou as desigualdades sócio-espaciais intra-urbano.

Na verdade, aquilo que do urbanismo convencional sobreviveu e resiste até hoje nas práticas de planejamento não é tanto a estética, mas sim o espírito funcionalista de zoneamento do uso do solo. Além do mais, a idéia força do urbanismo modernista, a modernização da cidade, continua sendo a idéia força do planejamento físico-territorial (SOUZA, 2002, p.131)

Este tipo de “exclusão urbanística” aumentou cada vez mais o número de ocupações ilegais²⁷ nas cidades; paradoxalmente, esta ilegalidade tornou-se funcional e, ao mesmo tempo, disfuncional para os planejadores tecnocratas (MARICATO, 2000). Funcional, através de relações clientelistas e da especulação, que acabam valorizando determinadas frações do urbano; e disfuncional, dependendo do ponto de vista, para a sustentabilidade ambiental e para a ampliação da cidadania.

Constata-se, então, que o planejamento físico-territorial é definido por suas finalidades: a organização social da cidade, o arranjo territorial segregado, o discurso ideológico e a morfologia. Logo, este tipo de “desenvolvimento econômico local” (DANIEL, 1994) tornou-se alvo de reações tanto de caráter neoliberal quanto de cunho ambientalista que inauguraram as atuais disposições estratégicas de políticas públicas urbanas.

Porém, uma leitura de vários modelos de planejamento urbano, mostra que existe uma conformidade entorno da necessidade dos governos municipais serem mais “competitivos” e “empreendedores”. Para Harvey (2001) as linhas de ação nas administrações municipais, cada vez mais, assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento urbano.

Mais diretamente, a abordagem do gerenciamento, tão típica dos anos sessenta, deu prontamente lugar a formas de ação de empresariamento nos anos setenta e oitenta. Particularmente nos últimos anos, parece ter surgido um consenso geral em todo o

²⁷ As ocupações urbanas de Belém são produtos da trajetória local dessa exclusão urbana, espontâneas e “ilegais”, estas são produto de um modelo de planejamento urbano injusto e excludente intimamente ligado a ordem externa.

mundo capitalista avançado de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico (HARVEY, 2001, p. 165).

Neste contexto, a ação do Estado (capitalista) atua no espaço urbano de acordo com a necessidade de reprodução ampliada do capital, que demanda novas condições espaciais para a sua reprodução. Segundo Santos Jr. (2001), a conjuntura de descentralização administrativa do âmbito nacional para o municipal, coincidiu com um crescente consenso entorno da agenda neoliberal. Logo, fica evidente que houve uma aliança entre o Estado e os setores imobiliários para viabilizar uma nova forma de reprodução do capital e contornar possíveis “barreiras” ao processo.

Apesar disto, surgem novas perspectivas em relação ao planejamento urbano. Primeiro, pela reação popular que, embora ainda seja incipiente, é um indicativo de que as resistências às ideologias estão amadurecendo no espaço urbano. O exemplo de assimilação de um novo parâmetro de planejamento urbano ocorreu, na conjuntura nacional, a partir do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) durante o período de redemocratização do País.

A base deste pensamento era consolidar uma nova maneira de apreender e combater a problemática urbana a partir dos conflitos de interesses políticos que distinguem a cidade. Santos Jr. (1996) assinala que o ideário reformista representou uma nova forma de luta democrática, cuja questão da cidadania se dá na criação de uma maior participação popular no plano jurídico-institucional. Assim, o movimento está designadamente ligado à elaboração de uma emenda popular ao projeto constituinte de 1988 e, posteriormente, houve a criação de fóruns municipais de debates.

Neste contexto, foi realizado em Belém um Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU), produto de uma articulação entre a câmara municipal e algumas entidades civis locais com o objetivo de viabilizar e apresentar diretrizes para a construção de um Plano Diretor Urbano (PDU) para a cidade.

Aos poucos o ideário reformista expressava a necessidade de conhecimento e de enfrentamento da complexidade urbana. Deste modo, Ribeiro e Cardoso (2003) caracterizam o MNRU pelo diagnóstico centrado nas desigualdades sociais e políticas, que atingem as camadas populares da cidade; logo, o desígnio é democratizar o uso do solo urbano e a participação direta na gestão da cidade. O caráter do movimento passa a ser entendido como uma constante (re) elaboração de diretrizes, através de um posicionamento crítico diante da cidade e do planejamento.

Em vistas desse pensamento crítico, as ações fundamentais giram em torno de três princípios básicos: a inversão de prioridades dentro da cidade, a função social da cidade e a gestão democrática.

A inversão de prioridades na cidade é definida como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos com o atendimento prioritário do consumo coletivo das camadas populares (RIBEIRO; CARDOSO, 2003). Trata-se de uma noção reformista de direito à cidade que pretende viabilizar condições de vida digna e, sobretudo, garantir uma dinâmica política de participação ampla da sociedade.

A função social da cidade expressa as exigências fundamentais para a reversão da dominação do capital imobiliário na apropriação do espaço urbano. De acordo com Grazia (2003), é preciso que prevaleça o interesse comum ao interesse individual de propriedade, o que implica o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado da cidade. Logo, estas medidas encaixam-se na perspectiva de que a regularização fundiária do espaço urbano é condição primaz para o aumento da equidade social.

Por fim, a gestão democrática da cidade redundará na participação efetiva da sociedade, criando um pacto entre o poder público municipal e os demais atores sociais que interferem na produção, no uso e na ocupação do espaço urbano. Tal acepção refere-se à forma de planejar, conduzir, operar e produzir as cidades, submetidas ao controle e à participação popular. Este instrumento destaca-se como prioritário no pensamento reformista para atingir a lógica institucional-jurídica do planejamento que assegure uma maior justiça social e uma melhoria na qualidade de vida.

A idéia de gestão aparece como um paradigma de ação pública democrática e participativa, ao contrário do planejamento convencional, inspirando os movimentos progressistas, inclusive em Belém. O Estado passa a ser considerado um mediador privilegiado dos conflitos de interesses, pois atua no sentido de ajustar as decisões coletivas. Neste aspecto, o técnico torna-se um agente social fundamental para orientar e dialogar com os demais atores envolvidos.

Para Ribeiro e Cardoso (2003), que cunham a expressão “planejamento politizado”, esta forma de planejamento reformista “pressupõe uma nova concepção de plano e de gestão, uma nova metodologia de elaboração e novos instrumentos” (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 111). Deste modo, é possível observar duas concepções básicas deste modelo de planejamento.

A primeira diz respeito à concepção de cidade, a qual se apresenta como palco e objeto de conflitos, e deve figurar no interior dos diagnósticos dos problemas urbanos e da formulação de diretrizes. A segunda, tributária da primeira, corresponde à concepção de plano que passa a se constituir “[...] no mapeamento dos interesses e do pacto territorial e servirá de base para a gestão democrática da cidade” (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 111). No entanto, não se pretende eliminar os conflitos, mas torná-los transparentes e adotar normas e padrões para a sua administração.

Para a materialização do planejamento politizado e da gestão democrática, busca-se a esfera local (urbana) com o propósito de consignar uma democracia participativa no País. Neste contexto, a aplicação do Plano Diretor Urbano (PDU), que sempre foi identificado no Brasil como um instrumento ideológico que visava frear possíveis contestações políticas na cidade (VILLAÇA, 1999), torna-se um exemplo de uma nova articulação política na Constituição Federal.

O Plano Diretor foi uma resposta dos conservadores aos avanços do MNRU na constituinte, contudo as contingências particulares da época deram ao Plano Diretor Urbano o status de instrumento da Reforma Urbana (TAVARES, 1995, p. 7).

Diante dessa mudança de enfoque, o PDU torna-se “um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que produzem e se apropriam do espaço urbano” (GRAZIA, 2003). Logo, o objetivo é propor caminhos alternativos para reestruturar a cidade “real”, e não propor uma receita definitiva para criar a cidade “ideal”, incorporando-se, então, às três diretrizes básicas sugeridas pelo movimento reformista.

Outro exemplo, este mais vinculado ao ideário do MNRU, foi à aprovação do Estatuto da Cidade²⁸ em 2001. Trata-se de uma lei de desenvolvimento urbano para regulamentar a função social da cidade, por meio do controle social e fiscal sobre as disposições da propriedade no espaço urbano (GRAZIA, 2003), além de reafirmar a importância do fortalecimento de um PDU de princípios reformistas para a implementação de um planejamento politizado.

²⁸ Lei Federal nº 10.257/01, elaborado pelo Senador Pompeu de Souza em 1989, mas sancionado apenas em julho de 2001.

Neste ponto, o Estatuto da Cidade resgata a necessidade de se instituir instrumentos participativos para a construção de novo parâmetro para o planejamento e para gestão da cidade. Desta forma, essa nova lei possibilita que “as poucas práticas específicas construídas pudessem ser potencializadas e se transformarem em processos realmente enriquecedores de vida urbana democrática” (GRAZIA, 2003 p.65)

Em suma, a idéia do urbanismo reformista é domesticar as ações da iniciativa privada e das forças de mercado dentro da cidade a partir de um amparo legal baseado em planos diretores e/ou instrumentos legislativos. Por sua vez, o planejamento adotaria um caráter participativo, permitindo uma transparência e um controle das orientações do poder público municipal.

Trata-se, neste caso, de uma proposta de democratização da cidade por meio de um inédito contexto de discussão política, relacionando à mobilização social com o fortalecimento de leis que favoreçam à justiça social na cidade (SANTOS JR., 1996). Neste caso, o direito à cidade assume na perspectiva reformista a idéia de igualdade de acesso aos equipamentos urbanos, às informações e à participação nas decisões norteadoras da gestão municipal.

Diferencia-se da noção de direito à cidade indicado por Lefebvre (1981), que coloca em evidência o valor de uso da cidade a partir da única dimensão do espaço urbano que ainda resgata esta representação: o espaço vivido. O direito à cidade, na perspectiva lefebvriana, é visto como um direito inalienável à vida, pela valorização da obra e do uso. Isto só é exequível através da construção de uma ciência da cidade, mais voltada para um novo humanismo.

Por sua vez, a função social da cidade está muito voltada para o processo de valorização imobiliária. Embora se considere extremamente importante o controle especulativo, é preciso considerar outros elementos que ultrapassem a dimensão material, pois existem aspectos da ordem imaterial (subjéctiva) que caracterizam a vida urbana e são fundamentais para a construção de um planejamento e uma gestão democrática.

A superestimação dos poderes dos instrumentos legais e da eficiência técnica e, conseqüentemente, a subestimação das práticas políticas concretas dos agentes sociais atingidos, cria uma deficiência nos instrumentos da gestão democrática. Isto porque a estratégia reformista passou a ser concentrar na elaboração de planos diretores progressistas, perdendo a sua criatividade e o seu senso crítico.

A partir disso, a participação popular não era mais considerada o elemento vital de um planejamento e de uma gestão democrática. Diante disso, Souza (2002) considera que a originalidade do urbanismo reformista não está nos instrumentos em si, mas na concepção geral a qual pode conferir ao uso destes instrumentos significados diferenciados.

Em Belém, o fórum metropolitano sobre a reforma urbana, que antecedeu à promulgação do PDU municipal de 1993, trouxe alguns ensinamentos nessa direção. Conforme relata Azevedo (1997), a participação das entidades comunitárias dos bairros foram expressiva, embora as demandas oriundas destes seminários não fossem exatamente fruto das reivindicações apresentadas pela população.

As correlações de forças entre os atores urbanos que atuavam no cenário de Belém nesta época transpareceram na discussão em torno do PDU. Neste sentido, o Fórum municipal assumiu uma postura inicial de cobrança em relação ao legislativo, reivindicando seminários, encontros e palestras para esclarecer a sociedade e aprofundar o debate sobre os pontos polêmicos.

Contudo, Azevedo (1997) mostra que as divergências sobre alguns instrumentos inclusos, como o solo criado e o IPTU²⁹ progressivo no tempo, fizeram com que o fórum se tornasse uma espécie de mediador. O fato é que em alguns procedimentos do projeto crítico dentro da função social da propriedade foram amenizados no PDU de Belém, favorecendo aos setores imobiliários e à construção civil.

Todavia, a disposição local de fortalecimento dos elementos de participação e de divisão territorial indica que houve avanços em relação ao projeto nacional. Segundo Moura (2004), o exercício de mobilização e exposição popular foi um procedimento incomum no contexto amazônico, que repercutiu na posterior consolidação de instrumentos como o Orçamento Participativo (OP) e o Congresso da Cidade em Belém.

Tais ensinamentos também nortearam o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) no Riacho Doce, que surge como uma ação reformista de intervenção na cidade a partir do desdobramento de um projeto de cunho ambiental³⁰ para um plano com propostas de cunho sócio-espacial. O avanço se constituiu na tentativa de consolidar elementos justos para uma gestão democrática para constituir um exercício popular de poder político e de desenvolvimento local.

²⁹ Imposto Predial e Territorial Urbano

³⁰ O Projeto de Recuperação e de Urbanização da Bacia do Tucunduba (PRUBT) iniciado em 1998 tinha como intuito principal sanear toda a várzea da bacia hidrográfica do Tucunduba.

Entretanto, ainda que exista uma preocupação em colocar em exercício novas concepções de planejamento e/ou de gestão, mostra que na prática as idéias de desenvolvimento tradicional ainda não foram superadas pelos reformistas. O caso do projeto de saneamento ambiental para o Tucunduba³¹ (PRUBT), mostrou que algumas práticas e representações do planejamento conservador ainda persistem na ação técnica.

A partir disso, a idéia de um exercício popular de poder capaz de discutir a ação do Estado entra em choque com a inércia dos processos de orientação da sociedade e de gestão democrática. Com efeito, embora a discussão sobre os avanços dos instrumentos reformistas em Belém possa parecer restrita, do ponto de vista qualitativo pode ser considerada significativa.

Por outro lado, no cenário nacional mais recente, têm surgido iniciativas que inauguram, de certa maneira, mecanismos alternativos no processo de institucionalização de outras práticas políticas para o espaço urbano. Souza (2002) cita como exemplos destas novas experiências, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social em Recife (PREZEIS); a gestão democrática de Diadema e o Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre.

No caso da Frente Brasil Popular (FBP), que assumiu a Prefeitura de Belém em 1997, essas experiências repercutiram incisivamente no discurso e na prática política. Sendo assim, o princípio básico da proposta do PDL do Riacho Doce fundamentou-se no ideário da reforma urbana, consubstanciado pela idéia do Orçamento Participativo, tanto, que o principal instrumento político é denominado de gestão participativa. A intenção é atender às demandas reais e historicamente reprimidas das classes sociais mais pobres, não atendidas nas formas anteriores de planejamento.

Em cima disso, os pressupostos e as premissas de planejamento e de gestão adotam a idéia de fortalecimento dos instrumentos democráticos, por meio de uma negociação corrente entre os técnicos e destes com os moradores locais. A partir desta primeira ação, os técnicos passaram acreditar que a idéia de execução de um desenvolvimento urbano com a colaboração dos moradores, de fato, seja materializada dentro do PDL do Riacho Doce, garantindo o reconhecimento de representações pré-estabelecidas a partir das experiências adquiridas e das vivências cotidianas.

³¹ Conforme Marques (2001), percebe-se uma incoerência metodológica na implementação do projeto Tucunduba, influenciado pela falta de critérios condizentes com as idéias reformistas. Isto se deve aos modelos impostos, a não capacitação dos técnicos e a correlação de forças envolvidas.

3.2 O plano como materialização de uma proposta de desenvolvimento urbano

A sociedade capitalista produziu uma divisão produtiva que se refletiu no espaço. Tornou-se indubitável a inadequação de uma solução de caráter geral e padronizado, perante à complexidade do espaço urbano e à pluralidade de sujeitos e ações nitidamente hierarquizados e diferenciados.

Nestes moldes, o novo gerenciamento para a cidade tende a valorizar ações individuais, inovadoras e descentralizadas, que coloquem em evidência a competitividade e a solidariedade. Sanchez (1997) evidencia o local como possibilidade dos agentes endógenos assumirem o seu modelo de desenvolvimento, por meio da exploração dos seus recursos e da cooperação. Deste modo, a esfera local é considerada capaz tanto de promover uma mudança social positiva, em razão da proximidade com o “cidadão”, como de operar transformações necessárias à maior concorrência econômica.

Nessa direção, a aposta no dinamismo local é uma das saídas encontradas para redimensionar o poder do Estado, evitando as conseqüências negativas do modelo do nacional desenvolvimentismo. Acselrad (2002) argumenta que o desenvolvimento local surge como uma estratégia tanto para empresas locais como para os atores políticos envolvidos. A experiência do Riacho Doce expressa uma tentativa reformista de concretizar diversos elementos constitutivos das práticas de desenvolvimento local/urbano, criando uma proposta alternativa..

Conquanto, a revalorização do local não é discurso que surgiu apenas entre os agentes endógenos e progressistas, mas também faz parte do pensamento das instâncias e de grupos externos e hegemônicos, de escalas superiores, propiciando um risco efetivo do desenvolvimento local seguir um viés estratégico, cujos interesses estejam vinculados ao mercado global (BRAGA, 2001). Portanto, o caráter alternativo pode escamotear possíveis conflitos, em função das concepções divergentes que a idéia de desenvolvimento local pode assumir, de acordo com interesses políticos em jogo.

No espaço urbano tais disposições acabam sendo determinadas por fenômenos implícitos em sua realidade. Deste modo, as diretrizes do desenvolvimento local variam de acordo com as correlações de força dos atores sociais, a abordagem teórica sobre a cidade e a própria concepção de desenvolvimento, edificando uma teia de políticas públicas urbanas distintas e, ao mesmo tempo, agregadas.

O desenvolvimento local explicitamente competitivo apresenta um pragmatismo técnico, a união com a iniciativa privada e uma sucessiva criação de imagens positivas como seus principais estratégias. Para Frey (1996), o quadro administrativo obedece a uma burocracia rígida e inata, enquanto a participação popular é muitas vezes contemplativa e legitimadora, através da massificação de uma identidade coagida.

Para tanto, são priorizados planos estratégicos e grandiosos em pontos ardilosos da cidade, capazes de vender uma imagem de vanguarda atenta aos grandes dilemas urbanos. Sanchez (2004) traduz estas ações como sendo um “urbanismo de espetáculo³²” subsidiado por uma oportunista e eficiente máquina de propaganda. A necessidade de produzir representações justifica-se pela atração de novos turistas (consumidores), ao mesmo tempo, que se consolida como instrumento “coletivo”, fruto de um consenso sem diálogo.

As chamadas cidades-modelo são imagens de marca construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades. (...) Os atores que participam desse campo realizam as leituras das cidades e constroem as imagens, tornadas dominantes mediante estratégias discursivas, meios e instrumentos para a sua difusão e legitimação em variadas escalas. (SANCHEZ, 2004, p.1)

A cidade torna-se abstrata, ilusória, uma atração para os visitantes, enquanto os moradores locais contemplam e glorificam seus administradores. Em contrapartida, os conceitos de cidadania e de participação são assolados, destituindo uma possível conscientização política e escamoteando os conflitos. Tal despolarização do espaço urbano apenas contribui para a reprodução social para acumulação de capital.

Além disso, a implementação do desenvolvimento local competitivo na cidade adota uma abordagem individualista, aprofundando a fragmentação territorial e a reificação do espaço. Logo, este tipo de gestão empresarial da cidade, baseada no consumo do espaço e na concorrência global, beneficia tão somente os agentes que monopolizam o poder local.

Vainer (2000) afirma que o desenvolvimento local competitivo trata a cidade ou como uma mercadoria, ou como uma empresa, operando como um instrumento ideológico. Assim, existiria uma divisão intra-urbana: a “city”, impondo a idéia de espaço concebido

³² Curitiba é um exemplo símbolo do urbanismo espetáculo no Brasil, vendendo uma imagem de “cidade modelo”. Os projetos engenhosos dão um aspecto visível e simbólico às obras, criando uma atmosfera positiva e contemplativa entre os moradores locais e que agrada aos visitantes, é o chamado “city marketing”.

como uma mercadoria, ou como uma empresa; e a “*pólis*”, produzida socialmente a partir de encontros e conflitos.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), por sua vez, combina de maneira geral as potencialidades próprias da cidade com o “empreendedorismo” dos agentes locais envolvidos. As ações são definidas de acordo com o contexto situacional, isto é, a capacidade de se chegar à situação esperada através de um processo teleológico. O princípio de sustentabilidade é fundamentado no padrão de organização dotada de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

A gestão administrativa da cidade, nos moldes do DLIS, reforça a idéia de consenso entorno de um planejamento estratégico de crescimento e de modernização. Neste aspecto, Franco (2000) reforça que é preciso estabelecer uma dinâmica sistêmica fechada, susceptível de constante realimentação. Em vista disso, o urbanismo situacional requer um capital social³³ acentuado, ou seja, uma mobilização social capaz de agrupar e criar ambientes favoráveis para desencadear fluxos “sinérgicos” que tornam possível o crescimento simultâneo de todos os fatores do desenvolvimento.

Fica óbvio que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável não é uma estratégia somente econômica. Ele é, também, um campo de experimentação para novas práticas políticas (construção de novos espaços ético-políticos, de novas institucionalidades participativas e de novos modelos de gestão de políticas públicas, governamentais e não-governamentais), novas práticas sociais (implementação de estratégias inovadoras de desenvolvimento social baseadas na parceria Estado-Sociedade e celebração de pactos sociais) e novas práticas de desenvolvimento (aplicação de novos *softwares* sócio-produtivos baseados em novos “contratos naturais”, experimentação de novos padrões de produção e de consumo). (FRANCO, 2000: 14).

Todavia, a idéia de pacto social no DLIS destoa da realidade dos espaços urbanos brasileiros, reconhecidamente heterogêneos e contraditórios. A opção por um pensamento “único” não considera quais são os pensamentos menos ou mais contemplados. Há, freqüentemente, por trás de um consenso, ainda que a parceria seja efetivada, um favorecimento ao grupo social que está à frente do poder político e econômico, o que expurga o conflito do campo de análise, não dando margem para a negociação.

Por sua vez, a conquista da sustentabilidade passa pela implementação local de processos de fortalecimento da comunidade e de externalização de vantagens endógenas.

³³ Segundo Franco (2002), capital social se dá quando há redes de conexão entre as pessoas que permitem a formação de parcerias e de associações entre elas, fortalecendo a cidadania de cada indivíduo.

Braga (2001) considera um contra-senso vender a idéia de um desenvolvimento micro diante de uma realidade dominada pelos interesses globais do mercado. A cidade assume um caráter autônomo, com interesses próprios e comuns, contrapondo-se ao entendimento de que a cidade é um espaço social, produto de lutas pela sua apropriação e uso.

Deste modo, o DLIS³⁴ adota a cidade como um empreendimento unívoco e coletivo, mesmo em uma sociedade essencialmente individualizada pela padronização e consumismo. Ademais, o fortalecimento do capital social ainda é um processo em andamento nas cidades brasileiras; logo, é improvável que os moradores tenham a autonomia e a liberdade necessária para contrapor os interesses hegemônicos.

No que concerne à concepção de desenvolvimento local ambientalista, apresenta-se uma noção de qualidade de vida reduzida às necessidades biológicas do ser humano. Souza (2002) explica que ao invés de contribuir na discussão dos dilemas sócio-espaciais da cidade, tal discurso acaba tornando-se um instrumento ideológico. Ademais, a distinção individual e de classes no consumo e na depredação do espaço urbano não são discutidas no urbanismo ecológico.

Contudo, é preciso considerar as mudanças operadas, principalmente através de um pensamento crítico sobre a cidade nos últimos anos. Existem diferentes orientações, que vão das mais conservadoras (planejamento estratégico) aos mais politizados (planejamento reformista) que visam estimular a organização da sociedade civil e os mecanismos de decisão no espaço urbano. Neste ponto, existem modelos distintos de orientação de políticas urbanas, que repercutem, em última instância, na concepção de desenvolvimento e da própria cidade.

Nesta direção, Braga (2001) propõe um desenvolvimento local solidário, a partir do fortalecimento dos mecanismos de participação e de gestão local e, ao mesmo tempo, sistêmico, com uma maior integração do local com o global. Para tanto, a autora aponta a necessidade de negociação sem negar os conflitos, deixando claro quais interesses seriam alocados. Outro elemento seria a recuperação do sentido de solidariedade para universalização dos direitos, inclusive os ligados aos interesses globais.

³⁴ O DLIS é fundamentado na idéia de Planejamento Estratégico Situacional (PES) de Matus (1989), que adota um modelo que aposta na habilidade profissional e política do técnico e na capacidade dos moradores de dialogar com esse mesmo técnico, porém a idéia de consenso prevalece, ou seja, os conflitos de interesses teriam que ser convergidos para um pensamento único.

Para que o poder local possa atuar no sentido da construção de políticas de desenvolvimento local baseadas em uma lógica que prioriza a inclusão social e a solidariedade é necessário que compreenda a extensão dos constrangimentos à sua ação e avalie corretamente as possibilidades para ação política. Para tanto, é imprescindível reconhecer a força dos oponentes e construir uma articulação robusta, que pressupõe recuperar a política e o fazer político, em especial através da construção de laços de solidariedade que possam dar conta de interesses tão diferentes das diversas populações marginalizadas (BRAGA, 2001: 37).

Por sua vez, a proposta de desenvolvimento local reformista da PMB busca uma inserção de fato da cidade “ilegal”, que sempre esteve excluída das políticas urbanas em Belém, sendo, também, um mecanismo para se potencializar as forças políticas das ocupações. E assim sugere a FBP³⁵: “o governo do povo propõe realizar uma experiência de implementação de projetos de reurbanização em áreas de ocupação, através de um planejamento que consolide um modelo de co-gestão” (BELÉM, 2001a, p.4).

Neste ponto, há uma crença na aptidão da comunidade local para sustentar este projeto alternativo, visando à mudança na matriz do desenvolvimento da cidade. Tal procedimento passava pelo entendimento de que este processo é um exercício permanente de democracia participativa. Em decorrência disso, o fortalecimento político dos moradores é um dos elementos chave dessa proposta de desenvolvimento local, senão vejamos:

Dentro desta perspectiva, a atual gestão municipal, através do governo do povo, vem implementando uma forma de governar que se expressa no seu mais amplo espaço de planejamento que é o Congresso da cidade, como uma forma de governar, onde se compatibiliza as participações sociais e diretrizes estratégicas de governo de forma que todos os segmentos sociais possam formular e apresentar proposições referentes à cidade. (BELÉM, 2001a:12).

O PDL enfatiza que o grande desafio, neste aspecto, é construir uma postura de abdicação de formulas viciadas já consolidadas na relação entre os técnicos e a população atingida, onde as diferenças são dissimuladas e que produzem uma cidade desigual e excludente.

Implica ainda, em abandonar a postura convencional do planejador de distanciamento dos agentes sociais locais, passando a prática de um diálogo com os agentes sociais locais, onde o conhecimento do outro (desejos, expectativas, necessidades) ocorre ao

³⁵ A Frente Brasil Popular (FBP) era a coligação política formada pelo PT, PSB, PC do B, PPS e PSTU, que elegeu Edmilson Rodrigues para a Prefeitura Municipal de Belém em 1996.

mesmo tempo em que o planejador se deixa conhecer, estabelecendo assim uma troca constante de conhecimentos sobre a vida nas cidades, suas implicações, limites e possibilidades. Ambos, agentes sociais locais e planejadores, atuam como sujeitos do processo de planejamento, o que transforma as etapas de concepção, elaboração, sistematização e implementação de um plano em exercícios de uma democracia participativa. (BELEM, 2001a: 2, grifos nossos).

Percebe-se, que a partir do diálogo entre técnico e morador local, o PDL sugere que haja a absorção das possíveis representações sociais dos atores sociais locais. Desta maneira o técnico precisara valorizar o conhecimento do “outro”, assim como compartilhar o seu próprio conhecimento.

Em cima desta proposição, há uma similaridade teórico-conceitual com as opiniões que Matus (1989) apresenta quando propõe uma superação do planejamento normativo³⁶ pelo planejamento estratégico situacional.

O modelo normativo de planejamento caracteriza-se, justamente, por um reducionismo ilegítimo de todas as ações. Por sua vez, a eliminação artificial do “outro” revela a existência de um “eu” com poder absoluto. . (...) Se o ator que planeja compartilha a realidade com outros atores que também planejam, então, necessariamente, o planejamento deve abranger o problema de vencer ou contornar a resistência dos outros ao seu plano. O contexto do plano é uma passagem do conflito, negociação e consenso. (MATUS, 1989: 55, grifos nossos).

Enfim, as famílias atingidas e a equipe técnica atuam como sujeitos desta proposta de desenvolvimento local reformista, o que transforma as etapas de concepção, elaboração, implementação e de controle do PDL, um exercício político de construção do poder popular, possibilitando a ampliação e o fortalecimento dos instrumentos de gestão da cidade. (BELEM, 2001a). Desta forma, a proposta da PMB sugere uma articulação política entre os vários atores sociais envolvidos através de uma postura consensual.

De outro lado, o fortalecimento da cidadania e da solidariedade requer, também, uma articulação com o regional e o global, tanto quanto busca a redução das desigualdades sócio-espaciais no local. Com este intuito, o PDL sugere uma matriz inovadora de política pública na cidade que abarcasse não apenas o urbano, ou o local, mas que estivesse vinculado com possíveis mudanças no conjunto do País.

³⁶ O planejamento normativo, para Matus (1989), era aquele que se caracterizava pelo não diálogo entre o técnico e o morador, ou seja, pela imposição de cima para baixo.

O Plano, ainda que possuidor de objetivos e objetos específicos, mesmo estando limitado a uma realidade micro, deve refletir as dinâmicas estabelecidas nas várias escalas: local-regional-nacional-global e em se tratando da Amazônia, a especificidade de processos desencadeados (conflitos de terra, deslocamentos populacionais, “grandes projetos”), que representam a emergência de desafios urbanos para a região. (BELÉM, 2001a: 15, grifos nossos).

Nesta perspectiva, o PDL assemelha-se ao ponto de vista de Braga (1999) quando esta propõe uma concepção sistêmica de desenvolvimento a partir de uma interação estratégica entre as escalas micro, meso, macro e meta, na tentativa de evitar que a proposta de desenvolvimento local solidário implemente uma fragmentação entre as esferas do espaço.

Chama atenção para o fato de que a atuação do poder público local na promoção do desenvolvimento não é incompatível com a atuação das esferas estadual e federal, pelo contrário, para que a política local seja efetivada é preciso haver uma parceria entre os três níveis de governo de forma que se articulem com as iniciativas no campo da promoção econômica, política de competitividade e de política industrial(...) As propostas de desenvolvimento local foram essencialmente ao nível meso, com algumas propostas ao nível micro, o que representa uma importante limitação. (BRAGA, 1999:11, grifos nossos).

Por outro lado, a idéia de sustentabilidade visa a “estabelecer padrões e procedimentos próprios para servirem de orientação às ações do governo municipal na implementação de programas e projetos da política urbana ambiental e de autoconsciência” (BELÉM, 2001a, p.34). Trata-se de uma proposta de institucionalização de uma prática política dentro da cidade a partir do PDL, como indica o próprio documento:

A proposta do Plano de Desenvolvimento Local pretende, assim, potencializar projetos e intervenções atuais e futuras, agindo de forma integrada, orientando ações, e transformando esta experiência em referência de co-gestão da cidade. Desta forma, o plano não tem uma finalidade em si, mas pretende tornar-se o caminho para a mudança. (BELÉM, 2001a, p.15, grifos nossos).

Franco (2000), também assume uma postura análoga quando define a idéia de sustentabilidade³⁷ dentro do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável:

³⁷ O princípio de sustentabilidade no DLIS diz respeito a um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem um padrão de organização em rede que permite sua institucionalização (FRANCO, 2000, p.23)

Em geral se confunde sustentabilidade com durabilidade de um ente ou um processo. Mas a durabilidade é uma conseqüência da sustentabilidade. Se um sistema é sustentável então ele é durável, mas porque ele é capaz de se auto-organizar, de se reproduzir, enfim, de autocriar as condições para a sua continuidade. (FRANCO, 2000, p46, grifos nossos).

A noção de sustentabilidade ambiental, que diz respeito ao não esgotamento daqueles recursos naturais do Riacho Doce que são necessários para as gerações atuais e que, imagina-se, serão necessários também para as gerações futuras. Tem dentro do PDL um volume exclusivo (terceiro), que faz um relatório das alterações na bacia hidrográfica e na cobertura vegetal original do local, apresentando projetos de recuperação e de educação ambiental.

O Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal, tem como objetivo eleva o padrão sócio-ambiental da população, melhorando a sua qualidade de vida através de diversas intervenções integradas com a comunidade organizada. (...) face a recente transformação, conseqüente da relação sociedade-natureza, avaliamos que os impactos ambientais, por serem recentes ainda são reversíveis. A recuperação dos cursos de água, parte da vegetação original ao longo do igarapé e no interior dos assentamentos pode promover melhoria na qualidade de vida dos moradores das áreas. (Belém, 2001c, p.3, grifos nossos).

Observa-se uma relação direta da proposta de sustentabilidade ambiental e de urbanismo ecológico, porém, o PDL não limita as necessidades humanas às amenidades ecológicas. Em vez disso, o documento aponta parâmetros econômicos e políticos para a utilização comercial e de manejo florestal, assim como para potencializar um ponto turístico no Riacho Doce.

Por fim, a sustentabilidade cultural cogita a necessidade de se resgatar “as lutas históricas e sociais na busca de conhecimento e reconhecimento e das identidades culturais e sociais dos agentes sociais locais, para o fortalecimento de sua organização” (BELÉM, 2001d, p.16). Embora não explicitada, a dimensão do espaço vivido acaba se configurando na proposta de desenvolvimento local no Riacho Doce:

A realização da experiência de um plano de desenvolvimento construído socialmente representa a possibilidade real de potencialização das forças políticas necessárias à consolidação da nova matriz de planejamento que está sendo proposta: o de inclusão de agentes sociais e espaços da cidade, que ao contrário de serem tratados a parte, ou como anomalias, sejam reconhecidas como partes constitutivas da identidade da cidade possuidora de histórias e de autoconsciência. (BELÉM, 2001d, p34, grifo nosso).

Todavia, o desafio consiste em identificar como o vivido vai ser incorporado na intervenção pública. Neste sentido, a idéia de que a “construção ou melhorias de unidades habitacionais devem respeitar as especificidades e representações simbólicas das comunidades locais” (BELÉM, 2001a, p35) lembram a percepção sobre a importância do espaço-casa para os moradores das ocupações urbanas explicitada por Costa³⁸ (2002):

No processo desencadeado pelas “ocupações espontâneas”, em Belém, a tensão entre os que lutam pelo direito à moradia e o direito à cidade e aqueles que querem restringí-los e excluí-los desse direito, configura um agente social muito importante na sociedade contemporânea: o agente social urbano representado pelos “ocupantes”, que empreende a produção de sua casa, do seu “lugar” na cidade e da própria cidade (COSTA, 2002, p.66).

Nota-se que na concepção do PDL e de Costa (2002) as moradias das ocupações urbanas de Belém estão “afetadas pelas práticas culturais próprias dos locais de origem de seus moradores e podem ser reflexos do processo econômico da cidade” (COSTA, 2002, p.74). Diante disso, seu significado, uso e funcionalidade retratam a representação que o morador adquire em sua experiência de vida anterior, principalmente a ribeirinha.

Neste sentido, produz-se uma simbolização do “lugar” pelo grupo ou pelos grupos sociais, que permite o domínio do território e sua organização interna e externa. O lugar antropológico permite sua análise em diferentes escalas: o bairro, a praça, a casa, a rua. Para a presente investigação, propõe-se utilizar a casa como escala de análise para entender a relação dos agentes sociais e suas territorialidades, construídas no processo de conquista e manutenção do território (COSTA, 2002, p.66, grifos nossos).

Além disso, o PDL adota a idéia de fortalecimento das estratégias de trabalho e renda pré-existentes no cotidiano do Riacho Doce, para fomentar ações de potencialização econômica. A incorporação, neste caso, da teoria da economia popular solidária³⁹ reforça o intuito de valorizar as práticas sócio-espaciais já estabelecidas na ocupação do Riacho Doce, como indica o seguinte enunciado:

³⁸ Solange Gayoso Costa foi coordenadora do projeto de participação comunitária da equipe social do PDL, durante o período de 2001 a 2004.

³⁹ Para SINGER (2002) a Economia Popular Solidária é aquela na qual os agentes econômicos buscam a cooperação entre si ao invés de competir, e Popular quando se refere à população de baixa renda.

A proposta do PDL Riacho Doce e Pantanal pretende potencializar a organização espacial já estabelecida, integrando-as à área de expansão e qualificando-as através da implantação de infra-estrutura, equipamentos urbanos, e novas unidades habitacionais, agindo de forma integrada, orientando ações e transformando esta experiência em referência de co-gestão da cidade (BELÉM, 2001a, p. 35, grifos nossos).

Assim, a percepção das experiências e das vivências no PDL admite definições distintas. Contudo, o vivido não é explicitamente reconhecido no documento final, mas subentendido em algumas propostas assumidas. Paradoxalmente, em algumas ponderações a busca pelo embelezamento e de modernização do espaço ainda prevalece sobre a idéia de potencializar o espaço socialmente construído:

O traçado urbano é definido como um condomínio horizontal, buscando a integração da área de expansão e a área já ocupada. (...) pressupõe, sem prejuízo da qualidade ambiental, um sistema de circulação de veículos bem definido, de modo a possibilitar melhor ocupação das quadras e que as distâncias a serem percorridas entre residências, equipamentos e transportes coletivos não sejam superiores a 600 metros. (BELÉM, 2001d, p.36, grifos nossos).

Em tese não há uma concepção específica de desenvolvimento local dentro do PDL, e sim uma combinação entre as diversas políticas urbanas emergentes de desenvolvimento local. O que se pode afirmar, então, é que o PDL busca uma concepção de desenvolvimento local sustentável e participativo.

O processo de atenuação dos conflitos sociais e, por conseguinte, os ganhos em termos de justiça social na cidade são ancorados na efetivação de um planejamento socialmente construído. A intenção do PDL é criar um processo de elaboração, implementação, controle e avaliação do plano que seja um exercício coletivo e contínuo de democracia participativa. Cabe apontar, que o técnico torna-se um elemento chave desse desenvolvimento local, uma vez que se tornam consultores populares.

Por outro lado, o fortalecimento da cidadania requer, segundo a matriz do PDL, uma interação entre o local com o regional, e o global, tanto quanto busca a redução das contradições da sociedade. Logo, a sustentabilidade local remete às políticas públicas que não abarquem somente a cidade (local), mas que estejam em sintonia com possíveis alterações no contexto geral. Desta forma, o plano não pode ter uma finalidade em si, mas precisa desencadear um caminho para possíveis mudanças.

Diante disso, é preciso reconhecer que o reducionismo próprio da idéia de valorização do local pode diminuir as possibilidades dos instrumentos de ação reformista, bem como a democratização da cidade, através da inversão de prioridades e da co-gestão com os moradores. Com efeito, Souza (2002) postula que a idéia de mudança social positiva precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas as espacialidades em suas múltiplas dimensões.

Conquanto, é preciso considerar que houve esse acréscimo substancial na proposta reformista do PDL, que é o fato de pensar também pelas dimensões espaciais. Dessa maneira, o Riacho Doce pode ser reconhecido como produto de um processo histórico de apropriação dos moradores locais através da consolidação de representações específicas, confrontando-se à reprodução do espaço capitalista. Logo, o vivido oferece continuidades e descontinuidades que pode proporcionar ao Riacho Doce uma ruptura no espaço-tempo da metrópole que se acentua na vida cotidiana dos seus moradores.

Enfim, a idéia de desenvolvimento local tem instrumentos passíveis de serem utilizados no planejamento e na gestão de uma cidade mais justa e equitativa, ao mesmo tempo em que se constituem em barreiras, que podem apenas contribuir para manter a lógica individualista e de mercado.

3.3 Elementos e instrumentos da gestão participativa

A reestruturação do panorama financeiro, político e produtivo mundial, nas últimas décadas, redimensionou as ações do poder público em todas as esferas. Tal dinâmica possibilitou uma mundialização do processo de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que acirrou as contradições sócio-espaciais.

No Brasil, este processo coincidiu com o momento de transição de um regime autoritário militar para um regime democrático. No entanto, Diniz (1997) afirma que houve uma crise de governabilidade e de legitimidade gerada pela incapacidade de implementação dos projetos elaborados. Assim, propiciou um cenário adequado para a reforma no Estado baseado na descentralização do poder, na privatização, na flexibilização do trabalho e na introdução de uma racionalidade (competitiva) de mercado.

Neste contexto, os municípios recebem novas prerrogativas políticas que antes eram de responsabilidade de outras esferas do Estado, porém, sem o devido repasse de recursos fiscais e de condução administrativa. O desenvolvimento urbano passa a ser responsabilidade de uma articulação dos agentes sociais locais. Neste sentido, a dinâmica de produção do espaço social depende de uma rede de ação, na qual dois agentes ou mais procuram fazer uma convergência entre os seus interesses.

Todavia, a realidade urbana é extremamente complexa, Gottdiener (1993) afirma que há uma rede de ação coletiva denominada de trama, cuja pluralidade de sujeitos é que viabiliza as diferentes estratégias de apropriação do espaço. Nesse sentido, as orientações centrais na reprodução espaciais ainda estão presas à lógica dos agentes hegemônicos, apesar do crescimento dos ativismos de bairro e dos movimentos sociais⁴⁰.

A trajetória dos ativismos sociais no País em muito foi resultado de ações localizadas e notadamente reivindicatórias. Gohn (1993) cita as associações criadas pelos moradores de favelas como exemplo de ativismo de bairro que se transformou em um debate político e crítico sobre a exclusão residencial nas cidades brasileiras. Por outro lado, existem demandas pontuais, como a luta para obtenção de melhorias para uma rua, que limitam determinados ativismos de bairros aos interesses de um pequeno grupo.

Na experiência do Riacho Doce, o Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MTUAT) foi um exemplo de ativismo local forte em torno de uma reivindicação urbana: a luta por moradia. No entanto, após esse primeiro processo os líderes locais não conseguiram a mesma mobilização dos moradores para exigir infraestrutura e a não degradação do ambiente.

Embora tivessem limitações e não buscassem necessariamente uma mudança profunda da sociedade urbana, o ativismo de bairro contribuiu para a conquista de novos horizontes de participação e de solidariedade. Ademais, podem englobar dimensões menos materiais do espaço, que são essenciais para a qualidade de vida individual e coletiva.

⁴⁰ De acordo com Souza; Rodrigues (2003) todo movimento é um ativismo social, mas a recíproca não é verdadeira: nem todo ativismo é um movimento social. O ativismo é uma categoria mais ampla, enquanto o movimento social é um tipo especial de ativismo. Está voltada para transformações mais ou menos profunda da sociedade, ou seja, não fazem reivindicações pontuais, pelo contrário, atuam em diversos níveis, e não apenas localmente

Os movimentos sociais também contribuíram para a legitimação do poder político na cidade. Neste sentido, Daniel (1988) indica que o “poder social⁴¹” local, dentre os quais existe aquele veiculado ao movimento populares urbanos, acabaram eventualmente repercutindo nas decisões da administração municipal.

Embora não consistissem em ações voltadas diretamente para o enfrentamento dos problemas urbanos, os movimentos sociais na cidade permitiam uma visibilidade política maior. Para Rodrigues (1993), ficou cada vez mais evidente a importância dos movimentos populares urbanos na redefinição do espaço na/da cidade. Em consequência, aumentou sua influência na correlação de forças dentro das redes de ação no espaço urbano no Brasil.

Neste cenário, a agenda pós-constituente e a chegada ao poder, nos últimos anos, de vários governos com perfil reformista acenam para um outro paradigma. O caráter político do planejamento passa a ser assumido de maneira explícita e positiva, sendo o urbano reconhecido como um ambiente de luta no qual se confrontam e/ou convergem interesses divergentes ou até mesmo antagônicos (SANTOS JR., 1996).

Houve, então, uma nova (re) democratização das relações entre o poder público e a sociedade civil, no qual culminaram com o avanço e a consolidação da idéia de participação popular para controlar e garantir a universalização dos direitos. Ribeiro (1994) afirma que a efetivação da gestão democrática pressupõe o envolvimento dos diversos agentes sociais, em especial aos ligados as classes populares.

Em Belém, esse processo culminou com a eleição em 1997 de um representante do Partido dos Trabalhadores (PT) para administração municipal. Com isso, os princípios básicos de gestão democrática na cidade são fundamentadas nas diretrizes do Orçamento Participativo⁴²(OP) instrumento utilizado pelo PT desde de 1983 no ABC paulista.

.Contudo, é preciso atentar-se para algumas associações feitas precipitadamente que deixam transparecer uma relação de causa e efeito. Este é o caso de democracia e participação. Habermas (1995) aponta três modelos normativos de democracia: trata-se da concepção liberal, na qual o interesse do mercado prevalece; a representativa onde a sociedade centra-se no aparelho do Estado; e a delegativa, que trabalha com o fortalecimento da esfera pública autônoma e com a formação de cidadãos.

⁴¹ Para Daniel (1988) o poder social tem diferentes modalidades e alcança sua eficácia no plano simbólico que pode está vinculado aos movimentos sociais ou às elites locais, dependendo do seu substrato material.

⁴² O OP é um instrumento de gestão urbana que envolve aspectos que vão das estratégias para facilitar e promover a participação do maior número de pessoas a uma necessária preocupação com a dimensão espacial (SOUZA, 2002)

Não existe, portanto, uma correlação direta entre a participação e a democracia, ou seja, o fato de trabalhar com desígnios democráticos não significa, necessariamente, que haja uma participação autêntica. Isto porque a democracia liberal e algumas formas de democracia representativa não assumem de fato a participação popular como um ponto crucial, e sim como forma de legitimação política.

Percebe-se, então, dentro das experiências democráticas no Brasil muitas variações quanto aos objetivos e, especialmente, sobre o grau de abertura para a participação popular. Em relação aos mecanismos de planejamento participativo, Souza (2002) exhibe uma classificação⁴³ que avalia e distingue o grau de abertura que vão da não participação a participação autêntica.

A coerção corresponde às situações de não participação, na qual a decisão é tomada de forma autoritária e centralizada. A manipulação se dá quando a população envolvida é induzida a aceitar a intervenção, através da propaganda positiva. Os mecanismos adotados buscam a legitimação da ação implementada.

No caso da informação, o poder público disponibiliza determinadas informações mais ou menos completas sobre os projetos em andamento. Já na consulta, este não se limita a permitir o acesso às informações, mas faz uma consulta à população. A grande questão é que não há garantia legal e nem compromisso de que essa consulta será ou não incorporada. Desta maneira, os argumentos técnicos acabam invariavelmente desqualificando as opiniões populares.

A cooptação trabalha com a idéia de agregação de lideranças populares ou de grupos de ativistas pela administração pública. Neste sentido, há um perigo real de domesticação da participação, mesmo com a institucionalização de uma instância participativa. Na prática, a cooptação pode beneficiar individualmente ou mesmo grupos, mas não consegue atingir positivamente todos os moradores.

A parceria representa, segundo Souza (2002), uma forma inicial de participação autêntica, visto que Estado e sociedade civil colaboram, através de negociações transparentes, para a implementação de uma intervenção. Já a delegação de poder extrapola a parceria, uma vez que o Estado abdica de determinadas atribuições, repassando

⁴³ Baseado em Souza (2002) é possível criar outras escalas de avaliação do planejamento e da gestão: através da idéia força central; o escopo; o grau de interdisciplinaridade; a permeabilidade em face da realidade. Em relação especificamente ao grau de abertura para a participação o autor considera a coerção e a manipulação situações de não participação, já a informação, consulta e cooptação são graus de pseudoparticipação, enquanto a parceria, a delegação de poderes e a autogestão são formas de participação autêntica.

inteiramente para a sociedade. Parceria e delegação de poder consistem em situações máximas de co-gestão entre o Estado e a sociedade civil dentro dos pressupostos da democracia representativa.

No que concerne à implantação de uma auto-gestão, exige-se uma outra forma de democracia que não esteja vinculada à idéia de transferência irrestrita do poder de decisão política para um representante legislativo. Trata-se, portanto, de uma utopia que ainda pode ser concretizada, porém não pode ser realizada dentro de uma racionalidade competitiva e individualista do capitalismo.

No caso do PDL, o mecanismo de participação baseia-se na idéia de parceria, isto é, de diálogo contínuo entre os técnicos e os moradores para a construção de um “planejamento socialmente construído” (BELÉM, 2001a). Logo, o principal instrumento de implementação desta parceria baseia-se na concepção de gestão participativa⁴⁴.

Trata-se de uma alternativa local para se construir uma socialização das decisões, tentando limitar os equívocos e, acima de tudo, inverter as prioridades no tocante às estratégias de investimentos urbanos. Na experiência do Riacho Doce, a gestão participativa tenta relacionar o fortalecimento da consciência política popular, objetivo de longo prazo, com projetos palpáveis e atrativos com menores prazos de duração.

No entanto, isto remete a uma outra discussão, a carência de capital social, entendido como a capacidade de se engajar coletivamente, formando parcerias para defender seus interesses. Neste caso, os chamados arranjos institucionais locais, pelos menos em termos efetivos, não seriam suficientes, contrariando a idéia dos (neo) institucionalistas de interface entre a dinâmica político-social com a econômica.

Isto porque não existiria uma cultura no Brasil de estabelecer comunidades cívicas, ou seja, organizações populares de reivindicação. Santos (1998) fala em uma “erosão das normas de convivência social”, na qual a incerteza e a desconfiança em relação à esfera pública prevalecem no País. Desta forma, as expectativas institucionais implícitas e efetivas de distribuição de valores participativos não impetrariam as respostas pretendidas da população.

Dentro dessa perspectiva culturalista, a soberania do passado sobre o presente expressa o personalismo brasileiro, baseada nas relações de compadrio, de trocas de

⁴⁴ A gestão participativa tem como características principais a participação da comunidade na gestão (OP, conselhos populares), o predomínio do princípio de cooperação e de integração, a politização de questões ligadas à justiça social e a valorização do poder legislativo. (FREY, 1996).

interesses e de favores. Contudo, Souza (2000) afirma que por mais que exista uma herança pré-moderna, a “subcidadania” brasileira é resultante de um efetivo processo de modernização que retira sua eficácia da “impessoalidade” típica de instituições como o mercado e o Estado capitalista.

Assim, o que houve foi uma falta de sintonia entre a esfera pública e o cotidiano, ou seja, em sua maioria as regras formais e as leis institucionalizadas foram desvinculadas da realidade brasileira. Tal discrepância fez, por um lado, que a sociedade se desinteressasse pelo contexto político, criando uma democracia de caráter paternalista; ao mesmo tempo, observa-se a infiltração de valores familiares na convivência social, que se exteriorizam na existência de clientelismo, de assistencialismo e de nepotismo.

Pode-se indicar, então, que é possível um fortalecimento da cidadania a partir de uma política de reaproximação da esfera pública com o cotidiano dos moradores. Em vez de se condenar determinados aspectos da realidade de cada lugar, estes seriam condizentes para resgatar outros valores dentro da construção de uma sociedade equitativa (FREY, 1996). Neste sentido, a incorporação das vivências e experiências através da participação dos moradores, certamente permitiria que valores como a solidariedade e a tolerância equilibrassem o individualismo e o consumismo moderno.

A gestão participativa pretende tornar-se o instrumento democrático do PDL do Riacho Doce. Para Rodrigues e Novaes⁴⁵ (2004) é uma tentativa de dividir com os atores locais envolvidos a responsabilidade sobre a condução das ações concretas, bem como os imprevistos deveriam ser discutidos coletivamente, fortalecendo o sentimento de cooperação e de integração entre os moradores e a administração local, e corroborando para politizar cada vez mais a discussão em torno de uma justiça social para a cidade.

Tal gestão participativa combina-se com o ideário da reforma urbana no momento em que se apresenta como uma proposta de descentralização significativa do poder de atuação do Estado e dos investimentos dentro da cidade; ao mesmo tempo em que envolve as famílias locais no processo de potencialização econômica e de geração de trabalho e renda. A experiência do Riacho Doce insere-se nos princípios de inversão de prioridades e de função social da cidade a partir de uma alternativa local de aprofundamento de uma gestão democrática.

⁴⁵ Respectivamente o prefeito e a secretária municipal de coordenação geral do planejamento e gestão de Belém no período de 1997 a 2004.

Com efeito, pode-se considerar que Belém oferece uma alternativa positiva, embora o contexto político anterior em muito não contribuisse para a instalação de um modelo de gestão que se orientasse pelos marcos reformista. De outro lado, a mobilização em torno da discussão do Plano Diretor Urbano (PDU) de Belém trouxe contribuições que emergiram das relações de forças locais e que expressavam as contingências da época (SILVA; SOUZA, 2005). Mais recentemente, o Congresso da Cidade⁴⁶ surgiu com uma proposta institucional local de aperfeiçoar as práticas incrementadas no Orçamento Participativo.

Nesse ponto, a idéia de gestão participativa expressa um amadurecimento qualitativo de uma cultura política em Belém, concretizado no ordenamento da participação e na condução das decisões através de uma base assinalada localmente. Deste modo, os instrumentos de interação entre os diversos atores sociais envolvidos e o poder público municipal buscaram consolidar o modelo de co-gestão e a inserção do espaço social para construir uma lógica contra-hegemônica.

Se assim é, a experiência prática quotidiana e o saber local dos cidadãos deverão ter livre expressão e ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora. Ao mesmo tempo, idealmente, o raciocínio prático do senso comum, que tem livre curso nas situações ordinárias de ação, deveria interagir, dialogicamente com o tipo de conhecimento teoricamente lastreado dos pesquisadores e planejadores profissionais. (...) A práxis planejadora e gestora, e antes dela a pesquisa, deveria, encarnar a fusão criativa do saber dos atores sociais com os balizamentos técnico-científicos trazidos na qualidade de consultores populares. (SOUZA, 2002, p. 69)

O exercício de construção deste poder popular, neste aspecto, exige um comprometimento dos técnicos para uma reaproximação do poder público com o cotidiano do Riacho Doce. Em decorrência disso, as formas de integração tornam-se elementos-chave para compatibilizar a participação dos atores sociais envolvidos com diretrizes estratégicas do poder público; de tal modo que todos os segmentos sociais possam se apresentar como proposições cabíveis.

Desta maneira, a gestão participativa ambiciona ser um dos mecanismos de reconhecimento das representações simbólicas, ou seja, por meio das informações repassadas pelos próprios moradores poderia-se vislumbrar usos e conteúdos do espaço

⁴⁶ De acordo com Rodrigues (2004) o Congresso da Cidade surge como um novo instrumento que foi lentamente substituindo o OP que vigorou no primeiro mandato do PT em Belém. Para a mesma autora, trata-se de um instrumento orçamentário mais abrangente, no que diz respeito à totalidade das questões tratadas no âmbito da cidade

social, ao mesmo tempo em que fortaleceria a gestão democrática, desígnio sempre em pauta no ideário da reforma urbana.

Com o intuito de alimentar o mecanismo de participação dentro da ocupação do Riacho Doce, instituiu-se uma estratégia de implementação de um programa sócio-ambiental de acordo com as representações sociais assinaladas no espaço (BELÉM, 2001d). Deste modo, a predisposição de adotar uma consolidação local de uma cidadania plena, uma ação reconhecidamente de longo prazo, é combinada com projetos palpáveis e imediatos com intuito de atrair e mobilizar as famílias locais. Este programa sócio-ambiental subdivide-se em cinco subprogramas, assim apresentados:

1. **Mobilização, organização e controle social:** que objetiva desenvolver um processo pedagógico junto às lideranças comunitárias para exercerem o seu papel na gestão pública e fortalecer suas responsabilidades nas comunidades e entidades que representam;
2. **Geração de trabalho e renda:** Objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda nas comunidades objetos da intervenção do PDL, através da implantação de cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, assim como, fomentar à potencialização econômica;
3. **Educação sanitária e ambiental:** Objetiva contribuir para a constituição de uma nova mentalidade sanitária e sócio-ambiental através da participação da população em atividades de educação sanitária e ambiental;
4. **Acompanhamento social às famílias remanejadas:** Desenvolver estratégias e mecanismos de apoio às famílias que venham a garantir sua permanência na área beneficiada;
5. **Serviço de atendimento e informação:** Prestar atendimento social às comunidades orientando as famílias para sua inserção nos serviços públicos oferecidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais. (BELÉM, 2001d, p.41)

Percebe-se, que o PDL adota uma metodologia participativa que se orienta e conduz as decisões a partir de uma base assinalada no espaço singularmente apropriado. A dimensão geográfica identificada nas diferenças nas ações insere a questão do espaço no exercício de um poder igualitário, corroborando para identificar as redes locais. Diante desse quadro, essa experiência representa uma possibilidade real de construção de um planejamento urbano alternativo para inclusão dos grupos sociais excluídos.

Enfim, a proposta de gestão participativa no Riacho Doce procurou incorporar as práticas sócio-espaciais dos moradores ao processo de implementação do PDL. Trata-se de um grande desafio, visto que a possibilidade de haver, novamente, um descompasso entre as demandas populares e a capacidade da administração municipal de integrá-las ao processo, também era real.

4 DA REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO AO ESPAÇO DAS REPRESENTAÇÃO: O ESPAÇO VIVIDO DO RIACHO DOCE E SUA INSERÇÃO NAS FORMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

A intenção deste capítulo é analisar as ações concretas dos técnicos e dos moradores durante o período de implantação do PDL no Riacho Doce. Para tanto, é preciso não perder de vista as propostas ostentadas no documento final, para servir de referência à confrontação do mesmo com a atuação na área de intervenção.

De início, há uma descrição dos procedimentos e das etapas que marcaram efetivamente o desenrolar da gestão e do planejamento no Riacho Doce, bem como uma avaliação de como as experiências anteriores e as vivências cotidianas dos moradores foram integradas ao PDL. Trata-se de se comparar o concebido com o vivido, no sentido de revelar as contradições desse novo processo de produção social do espaço urbano.

Posteriormente, torna-se imprescindível ponderar sobre as limitações e as inovações do PDL no Riacho Doce na construção de um modelo alternativo de planejamento e de gestão para o desenvolvimento da cidade. Nessa perspectiva, faz-se necessário uma avaliação dos avanços e limites encontrados durante o período de intervenção, grosso modo pelas dificuldades e pelas possibilidades próprias das singularidades do local.

A partir da experiência do Riacho Doce, cabe uma série de considerações daquilo que pretende ser uma nova contribuição para uma outra reinvenção da cidade. Com base nesse pressuposto, defende-se a idéia de que a percepção das práticas sócio-espaciais presentes dentro do cotidiano pode e deve ser um dos instrumentos norteadores da intervenção, corroborando para a (re) apropriação do espaço.

A finalidade é prosseguir, por meio de um exemplo de uma experiência materializada no Riacho Doce, o desafio de consolidar uma política alternativa de desenvolvimento para a cidade, que seja plenamente democrática e participativa. Neste caso, a mudança passa pela aceitação do espaço vivido como parte constitutiva de uma utopia urbana, que ainda pode ser alcançada.

4.1 Um cotejo entre o concebido e o vivido

A experiência do Riacho Doce propõe, antes de tudo, abandonar a postura de distanciamento da atuação do poder público em relação aos moradores atingidos. Em cima disto, o PDL surge como uma demanda política de um plano de ação sócio-espacial dentro do Projeto de Recuperação e Urbanização da Bacia do Tucunduba (PRUBT).

A incorporação da bacia do Tucunduba⁴⁷ ao espaço urbano de Belém, deu-se inicialmente por meio da criação do cinturão institucional e da construção de casas de abrigos. Posteriormente, o advento do campus pioneiro da UFPA na área e o crescimento populacional da cidade dissiparam o caráter repulsivo antes existente. Assim houve uma ocupação “desordenada” e progressiva (FERREIRA, 1998); fato este que integrou definitivamente a bacia do Tucunduba ao todo da cidade, porém mantendo a exclusão como seu aspecto mais marcante.

A proposta de saneamento da bacia do Tucunduba data de 1992 quando a administração municipal da época conseguiu firmar convênios com o Programa e Habitar Brasil\BID (HBB) da Caixa Econômica Federal (BARBOSA, 2003). Em 1997, ao assumir o executivo da cidade, o Prefeito Edmilson Rodrigues resolve dar continuidade ao projeto Tucunduba, sob pena de impossibilitar novos financiamentos para Belém.

Contudo, uma análise do referido projeto apontou equívoco técnico, em relação aos procedimentos de retificação e de concretagem de seus tributários à montante. Tal disposição poderia acarretar em uma intensificação do alargamento à jusante, visto que o igarapé do Tucunduba não conseguiria acompanhar a velocidade da vazão dos seus afluentes, o que o levaria a transbordar frequentemente (BELÉM, 2000). Ademais, tal ação buscava apenas resolver o problema de assoreamento do leito do igarapé, mas não tratava das ocupações humanas alocadas às margens do Tucunduba.

Em 1998, face aos problemas detectados e com a intenção de diminuí-los, a PMB determinou a realização de estudos para redimensionar o projeto para a bacia do Tucunduba (BARBOSA, 2003). Para tanto, recomendou à Universidade Federal do Pará (UFPA) uma pesquisa na área, a partir da qual surge a primeira versão do PRUBT.

⁴⁷ A bacia do Tucunduba tem aproximadamente 8 km quadrados, no qual 37% é de terrenos de cota inferior ao da maré máxima. Estima-se que o número atual de moradores é 150 000 pessoas. A bacia é constituída dos igarapés do Tucunduba, Lago, Verde, Caraparu, 2 de julho, Mundurucus, Gentil Bittencourt, Nina Ribeiro, Santa Cruz, Cipriano Santos, Vileta, União, Leal Martins e Angustura (BELÉM, 2000)

Esta proposta ainda mantinha algumas concepções de cunho estritamente físico-territorial, contrapondo-se à expectativa da PMB. Mesmo assim, os trabalhos na bacia do Tucunduba iniciaram-se em janeiro de 1998, com o prazo de conclusão de 18 meses. De acordo com Marques (2001), isso se explica pela pressão que a agência de financiamento exerceu sobre a intervenção, enquadrando o cronograma e as ações municipais às condições de funcionamento de uma empresa. Neste aspecto, a concepção adotada pela agência de financiamento privilegia os moldes do denominado planejamento estratégico⁴⁸.

Todavia, as diretrizes do programa da Frente Belém Popular (FBP) apoiavam-se nos ideários reformista de gestão democrática, função social da cidade e de inversão de prioridades. Cria-se, então, um modelo próprio de planejamento estratégico, através da consolidação da participação popular (MARTINS, 2000). Deste modo, a democratização do poder de decisão assumiria o papel de valor estratégico, substituindo os aspectos econômicos e de mercado.

No caso da bacia do Tucunduba, acrescenta-se a preocupação jurídica em ajustar e legalizar uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na área, como mecanismo institucional que possibilite o monitoramento permanente do uso do solo. Para Pereira (1999), o exercício da função social da cidade pressupõe a regularização e a consolidação das ZEIS, prescrito no PDU de Belém de 1993.

Por conta desses fatos, surge uma nova proposta de recuperação da bacia do Tucunduba mais em sintonia com as diretrizes assumidas pela administração municipal. Para tal, houve um estreitamento das relações com a coordenação do Programa de Gestão de Rios Urbanos (PGU) das Nações Unidas para os assentamentos subnormais⁴⁹. Entre as novas diretrizes inseridas no PRUBT destaca-se a idéia de garantir a navegabilidade do igarapé.

Em 2000, desenvolveu-se o documento definitivo que acabou alterando alguns objetivos em relação aos impactos ambientais e, sobretudo, no que se refere à integração do igarapé com o espaço local. Desta forma, são apresentados os seguintes objetivos: a desocupação da margem e da calha do igarapé; a drenagem do fundo e da margem do

⁴⁸ Podemos citar como algumas das características do planejamento estratégico a idéia de participação com finalidade dirigida e legitimadora, a busca do consenso e não da negociação, a idéia de cidade mercadoria e a inserção no mercado global (COCCO, 2001)

⁴⁹ Tratam-se de áreas impróprias, como as áreas íngremes, encosta de morros, terrenos sujeitos a inundações periódicas, dunas susceptíveis de deslizamentos, locais com alta concentração de poluentes e outras formas de áreas inadequadas para moradia (BRASIL, 2000).

canal; a drenagem fluvial das ruas; a urbanização das margens do igarapé; a criação de mecanismos de inclusão social aos moradores locais (BELÉM, 2000).

Ainda que a inclusão social estivesse colocada entre os objetivos do PRUBT, Marques (2001) mostrou que, na prática, os desencontros dos cronogramas entre o prazo de financiamento e a efetiva realização deste atropelou um bom desempenho do projeto. Ademais, a complexidade das visões de planejamento e de gestão que perpassaram o projeto repercutiram negativamente na perspectiva reformista.

Neste contexto, o PDL surge como uma mudança de enfoque da bacia do Tucunduba para os moradores atingidos, na tentativa de corrigir as distorções ocorridas no PRUBT. O objetivo anunciado era a integração dos moradores a partir de um Trabalho de Participação Comunitária (TPC) seguindo os três eixos elaborados pelo HBB⁵⁰, a mobilização comunitária, a educação sanitária e a geração de trabalho e renda.

O PDL surge como um demanda do projeto Tucunduba, já que este projeto desapropriou várias famílias que moravam em cima do rio. E o PDL era para resolver a questão habitacional destas famílias. Mesmo tendo o enfoque habitacional, é um projeto integrado, pois considera outras ações, não só a habitação (Entrevista com um arquiteto da equipe física do PDL, NOV, 2005, grifos nossos)

Diante dessa argumentação, nota-se uma ênfase dada à questão habitacional e ao processo de remanejamento. Com isso, o PDL acrescentou ao TPC um sub-programa de acompanhamento social das famílias remanejadas do Riacho Doce (BELÉM, 2001d). A intenção era criar mecanismos de apoio a essas famílias, garantindo o seu direito à moradia e a contenção da especulação imobiliária.

Entretanto, a escolha da ocupação urbana do Riacho Doce, para a materialização do PDL, também é produto de uma mobilização dos próprios moradores da área. Como revela este trecho de uma entrevista com um dos moradores:

A obra começou com o orçamento participativo na UFPA, onde a comunidade toda foi mobilizada. Foi decidido fazer este plano piloto: PDL Riacho Doce. Este plano era pra ser feito na Vila da Barca, mas como os moradores daqui foram em massa, pressionaram e, então, decidiram que o

⁵⁰ Programa Habitar Brasil-BID, conveniado a Caixa Econômica Federal, agência responsável pela viabilização e fiscalização do empreendimento, que estava orçada inicialmente em R\$ 8 900 000,00.

plano seria aqui. (Entrevista com um morador do Riacho Doce, fev. 2006, grifos nossos)

Nota-se, deste modo, que os moradores da ocupação do Riacho Doce se colocaram como sujeitos ativos dentro de uma correlação de forças na cidade. De acordo com Souza e Rodrigues (2004), é preciso reconhecer este tipo de ativismo local como parte de um exercício de cidadania e conquista importante no interior da sociedade. As palavras do prefeito⁵¹ na época reforçam esse ideário presente no projeto:

Há necessidade de construção de uma espécie de utopia urbana que pressuponha conciliar desenvolvimento e qualidade ambiental, buscando, assim, a humanização do homem (...) só se tornarão possível se houver uma inversão da lógica, do modo de produção atual, o que significará a realização de profundas mudanças estruturais em que amplas massas populares sejam capazes de capitanear esses processos históricos a partir dos seus próprios interesses. (RODRIGUES, 2000, p. 144).

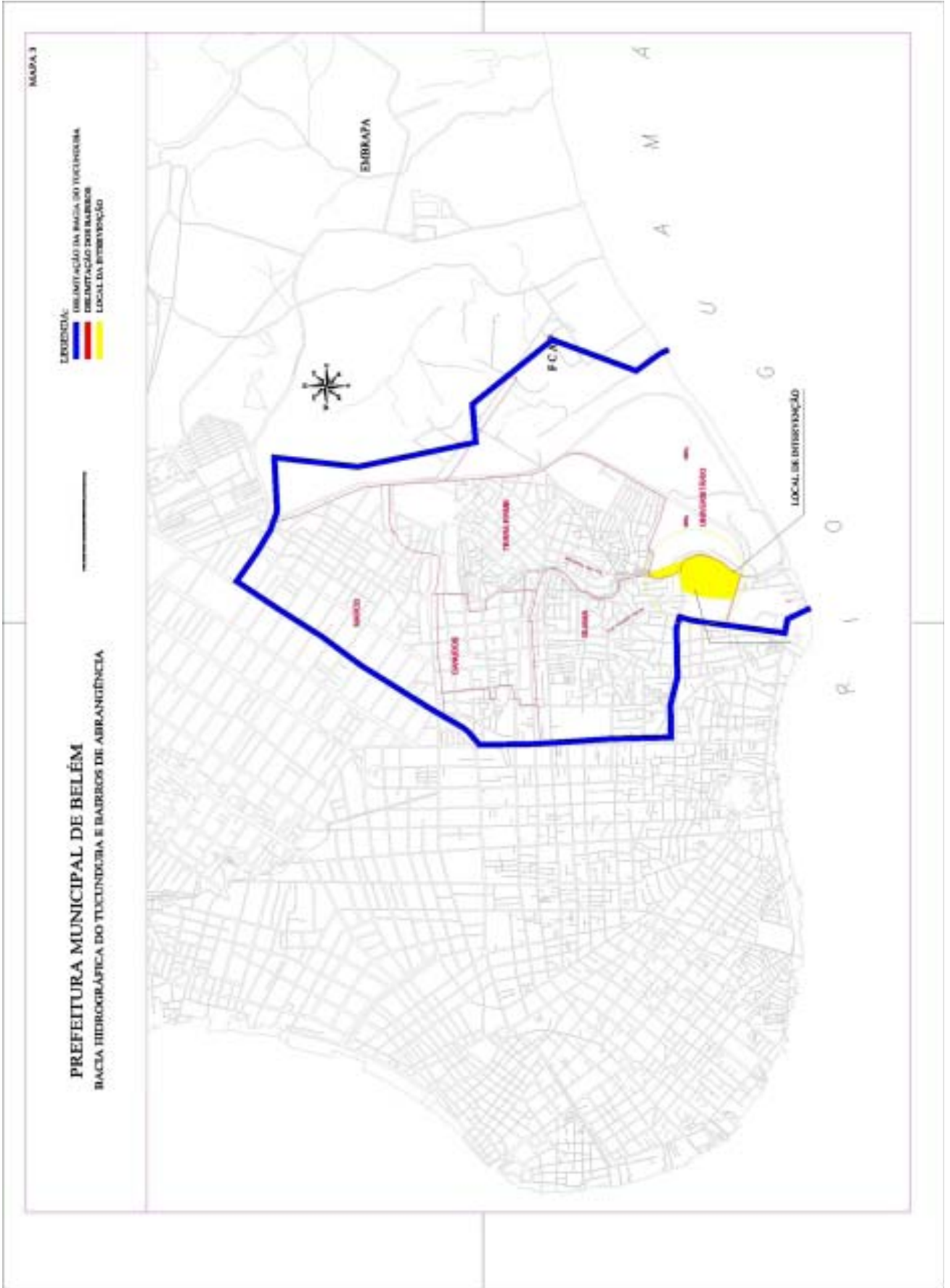
Nessa direção, a elaboração dos instrumentos participativos para os moradores do Riacho Doce, engloba deliberativamente o PDL dentro das premissas da concepção reformista para a cidade em sua totalidade. O princípio de gestão democrática passa aqui pela tentativa de mudança de rédeas no poder decisório, para contrapor a hegemonia destinada aos grupos sociais urbanos politicamente mais fortalecidos.

A experiência do Riacho Doce esperava reverter a idéia anterior de desenvolvimento urbano enquanto obra física de embelezamento e de modernização de Belém. Nesse quadro, buscou-se integrar a metodologia participativa do PDL com outros instrumentos alternativos para a cidade, como o PDU e o projeto “Mapas de Belém⁵²”.

Antes de tudo, a equipe de técnicos do PDL precisava se desvencilhar da racionalidade abstrata que predominou nas intervenções em Belém, até mesmo no PRUBT. Isto significava uma redefinição de sua capacidade e, mormente, um reconhecimento efetivo do “outro”, morador, como parte integrante desse novo aprendizado.

⁵¹ Idéia defendida por Rodrigues em seu livro “Desafio Metropolitano”, quando este já era Prefeito de Belém.

⁵² A intenção do projeto “Mapas de Belém” era discutir as representações dos inúmeros agentes sociais por meio da diferenciações no território, no uso e na apropriação do espaço. (MARQUES, 2001)



Belém assume o desafio de construir uma nova matriz que não siga o mesmo caminho de dominação econômica, política e ideológica de inspiração externa, mas a construção de uma práxis urbana comprometida com os agentes produtores da cidade. Esta, sem dúvida não é tarefa fácil, pois impõe uma postura de abdicação de fórmulas já consolidadas de planejamento, onde as diferenças são dissimuladas e que produzem uma cidade excludente (BELÉM, 2001 a, p.2, grifos nossos)

A equipe de trabalho do PDL era multidisciplinar, dividida em dois grupos: a equipe técnica e a equipe social. Com isso, além de criar mecanismos de comunicação com os moradores, era necessário construir um diálogo entre os próprios técnicos da área física com os da área social. Isto significaria um aprimoramento profissional expressivo, em especial, para os técnicos vindos da área física do PRUBT.

O projeto Tucunduba é um projeto de macrodrenagem, é mais na área da engenharia, de certa maneira mais simples. Então, os técnicos trabalhavam no Tucunduba e no PDL, apesar deste ser maior devido ao projeto social. (...) Foi construído junto e, foi demorado Teve que capacitar toda a equipe, principalmente a área de engenharia, mas os técnicos de obras civis, estavam meio acostumados a não ter muito dialogo” (Entrevista com uma assistente social da equipe social do PDL, nov. 2005)

O desafio assumido no PDL era “um planejamento socialmente construído que consolide um modelo de co-gestão onde os diversos agentes sociais interajam com o setor público e as outras instâncias organizativas presentes no local” (BELÉM, 2001a, p.5).

Neste cenário, houve um levantamento de campo preliminar no Riacho Doce em 2001. Tratou-se de uma pesquisa exploratória inicial de mapeamento da realidade local, com o intuito de reconhecer as formas de ocupação pré-existentes e identificar as lideranças da comunidade.

Fomos pra comunidade fazer um “survey”, para o conhecimento de área e, principalmente nós da área social, fazer o mapeamento das lideranças comunitárias, não só as formais, mas também as informais. As formais são as ligadas aos centros comunitários dos moradores. E as informais são aquelas que, por exemplo, são lideranças de igreja, moradores antigos etc. Todos que tivessem uma certa liderança (Entrevista com uma assistente social da equipe social do PDL, nov. 2005)

Contudo, as práticas espaciais materiais percebidas pela equipe técnica destacavam antes a forma pré-concebida à ocupação de áreas alagáveis do que seu conteúdo social real da ocupação. Isto fica evidenciado no momento que o documento final analisa a tipologia habitacional do Riacho Doce:

Assentamentos como Riacho Doce e Pantanal retratam uma maneira de ocupação do solo e definição do espaço residencial interno bastante peculiar na cidade de Belém. A tipologia habitacional expressa a reprodução característica das áreas alagadas na cidade, embora represente em última análise a reprodução da tipologia habitacional ribeirinha de áreas de várzea, típica da região amazônica. A procedência interiorana de algumas famílias residentes nas áreas alagadas reforça a disseminação da tipologia ribeirinha em áreas urbanas. (Belém, 2001a, p.67, grifos nossos)

Seguindo esta dedução, as ocupações em áreas de inundações em Belém estariam, peremptoriamente, enquadradas dentro de uma suposta particularidade da região: o modo de vida ribeirinho⁵³. Assim, a representação expressa na tipologia habitacional do Riacho Doce, ou em outros termos, o espaço-casa, reflete predominantemente as práticas materiais visíveis dos moradores (foto 10).

Todavia, se é verdade que o cotidiano dessas ocupações guardam representações advindas das experiências do modo de vida anterior, as vivências contextuais criam singularidades na apropriação do espaço. Deste modo, o cotidiano do Riacho Doce é uma resposta específica, construída por meio de uma complexa trama sócio-espacial própria do local, definindo as diferenças com o resto da cidade e da região.

Em relação ao trabalho de mapeamento das lideranças formais e informais do Riacho Doce, a equipe social utilizou o conceito de mediação, isto é, a mobilização de agentes representantes de algum tipo de organização ou mobilização social, para iniciar o processo de discussão com os moradores locais.

Fizemos cinco assembléias deliberativas dentro da universidade, com a participação de todas as lideranças que mapeamos. A equipe multidisciplinar elaborou uma proposta, tanto da parte física, quanto social do projeto, levamos para estas assembléias e apresentamos as lideranças (Entrevista com uma assistente social da equipe social do PDL, nov. 2005)

Como parte integrante da participação dessas lideranças mapeadas, a equipe social do PDL realizou entre os dias 12 de maio a 09 de junho de 2001 assembléias deliberativas denominadas de “ciclos de debates”, cujo objetivo estava em apresentar a proposta dos técnicos e registrar as contribuições e a adesão das lideranças ao plano.

⁵³ Para Gentil (1983), as comunidades ribeirinhas são localidades típicas de alguns pontos da Amazônia, que se caracterizam pelas atividades sociais e econômicas vinculadas aos rios e igarapés das proximidades.



Foto 11: Desembarque à frente da base física
Elementos das práticas materiais visíveis do Riacho Doce vinculado ao modo de vida dos ribeirinhos
Fonte: Charles B. Gemaque Souza (DEZ. 2001).

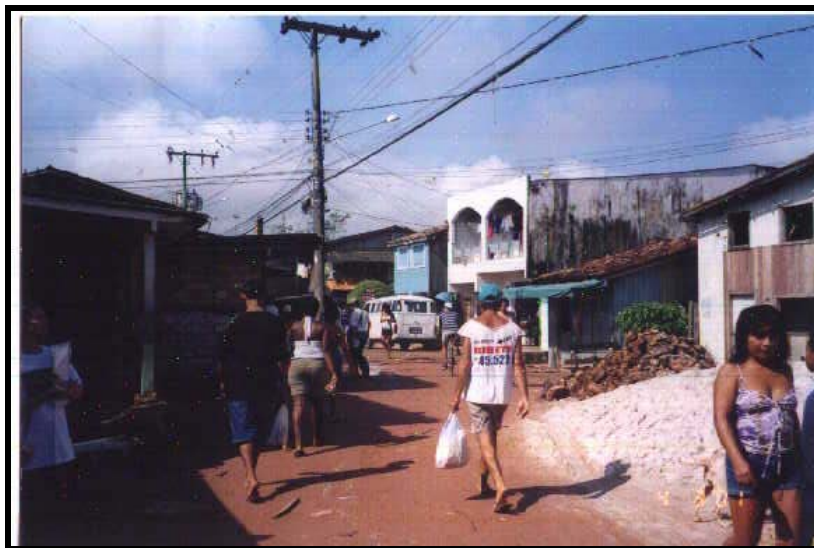


Foto 12: Circulação de pessoas na rua da Olaria
Elementos das práticas materiais visíveis do Riacho Doce não vinculado ao modo de vida dos ribeirinhos.
Fonte: Belém (2001a).

12/05/2001	Os objetivos do PDL e as linhas de trabalho
19/05/2001	A infra-estrutura urbana e habitação
26/05/2001	O projeto de regularização fundiária
02/06/2001	Participação comunitária e geração de trabalho e renda
09/06/2001	Educação ambiental e sanitária

Quadro mostrando o cronograma e os temas do ciclo de debates

Fonte: Pesquisa de campo (Jun- 2002)

No primeiro debate⁵⁴ foi definida a metodologia participativa. A intenção da equipe social era realizar “consultas sociais”, definidas como propostas elaboradas pelos técnicos do PDL, as quais seriam apresentadas e discutidas com os moradores do local. Essas consultas se dariam em três momentos: 1) plano individual: através de ações junto a cada família; 2) plano de mediações: ações junto às lideranças formais e informais; 3) plano coletivo: ações junto às quadras e à comunidade como um todo.

Cabe lembrar, que o PDL concebia uma parceria com os moradores através do denominado “planejamento socialmente construído” [por meio de uma] “ação integrada e participativa, orientando as ações, transformando esta experiência em referência de co-gestão da cidade” (BELÉM, 2001a, p.35). Porém, o método de consulta popular (lideranças) limitou sensivelmente o alcance e o grau de participação dos moradores.

Além disso, a ordem natural de atuação desta metodologia de participação foi alterada por fatores externos, em virtude da exigência de que o projeto fosse apresentado em julho com a adesão de 80% dos moradores locais. Diante dessa imposição do programa HBB a equipe social priorizou o plano de mediações nos ciclos de debates.

O segundo encontro tratou da projeção do projeto de infra-estrutura urbana. Neste cenário, destaca-se o projeto habitacional, que previa a construção de trezentas moradias, no terreno dos servidores da UFPA, ao lado da ocupação do Riacho Doce, para os moradores que fossem remanejados e a melhoria em casas que apresentasse algum risco para os seus habitantes.

⁵⁴ Os “ciclos de debates” aconteciam aos sábados, no auditório do campus profissional da UFPA. Tinha por método de apresentação das propostas a exposição do técnico e em seguida era aberto o debate; oportunidade em que as lideranças ou outros moradores poderiam questionar, sugerir e propor.



Foto 13: Maquete residencial para o Riacho Doce
A tipologia habitacional que foi apresentada pela prefeitura aos moradores nos “ciclos de debates”
em 2001
Fonte: Belém (2001e)



Foto 14: Ciclo de debates
Técnica apresentando um dos projetos do PDL para os moradores do Riacho Doce
Fonte: Belém (2001a)

Neste aspecto, o PDL propõe a “construção e melhoria de unidades habitacionais, respeitando as especificidades e representações simbólicas dos moradores” (BELÉM, 2001a), paradoxalmente, a equipe de trabalho apresenta maquetes (foto 12) que lembram os parâmetros padronizados dos conjuntos residenciais urbanos fechados. Diante disso, a questão é discernir quais das representações dos moradores estariam sendo consideradas.

O terceiro debate consistiu em relatar o processo de aforamento, ou seja, a forma de acesso à propriedade. Ficou esclarecido juridicamente que o domínio direto continuaria sendo do poder público, porém o domínio útil poderia ser adquirido pelos moradores. Entretanto, a venda do imóvel dependeria de uma autorização prévia.

Porém, não se estabeleceu, de fato, nenhum novo instrumento jurídico de contenção de uma provável especulação imobiliária no local, apesar do Riacho Doce estar localizada na bacia do Tucunduba, uma ZEIS. Neste aspecto, a idéia de função social da cidade, bastante mencionado no PDU de Belém de 1993, bem como no PDL, ficou inócuo dentro do projeto de regularização fundiária.

O quarto encontro reforçou os eixos temáticos do Trabalho de Participação Comunitária (TPC) orientados pelo programa HBB, isto é, apresentou os projetos de controle social, de geração de trabalho e renda e de educação sanitária e ambiental. A criação do Conselho de Controle Popular⁵⁵ (CCP) tinha essa finalidade. Entre os seus membros a maioria era da comunidade, sendo dois representantes de cada rua do Riacho Doce.

No primeiro momento mapeamos todas as lideranças, todas as entidades que tinham na área. Depois foi eleito um conselho por rua, fizemos eleições em todas as quadras. Fomos, convocamos todos os moradores e, eles mesmos elegeram o representante de sua rua. São 24 quadras junto com a olaria (Entrevista com uma arquiteta técnica da equipe física do PDL, nov. 2005)

O desafio desse tipo de controle social está na necessidade de se construir métodos de abordagem que estimulassem essa participação contínua das lideranças eleitas. De outro lado, sempre existe a possibilidade de se criar grupos políticos privilegiados entre os moradores, que nem sempre representam o interesse coletivo. Neste caso, o papel do técnico é discernir e esclarecer dentro dessa possível rede de ação local os interesses da maioria dos moradores.

⁵⁵ O CCP tinha o poder de aprovar e vetar todas as ações do PDL. Este seria formado por representantes do poder público: um federal (CEF), três municipais, dois das parcerias (UFPA e ONG) e os representantes da comunidade.

Nos reuníamos muito aí na UFPA, no auditório, e lá eles mostravam o projeto. Quando as pessoas não entendiam que estava sendo colocado, eles questionavam e aí os técnicos tentavam responder de acordo com que a pessoa perguntava (Entrevista com um morador do Riacho Doce, fev. 2006)

A exposição do projeto de geração de trabalho e renda revelou duas linhas de execução. Uma visava à capacitação e ao aperfeiçoamento profissional dos moradores locais, e a outra desejava desenvolver e dinamizar o turismo por meio da valorização do que pretendia ser uma cultura local. Acrescenta-se que esta proposta também pretendia criar um mecanismo de permanência dos moradores atuais no local após a intervenção.

O controle da especulação imobiliária estava ligado à geração de trabalho e renda, porque, por ser uma região central, próxima da Universidade(...) percebeu-se que só a pavimentação e a drenagem já elevou o padrão das casas. Então, quem não gostaria de ter uma área toda saneada? Então, tudo isso para a especulação é um achado, aquela faixa se tornou um “filão”. (Entrevista com uma arquiteta da equipe física do PDL, nov.2005)

No entanto, a idéia de geração de trabalho e, não de emprego formal, pode apontar para o mercado informal, uma vez que não se estabelece uma forma produtiva concreta para que os moradores do Riacho Doce superem a sua condição de pobreza⁵⁶. Embora o desemprego não seja uma questão pontual das ocupações urbanas, o fato é que o projeto não garante aos moradores a estabilidade e a segurança de continuação no local.

No que concerne à proposta de desenvolver ações de educação ambiental e sanitária no Riacho Doce, ficou definido que a metodologia deste sub-programa seria construída à medida que o projeto fosse implementado, uma vez que a educação ambiental não seria algo estático, e sim trabalharia com ações continuadas levando em consideração a relação homem e natureza, como foi sugerido no PDL:

Face à recente transformação, conseqüente da relação sociedade-natureza, avaliamos que os impactos ambientais, por serem recentes, ainda são reversíveis. A recuperação dos cursos de água, de parte da vegetação original ao longo do igarapé e no interior dos assentamentos, pode promover melhoria na qualidade ambiental e de vida dos moradores das áreas. (BELÉM, 2001c, p.2)

⁵⁶ Segundo dados obtidos pela PMB (BELÉM, 2001a) sobre o orçamento das famílias que residem na área do projeto, observa-se que a soma dos desempregados com os moradores que se dedicam a trabalhar por conta própria chega a abranger 55% do total dos pesquisados.

Neste aspecto, o PDL trabalha com a idéia de diálogo entre a economia política da cidade com a sustentabilidade ecológica. De acordo com Coelho (2001), o impacto ambiental é uma realidade em movimento, que abarca os aspectos ambientais, sociais, políticos, culturais e espaciais. Deste modo, a degradação das ocupações urbanas é resultado, também, da maneira como os grupos sociais locais produzem o espaço social.

Não obstante a necessidade de conscientizar os moradores das ocupações urbanas dos “males” provocados pela degradação indiscriminada do seu ambiente, o impacto ambiental nem sempre pode ser abordado isoladamente. Como exemplo, o igarapé do Tucunduba não se limita ao Riacho Doce; logo, não adianta educar essa comunidade se as outras que margeiam o igarapé e o conjunto da cidade não colaborarem. Neste caso, torna-se necessário um processo mais amplo de conscientização.

Os ciclos de debates materializaram a primeira fase da metodologia participativa do PDL, visto que as propostas relativas à execução do PDL foram apresentadas às lideranças formais e informais para serem discutidas e legitimadas. Contudo, a falta de hábito com os instrumentos participativos ainda incomodava, como revela a fala de um membro da equipe de trabalho:

Levamos as propostas, tanto da área física, quanto social. Debatesmos com a comunidade o que eles achavam, se era pra alterar e, na medida do possível iríamos alterar. Fizemos um diagnóstico da área, sabíamos mais ou menos o que tava precisando e, mesmo assim, nós debatemos, como uma cerca de 98 lideranças que identificamos na área, e eles aprovavam ou não. Agora, tem coisas que não dá pra mudar, por exemplo, o projeto físico, tem coisas assim, mas o que dava, como quando queriam uma creche, praça, enfim, tudo foi a partir deles, com a participação deles (Entrevista com o arquiteto da equipe física do PDL, nov. 2005, grifos nossos)

Sendo assim, na prática o grau de participação dos moradores na elaboração dos elementos de intervenção é ambíguo e difícil de classificar nos moldes de Souza (2002); isto porque, ao mesmo tempo em que houve uma cooptação das lideranças, existiu uma consulta popular. Embora, nesta consulta, o diálogo com os moradores, em alguns momentos, não fosse tão transparente, pelo menos é como alguns moradores assim perceberam:

Às vezes eles mentiam quando havia problemas no projeto. Quando tinha as audiências eles chegavam e passavam as informações erradas, Só que até então eles não sabiam que eu tinha minhas amigadas. Quando acontecia deles repassarem informações erradas, eu já tinha ido lá e com as documentações em mãos, então, eu ia lá e desmentia. (Entrevista com um morador do Riacho Doce, conselheiro do CCP, mar.2006)

É preciso reconhecer, todavia, que a concretização da gestão participativa ainda é um processo em construção, de avanços e recuos, até alcançar o estágio de “implementar um plano de desenvolvimento local que busque a universalização da cidadania e a melhoria da qualidade de vida” (BELÉM, 2001d, p.34). Além disso, as dúvidas dos moradores ainda estavam mais ligadas às obras físicas do que as vinculadas ao acesso ao poder decisório.

Assim, com a conclusão dos ciclos de debates foi assinado oficialmente o termo de adesão dos participantes das assembléias deliberativas. No final de 2001, após a aprovação do PDL no Riacho Doce⁵⁷, pelo HBB, foi liberado R\$ 12.701.937,75, com uma contrapartida da prefeitura de Belém no valor de R\$ 1 650 000.

Contudo, entre a conclusão da fase de elaboração e a aprovação do projeto, ocorreu o episódio de um incêndio no Riacho Doce (foto 14), que atingiu 96 famílias em 18 de dezembro de 2001 (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004). Tal acontecimento exigiu da equipe técnica uma atuação imediata, uma vez que a área atingida estaria contemplada na primeira etapa de implementação do PDL.

Em virtude desse fato, foram construídos alojamentos provisórios (foto 15) às proximidades do Riacho Doce, com a promessa que novas moradias seriam alocadas na área do incêndio, bem como no terreno dos servidores da UFPA (SOUZA, 2002). De certa maneira, esse incêndio acabou antecipando o projeto habitacional concebido para os moradores locais. Isto porque, os alojamentos construídos para abrigar as vítimas do incêndio tinham algumas das características das maquetes:

De imediato, a visualização do tamanho diminuto e da padronização dos alojamentos provisórios criaram uma apreensão entre os moradores do Riacho Doce em relação à tipologia habitacional concebida para eles:

Houve uma queimada aqui e o prefeito Edmilson mandou fazer umas casinhas lá na antiga serraria, agora, eu pelos menos com a idade que tenho já não dou pra morar assim, com um quartinho desse aqui. Jogo um sofá, um guarda roupa, uma cama e não tenho mais espaço. Então fico aqui mesmo na minha casa de madeira. (Entrevista com um morador do Riacho Doce, jan. de 2006).

⁵⁷ Ficou definido que a implementação do PDL seria em duas fases: a primeira etapa atingiria da rua da Olaria até o muro do terreno dos servidores, parte oeste da ocupação, nesta fase haveria remanejamentos e construção de novas casas; a segunda etapa abrangeria da rua da Olaria até o igarapé do Tucunduba, com uma estação de esgoto.



Foto 15: Área atingida pelo incêndio
O acontecimento criou um “buraco” no meio da ocupação do Riacho Doce
Fonte: Charles B. Gemaque Souza (Dez-2001)



Foto 16: Alojamentos provisórios do Riacho Doce
Construídos para abrigar as vítimas do incêndio, estes tinham as características das maquetes apresentadas pelo PDL
Fonte: Charles B. Gemaque Souza (Mar-2002)

Cabe ressaltar que o PDL anunciava “melhorias de unidades habitacionais, respeitando as representações simbólicas dos moradores” (BELÉM, 2001a), porém dentro da proposta inicial da equipe de trabalho já se previa algumas dificuldades nesse sentido:

A primeira proposta era que não trabalharíamos com a construção de casas. Pegaríamos o imóvel, o espaço deles e, faríamos esta nova remodelação, com casas novas. Mas no início era nós que teríamos que nos adaptar ao espaço; então abertura de rua, enfim, (...) Já tinha um agravante, muitos iriam ganhar uma casa menor do que já possuem (Entrevista com uma arquiteta da equipe física, novembro de 2005)

Essa primeira proposta residencial tinha em vista o deslocamento dos remanejados da área de intervenção para o terreno dos servidores da UFPA, área contígua ao Riacho Doce. Porém, a não liberação desse terreno para o projeto obrigou a equipe de trabalho a modificar o processo:

Com a história do terreno, tivemos que remodelar novamente, e aí não deu pra ficar preso na questão dos laços, pelos menos sociais e culturais. Infelizmente verticalizamos, se não, não atenderíamos a meta do número de famílias. Para nós foi um choque também, porque quando saímos do escritório e passamos para uma relação mais estreita de convivência, vendo suas expectativas, sua visão de vida, você acaba também abraçando esse sonho. (Entrevista com uma arquiteta da equipe física, novembro de 2005)

Nesse caso, a verticalização⁵⁸ no Riacho Doce foi produto de um entrave judicial com os servidores da UFPA. Desta forma, a projeção de blocos de alojamentos com quatro ou mais andares (foto 17) seguiu o parâmetro dos condomínios de apartamentos residenciais urbanos, afastando-se, decisivamente, da idéia de respeitar as representações alocadas no espaço-casa.

Não há o costume de se morar em apartamentos, de respeito com o morador de cima, de baixo, o barulho, comportamento. O espaço é muito pequeno, comprado com a nossa casa. Tem pessoas que estão questionando até hoje. Há casas no meio, quase submersas devido ao aterro, e as pessoas não abrem mão. É o que ta acontecendo aqui na perimetral, estão resistindo porque o preço que avaliaram tá muito barato. (Entrevista com um morador do Riacho Doce, Fev.2006)

⁵⁸ A verticalização é um processo normalmente vinculado ao valor de troca da área, no caso do Riacho Doce trata-se da implantação de condomínios verticais, com quatro andares, para alocar a quantidade de moradores que seriam deslocados para o terreno dos servidores da UFPA.



Foto 17: A verticalização no Riacho Doce

Um dos primeiros exemplos de condomínio vertical construído na área de intervenção
Fonte: Charles B. Gemaque Souza (Mar-2006)



Foto 18: Base física do PDL

A localização as margens do igarapé do Tucunduba foi idealizada para facilitar o acesso aos moradores do Riacho Doce
Fonte: Charles B. Gemaque Souza (Mar. 2002)

Fizeram a alteração e, como éramos 99 conselheiros, alguns foram chamados para a aprovação desse novo projeto, que seriam os prédios de 4 pavimentos. Foi aprovado por uma minoria e depois apresentaram pra comunidade quando o projeto já tinha sido mexido. Foi feito uma reunião lá no colégio Edson Luis, depois de várias reuniões nas ruas para pedir a adesão das pessoas, para que aceitassem os apartamentos. Foi uma catástrofe para a comunidade. De lá pra cá não tiveram muitos êxitos, parou o projeto. (Entrevista com um morador do Riacho Doce, conselheiro do CCP, mar. 2006)

Conquanto, paralelamente a estes acontecimentos, desde janeiro de 2002, iniciou-se o encaminhamento das atividades do Trabalho de Participação Comunitária (TPC) no Riacho Doce, com intuito de efetivar os três eixos obrigatórios adotados pelo programa do HBB: a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental e o programa de geração de emprego e renda.

O projeto social procurou avançar através do fortalecimento da consciência política e comunitária, que iniciou com a implantação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) no Riacho Doce. Neste contexto, a proposta de mobilização e organização das lideranças definiu-se através de encontros e reuniões que foram realizados na base física do PDL ou nas próprias residências dos moradores.

O serviço de atendimento e informação foi direcionado para a base física⁵⁹ (foto 17) do projeto, com intuito de criar um instrumento de comunicação direta entre moradores e técnicos. Buscou-se, com isso, orientar as “famílias para sua inserção nos serviços públicos oferecidos” (BELÉM, 2001d, p.40), instituindo um local para exposição e de esclarecimento permanente sobre o desenvolvimento das atividades do PDL, que possibilitava que a “informação fosse um meio de controle social” (BELÉM, 2001d, p.40).

Era uma relação muito próxima, de tomar água, cafézinho, não era de distanciamento. Respeitávamos os seus horários, íamos em feriados, sábados e domingos, em horários de almoço, depois do expediente. Às vezes ficávamos até 22 horas para nos reunimos. Tentávamos conversar com o maior número possível de pessoas para abarcar todo o projeto (Entrevista com uma arquiteta da equipe física, nov. 2005)

⁵⁹ A base física do PDL foi construída às proximidades do Riacho Doce, justamente para facilitar o acesso dos moradores locais às informações sobre o projeto.

Observa-se que a equipe de trabalho tinha critérios e disposição para dialogar, o que aproximou técnicos e moradores da área, desencadeando um exercício inovador de gestão democrática no contexto histórico da cidade.

Todavia, essa relação de proximidade não impediu o surgimento de informações desencontradas entre os técnicos e os moradores. Um exemplo foi materializado na obra de pavimentação e de saneamento da parte leste (foto 19) da ocupação, que compreende a rua da Olaria até o igarapé do Tucunduba.

Acontece que, segundo o próprio diagnóstico apresentado pela equipe do PDL, os terrenos sujeitos à inundação no Riacho Doce, por terem cotas altimétricas mais baixas, estão na parte oeste (foto 20), entre a rua da Olaria e o terreno dos servidores. Nestes termos, a impressão que ficou para os moradores era que a intervenção estabeleceu uma seletividade espacial dentro da ocupação⁶⁰:

Falaram que quando foi feito o projeto do canal do Tucunduba, ele era todo revestido, mas com a mudança sobrou dinheiro. Então, a verba que sobrou deram uma 'garimpada' na área. Questionamos isso também, porque a verba seria jogada fora, de certa maneira. Poderia ser feita outra coisa e, não darem prioridade para o lado de lá. Deveriam fazer todo o serviço. Acho que era esse lado que não tinha uma liderança para se virar pela comunidade (Entrevista com um morador do Riacho Doce, fevereiro de 2006)

Em relação à materialização de uma educação sanitária e ambiental no Riacho Doce, foram realizadas atividades como mutirões de limpeza, oficinas com temáticas ambientais e arborização das margens do igarapé do Tucunduba. Houve, outrossim, a criação de um comitê ambiental com a presença de 74 representantes dos moradores locais (BARBOSA, 2003). Isso é reforçado pela equipe do projeto:

Valorizam muito o rio. Inclusive acho que esse ponto que favoreceu à criação do comitê ambiental, para preservar o rio, de não jogarem lixo. Houve um avanço neste sentido, porque causam mudanças, trazem açaí, carvão e madeira. (Entrevista com uma assistente social da equipe social, novembro de 2005)

⁶⁰ Na verdade, esta obra de pavimentação e saneamento estava mais relacionada ao projeto Tucunduba e à linha de trabalho que visava a urbanizar as margens do igarapé. Ademais, a parte leste, neste primeiro momento, não sofreria um processo de remanejamento.



Foto 19: Parte leste do Riacho Doce
Ruas pavimentadas após a intervenção da PMB.
Fonte: Charles B. Gemaque Souza (Mar.2002)



Foto 20: Parte oeste do Riacho Doce
As ruas continuam aterradas com o lixo e aterro
Fonte: Belém (2001a)

O projeto de geração de trabalho e renda criou cursos de capacitação e de (re) qualificação profissional, incentivo ao cooperativismo e abertura de uma linha de crédito do Banco do Povo⁶¹ De acordo com Barbosa (2003), foram realizados durante o ano de 2002 dez cursos de capacitação profissional, entre os quais de pedreiro, encanador, pintor, arte-culinária, de forno e fogão, corte e costura e serigrafia.

Em face desse contexto, a intervenção no Riacho Doce, durante o período de 2001 a 2004, foi lento em virtude das contingências, ao mesmo tempo, avançado na concepção de um desenvolvimento local alternativo, participativo e sustentável. Contudo, a mudança do governo municipal, no início de 2005, acabou tornando-se um novo obstáculo para a implementação do PDL.

A transição existiu. Fizemos mais de uma reunião com os técnicos que iriam assumir o projeto, mas depois que saímos do governo ficamos sabendo das coisas mais por contatos eventuais. Agora o que a gente fica sabendo é que de certa maneira esta metodologia participativa que implementamos e que era algo diferente do projeto, parece que o atual governo acabou. Possuem postura mais autoritária, de cima pra baixo (Entrevista com um arquiteto da equipe física, novembro de 2005)

Diante desses acontecimentos, houve novas alterações, inclusive de praticamente de toda equipe técnica, o que repercutiu definitivamente na forma de planejamento e de gestão efetivada no Riacho Doce, retomando antigas fórmulas de intervenção urbana. Diante desses fatos, não houve uma aproximação entre os novos técnicos e os moradores do Riacho Doce, retomando antigas fórmulas de intervenção urbana:

Pra ser sincero, depois que ele (Duciomar Costa) assumiu parou tudo. Fui lá, umas duas vezes, a responsável parece ser uma boa pessoa, mas não dá nenhuma abertura como tínhamos com os outros. Nas reuniões tinha bastante gente pra conversar, explicar alguma coisa, agora, não acontece mais nada (Entrevista com um morador do Riacho Doce, mar. 2006)

Neste contexto, de descontinuidade política, é difícil acreditar que a postura do novo governo municipal traga qualquer mudança espacial positiva. De outro lado, não houve, ainda, uma mobilização dos moradores para exigir a concretização das propostas assumidas pelo PDL. Diante desse cenário, a materialização do desenvolvimento local sustentável e participativo parece estar seriamente ameaçada.

⁶¹ O Banco do povo disponibilizava financiamentos para a construção de empreendimentos e para o aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores pobres.

Na época do PT, o pessoal dava bastantes informações pra gente. Nas reuniões, tinha bastante gente pra conversar com a gente. Explicar alguma coisa. Agora, é as pessoas que têm de ir lá. Eles não vêm mais aqui. Disseram que estão caminhando e não podem mais perder tempo, se não podem perder a verba do projeto. Há prazos. Se você vai lá tem que fazer um requerimento e esperar. (...) Estamos meio com medo.. (Entrevista com um morador do Riacho Doce, jan.2006)

O fato é que, ao completar cinco anos, a experiência do Riacho Doce ainda se encontra em sua primeira fase de implementação. Neste contexto, a insatisfação crescente dos moradores e a demora em cumprir os prazos perpetrados pelo programa HBB podem ainda acarretar novos entraves.



Figura 1: Projeção do espaço feita pela equipe técnica de 2001 a 2004
Fonte: Belém (2001a)

4.2 Avanços e limites de desenvolvimento local e de gestão democrática e participativa

A experiência do Riacho Doce é um avanço significativo em direção a novas alternativas de gestão e planejamento para as áreas de ocupações de Belém. Insere-se na condição de uma ação inovadora dentro de um contexto que em muito não contribuiu para instalação de uma forma de governo que se orientasse pelos marcos da reforma urbana. Analisar o PDL em si pode não ressaltar essas contribuições políticas alcançadas.

A prefeitura municipal da FBP buscou romper com um modelo de planejamento convencional. Para tanto, associou a idéia de uma construção de uma outra matriz de planejamento e de uma (re) orientação nos arranjos institucionais locais com o compromisso de criar uma nova identidade política, econômica e sócio-cultural na cidade.

Neste ponto, representa uma mudança qualitativa no enfoque da intervenção urbana em Belém do planejamento físico-territorial para o planejamento reformista e politizado. A intenção designada era a inclusão social dos moradores, a regularização fundiária, a redistribuição dos equipamentos urbanos, o controle e a educação ambiental, a geração de trabalho e renda e o fortalecimento político dos moradores atingidos.

Ademais, o sentido de desenvolvimento urbano ganha uma outra atribuição no PDL: o respeito às especificidades e representações simbólicas dos moradores do Riacho Doce. Trata-se de uma concepção de vanguarda que busca incorporar o espaço social ao processo; deste modo, passa a servir e dá sentido para a luta pelo direito à cidade, no sentido de Lefebvre (1981).

Por sua vez, a idéia de sustentabilidade não se limita aos impactos ambientais; adota três perspectivas distintas, porém, não excludentes. A noção ambientalista do PDL insere-se dentro de uma ecologia política (COELHO, 2001), que busca conciliar a preservação da área com o fortalecimento econômico e social dos moradores.

A intenção de institucionalizar esses padrões alternativos de gestão e de planejamento para orientar as intervenções urbanas em Belém faz parte da concepção de sustentabilidade política do PDL. Neste cenário, trabalha com o amadurecimento do cidadão, através da participação efetiva dos atores locais nas várias etapas do projeto.

Por último, a sustentabilidade cultural cria um modelo de ação que procura valorizar as singularidades locais expressas nas práticas espaciais do Riacho Doce. Trata-se de uma tentativa de revelar as diferenças, o uso, dentro de uma linguagem cultural.

A gestão participativa engloba deliberativamente o PDL dentro das premissas do ideário da reforma urbana. Conquanto, é preciso considerar um acréscimo substancial na teoria democrática do PDL, que é o fato de pensar também a dimensão espacial. Desta maneira, consideram-se as práticas sócio-espaciais, indispensáveis para melhoria da qualidade de vida, uma vez que se refere ao sentimento de apropriação do espaço.

Porém, houve inadequações entre a concepção adotada no PDL e a materialização do projeto, o que remete aos desencontros assinalados por Marques (2001) no PRUBT. Um dos problemas está na capacidade de assimilação das idéias assumidas no projeto e no equilíbrio na distribuição da equipe de trabalho. No caso do PDL estas premissas também eram essenciais.

Por outro lado, a sobreposição entre um projeto essencialmente de saneamento ambiental e uma política sócio-cultural acabou criando algumas contradições. Por exemplo, a obra de pavimentação da parte leste do Riacho Doce implantou uma subdivisão espacial (Figura 3), que repercutiu negativamente no oeste da ocupação:

Aquelas que estão pavimentadas eles não pretende tirar, eles não vão mexer lá. Eles são privilegiados, a questão é desse lado, estão tirando as pessoas daqui. Estão modificando o que fálaram, agora para tirar a minha, tem que passar por cima do meu cadáver. (Entrevista com o morador do Riacho Doce, fev. 2006)

O projeto de remanejamento, outrossim, demonstrou que essa justaposição criou outros descompassos sérios. A remoção, feita pelo PRUBT, inclusive de moradores do Riacho Doce que residiam às margens do igarapé do Tucunduba, excluiu-as dos possíveis ganhos no local. Este tipo de procedimento acaba induzindo-o a buscar uma nova ocupação urbana, além de desarticular as vivências dos moradores remanescentes que possuíam alguma relação com os remanejados.

A dificuldade na garantia de permanência nas proximidades do Riacho Doce levou a equipe técnica a efetivar a prática de indenizar sem se responsabilizar pela alocação do morador. Além disso, as contingências e a insegurança acabou favorecendo à especulação imobiliária no local (foto 20)

A gente fica em dúvida, porque disseram que iam mexer em todas as casas, inclusive lá na frente já tiraram algumas casas. Até as que não estavam no projeto tiraram, porque no projeto só eram pra tirar as casas daqui, as que estavam na beira da pista da Olaria não eram, agora já estão tirando. (Entrevista com o morador do Riacho Doce, fev. 2006)

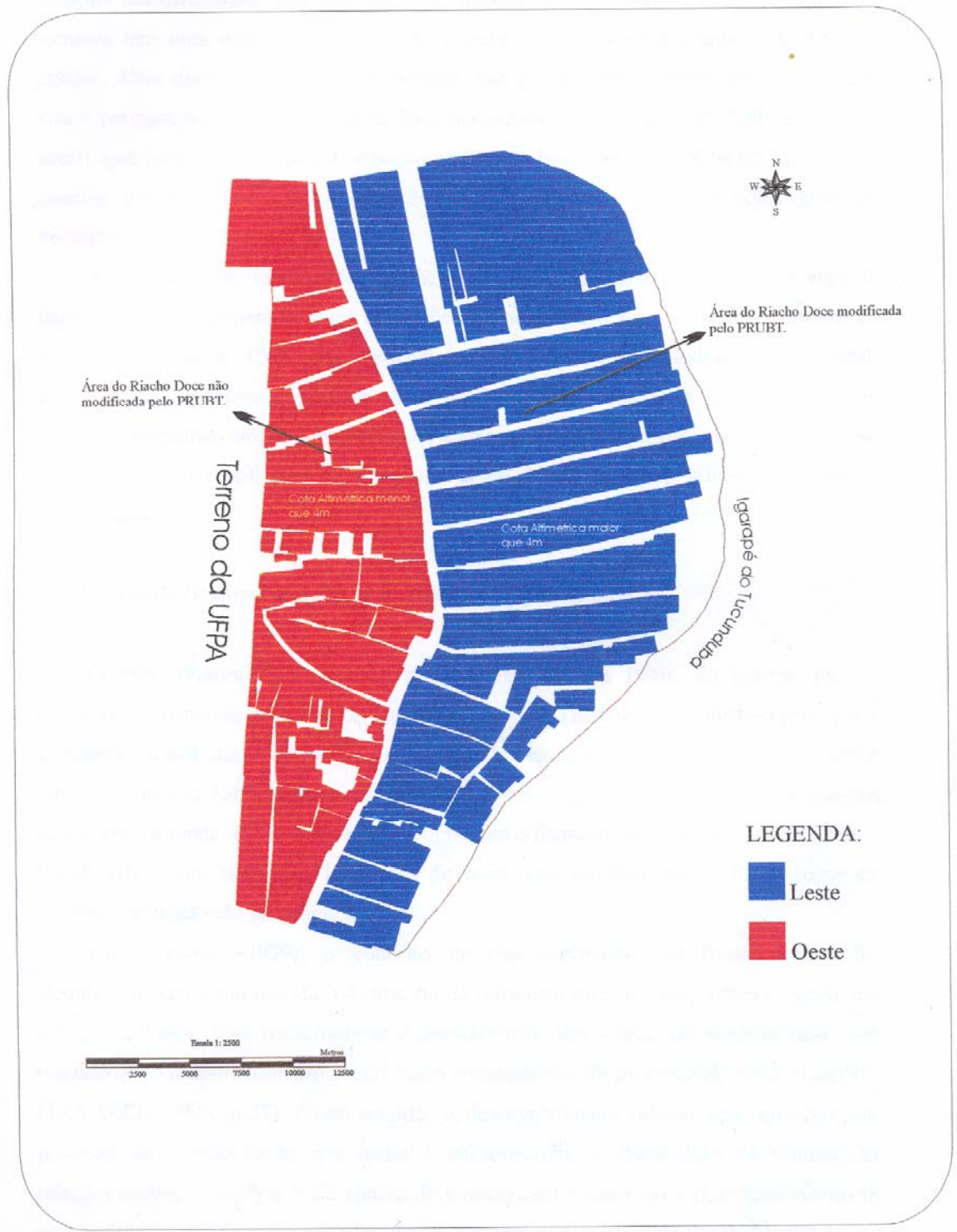


Figura 2: Subdivisão espacial entre a parte oeste e a parte leste do Riacho Doce
 Fonte: Souza, C. B. G. (2002)



Foto 21: Casa a venda no Riacho Doce

A foto revela que mesmo com os mecanismos de contenção da especulação imobiliária houve casos de mudanças de moradores durante a intervenção.

Fonte: Charles B Gemaque Souza (Mar.2002)

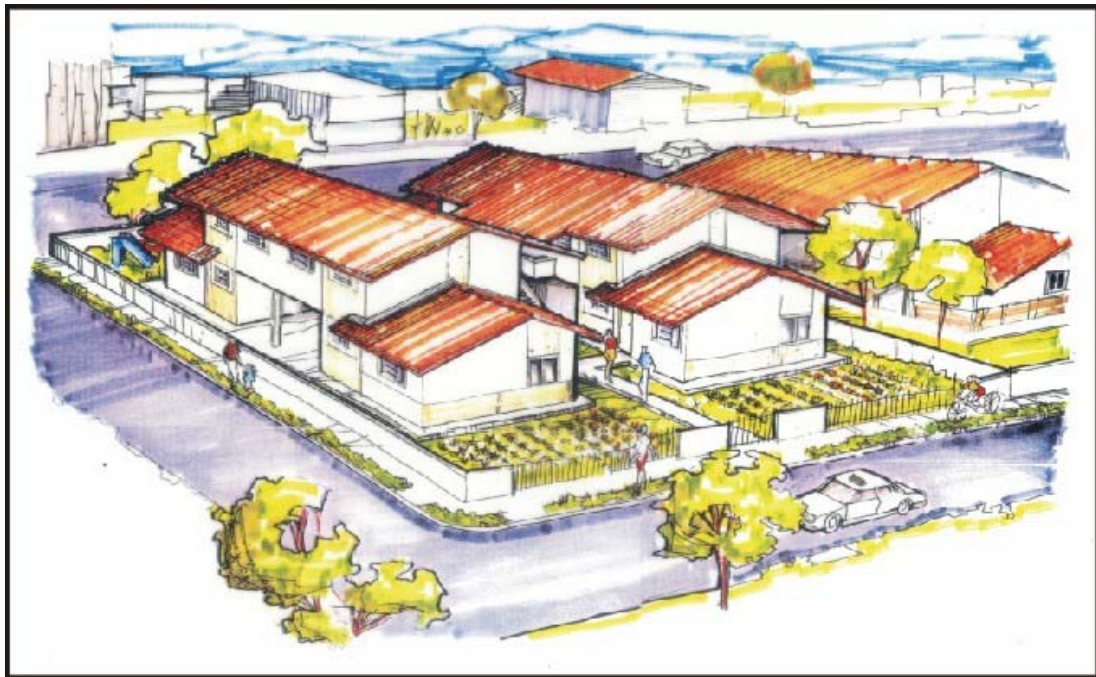


Figura 3: Concepção das moradias padronizadas que deveriam ser construídas no no terreno dos servidores da UFPA

Fonte: PMB (2001e)

Contudo, o PDL avança ao tentar unir o projeto de fortalecimento da consciência política dos moradores locais com o plano de organização e de reestruturação espacial, envolvendo as lideranças. O acréscimo de lideranças informais ao processo também pode ser considerado um ponto positivo e válido; desta forma, colabora para uma maior organização da comunidade e, por conseguinte, melhorar o desempenho da própria PMB.

A predisposição do PDL para estabelecer de fato um controle social do projeto baseou-se na democratização das informações sobre a política de intervenção a ser realizada e a capacitação “pedagógica” dos líderes locais. A intenção era desencadear um exercício de co-gestão para essas lideranças, fortalecendo sua responsabilidade na comunidade e na entidade que representa.

A criação da base física do PDL no próprio local de intervenção, também ocasionou uma alteração expressiva nos mecanismos de comunicação dentro do formato de gestão democrática. A presença diária dos técnicos possibilitou que os moradores tivessem um canal direto de respostas às suas dúvidas. Tal estratégia de democratização das informações representa um progresso em direção ao fortalecimento da cidadania

Porém, houve, na prática, uma ambigüidade dentro do PDL em relação ao grau de abertura para a participação dos moradores do Riacho Doce, visto que o compromisso com a gestão participativa não foi plenamente assumido pela equipe de trabalho, dando margem à constituição de formas de participação incompleta.

As constantes mudanças no projeto habitacional expressam bem essa dinâmica. A cada alteração de tamanho, de forma e de localização das unidades habitacionais efetuadas no PDL, era preciso renovar o termo de adesão, o que era feito através do convencimento prévio das lideranças locais, e não por meio de uma negociação com os moradores.

A instauração desse diálogo entre a equipe do PDL e as lideranças do Riacho Doce, sustenta-se na idéia de incorporação do conhecimento do “outro” às ações de quem planeja. A questão é que existem formas de compartilhar opiniões que podem levar a um consenso entorno de um pensamento único.

Ademais, o trabalho de mobilização social circunscrito às lideranças formais e informais, de certa maneira, pode reservar a estes representantes o papel de voz ativa junto aos técnicos. Para Souza (2002), tal metodologia de participação suscita uma desigualdade nas reivindicações dentro da própria comunidade e, portanto, nos ganhos, criando uma “sub-representação” política.

Deste modo, haverá sempre o risco de se criar grupos políticos privilegiados dentro da comunidade, o que é perigoso dentro de uma gestão democrática. Além disso, a qualidade da informação depende da fonte e da intenção desta, ou seja, esta informação não deve ser unilateral, ligada direta ou indiretamente à PMB. Há necessidade de se disponibilizar outras formas de comunicação; caso contrário, o controle social denotará um controle ideológico das famílias locais e de suas necessidades.

Neste caso, o ideal seria que houvesse um canal permanente e democrático de negociação e de exercício de cidadania, que permitiria que instituições públicas, porém não “governamentais”, a comunidade local e a sociedade em geral pudessem opinar, e se fosse o caso, criticar a atuação do poder público, com o intuito de se criar outras fontes de informação, que conotariam melhor este controle social.

Por sua vez, a proposta de resgatar as lutas históricas, as identidades culturais e as referências imaginárias dos moradores, para o fortalecimento do espaço social, torna o PDL do Riacho Doce uma alternativa singular de planejamento e de gestão no Brasil. Ao fomentar tais dimensões espaciais essa experiência comprova que é possível conceber uma utopia urbana por meio da inserção do espaço vivido.

Neste aspecto, a importância do espaço social, como atributo de um desenvolvimento urbano mais humanizado e equitativo, tem sido sistematicamente negligenciado por técnicos e pesquisadores. Essa negligência, de acordo com Souza (2002), pode ser considerada mais um dos vícios epistemológicos do urbanismo, que deturpa o significado de qualidade de vida e o de justiça social.

De outro lado, a insurgência do uso dá margem para que provenham espaços de solidariedade, de reciprocidade, de desejos e de conflitos. Enfim, a emancipação do homem em relação à lógica prescrita pela modernidade só é exequível pela apropriação do espaço:

A reflexão teórica se vê obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas da cidade, bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana. (...) O homem tem necessidades de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções em algum lugar. Além destas necessidades acrescentam-se as necessidades específicas, que não satisfazem aos equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra, e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis, necessidades de informação, de atividades lúdicas, de encontro, de imprevisto, de trocas. (LEFEBVRE, 1991, p. 101).

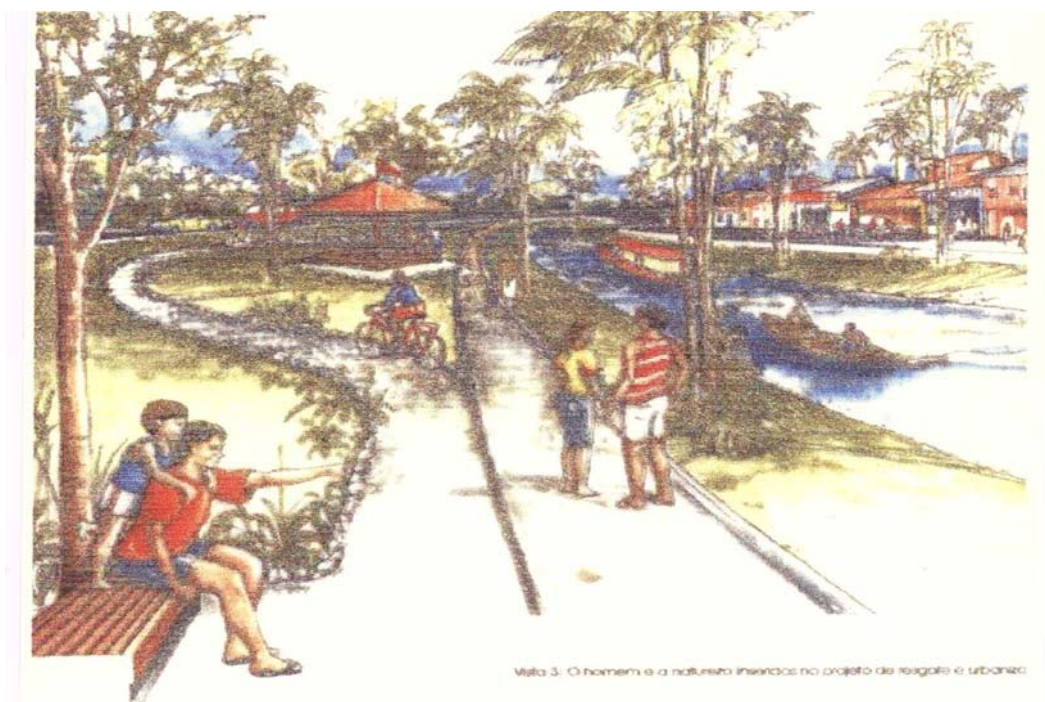


Figura 4: Projeção da orla do igarapé do Tucunduba após a conclusão do PDL no Riacho Doce
Fonte: Belém (2001a)



Foto 22: A atual orla do Igarapé
Imagem tirada da ponte da perimetral mostrando a paisagem das margens do Tucunduba
Fonte: Belém (2001d)

Nesse cenário, a equipe de trabalho do PDL buscou incorporar as representações simbólicas por meio da configuração sócio-espacial pré-estabelecida no Riacho Doce. Com isso, tais representações foram definidas como sendo um reflexo das experiências adquiridas no modo de vida anterior.

Mais de 50% dos moradores do Riacho Doce, no nosso diagnóstico, são provenientes de cidades ribeirinhas, então possuem uma relação muito grande com o rio, fazem mudanças entre eles, pescam, viajam, enfim, valorizam muito o rio (...) Valorizamos tudo isso, as tipologias das suas casas, suas habilidades locais, a cultura local, enfim, levamos tudo em consideração a partir dessa relação. (Entrevista com uma assistente social da equipe social, novembro de 2005)

Nestes termos, as práticas materiais percebidas no Riacho Doce pela equipe de trabalho estão ligadas às encontradas em localidades ribeirinhas da região amazônica. Apesar das experiências adquiridas serem um dos atributos centrais que traduzem o cotidiano da ocupação, é preciso auferir que cada espaço cria uma resposta individual a partir de suas vivências sociais.

Deste modo, o Riacho Doce é único, logo o seu cotidiano guarda especificidades advindas da experiência anterior dos seus moradores, incluindo as dos ribeirinhos, porém também se redefine a partir das vivências, de sua articulação com a forma metropolitana. As singularidades reais podem ou não se enquadrar em simulacros, mas é necessário evitar o equivoco de pensá-lo como uma reprodução simbólica do espaço ribeirinho.

Houve, nesse ponto, uma incorporação dessas representações, mas com modificações, transformações e simulações sem o devido cuidado. É preciso, antes de tudo, analisar as vivências e experiências dos moradores locais com o objetivo de assimilar o cotidiano para, então, formular estratégias espaciais através das singularidades observadas.

Quando essa população foi pra lá, se organizaram de acordo com o que era melhor para eles, as ruas todas tortas, enfim. O projeto chegou para tentar colocar a concepção de rua certa. Mas não podíamos fazer muita coisa, porque se não fizessemos como estava no manual o recurso não vinha, haviam as imposições. (Entrevista com um arquiteto da equipe física do PDL, nov. 2005 grifos nossos)

Percebe-se que o processo de (re) organização simbólica do espaço, ou seja, a substituição dos nomes das ruas denominadas pelos moradores por quadras numeradas como condição de melhoria do sistema viário e de abastecimento de água, contrapõe-se à idéia de respeito às representações e às lutas históricas do local.

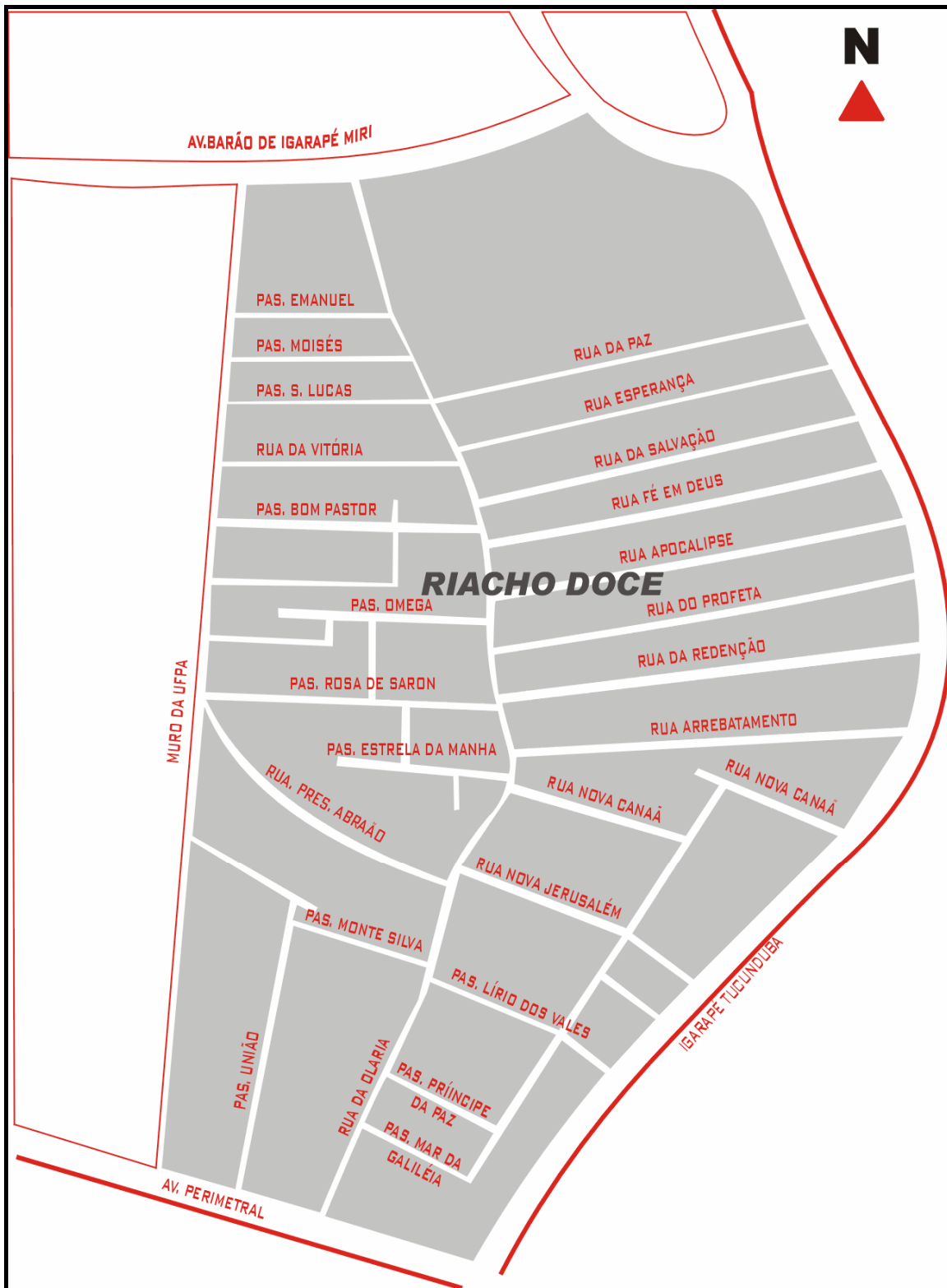


Figura 5: Sistema viário do Riacho Doce em 2001 ainda com os nomes dados pelos moradores da ocupação
 Fonte: IBGE, Dez. 2001.

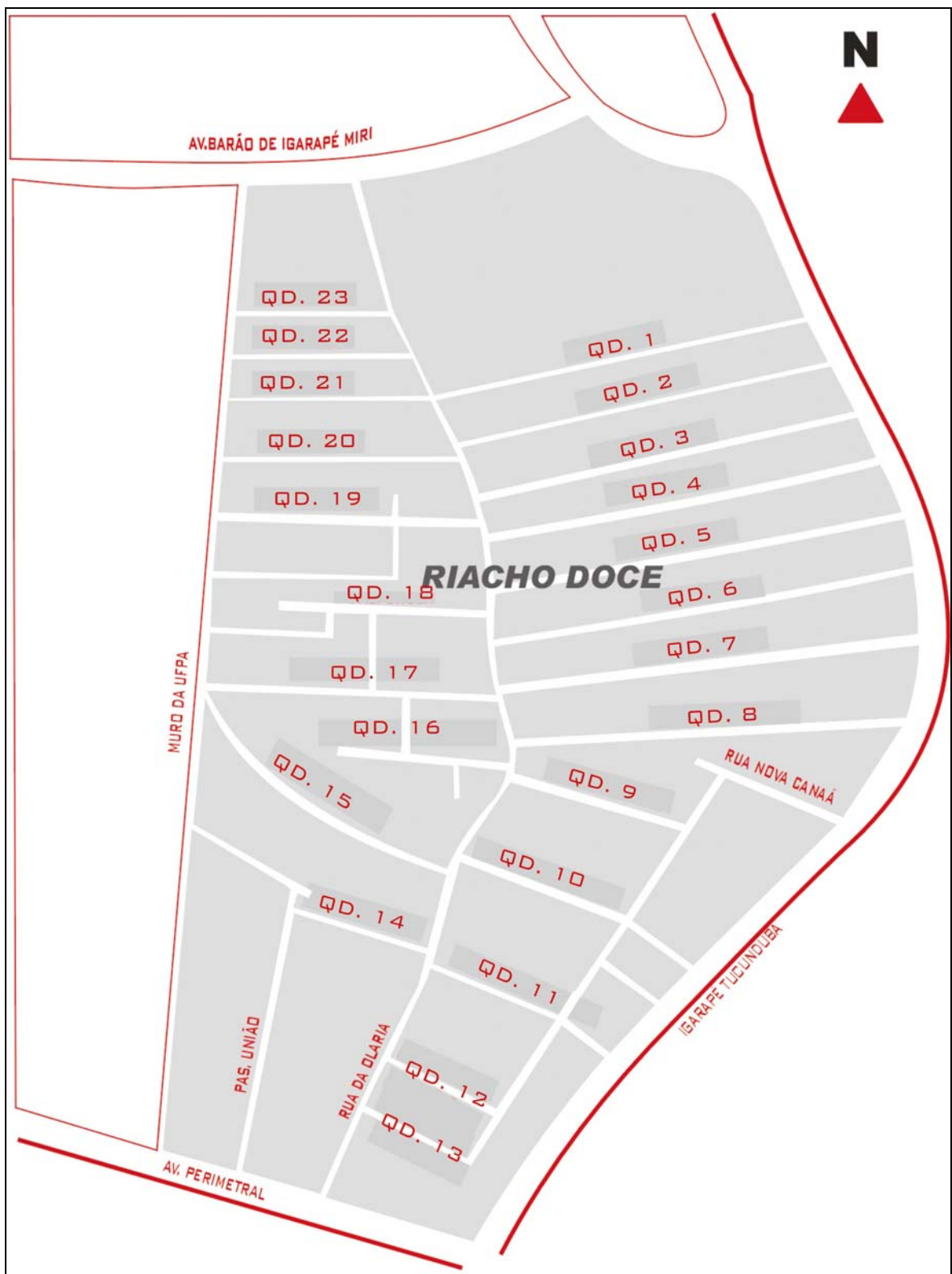


Figura 6: A organização espacial em quadras feitas pela intervenção da PMB
 Fonte: IBGE, 2001 (modificado em 2006)

Outra dificuldade da equipe técnica se resumiu à subordinação do projeto sócio-ambiental, que no PDL sempre foi o objetivo central, na prática tornou-se dependente ao projeto de urbanização. As preocupações excessivas com os “entraves” em torno das obras físicas acabaram redimensionando a própria concepção original de desenvolvimento local para o Riacho Doce.

O fato é que na opinião da equipe do trabalho, ainda que os moradores também repercutissem o mesmo discurso, os obstáculos principais para a materialização do PDL estavam direta ou, indiretamente, associado ao projeto físico, quais sejam: a demora na definição do projeto de remanejamento; a perda do terreno dos servidores; a verticalização das unidades habitacionais; a redefinição de custos e a exigência do termo de adesão dos moradores; e o incêndio na ocupação (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004)⁶².

Diante desses procedimentos, a proposta de sustentabilidade política, através do fortalecimento da cidadania dos moradores ficou comprometida e incompleta. Além disso, à proporção inversa que aumentava os entraves, diminuía o grau de participação dos moradores no processo de decisões.

Às vezes tomávamos decisões, como aconteceu, de ficarmos aborrecidos. Tínhamos o poder de veto até certas coisas, mas muitas vezes éramos excluídos. Quando sabíamos, já tinham feito. Tinha vezes que queríamos sair, quando sabíamos dessas coisas nas reuniões. Descobrimos que recebiam de acordo com o número de assinaturas, em massa. Quando tinha passeata, queriam que nós estivéssemos à frente, para conversar com o pessoal daqui da rua e, às vezes, eles passavam as informações erradas do projeto. De certa maneira fomos ficando desacreditados. (Entrevista com um morador do Riacho Doce, conselheiro do CCP, mar. de 2006).

Neste ponto, é possível discernir sobre as razões da não mobilização dos moradores do Riacho Doce após as modificações negativas implementadas pela nova administração municipal, que assumiu em 2005. Contudo, houve também limites na capacidade de atuação dos moradores como co-gestores da cidade.

Este tipo de exercício de poder popular na tomada de decisão depende de uma virtuosidade social que não condiz com a realidade dos espaços urbanos, repletos de conflitos e intolerâncias. Para Habermas (1995), o Estado ainda está preso à pressão e às demandas dos grupos sociais com maior poder de barganha política.

⁶² Maria C. Zaidan Oliveira e Sandra H. Ikikame Oliveira arquitetas e urbanistas, tendo ambas atuado como técnicas do PDL, durante o período de 2001 a 2004.

Acrescenta-se que a ausência de um debate mais profundo sobre os processos e as estruturas que causam as desigualdades na cidade, prejudica a consolidação de espaços públicos de negociação. A justiça social, assim como a noção de democracia participativa, ainda está presa à racionalidade capitalista, cuja lógica não parece oportuna para estabelecer um acesso equitativo e justo das tomadas de decisão.

Nesse sentido, é preciso citar outros tipos de “entraves” a serem superados dentro do contexto urbano. Algumas vezes, argumentos teóricos contestadores dos instrumentos democráticos e participativos escamoteiam interesses de grupos bem definidos. Estes estão ligados à manipulação do senso comum, através de uma propaganda ideológica que algumas vezes repercute nos próprios técnicos e nos pesquisadores.

Aos moradores do Riacho Doce faltou uma mobilização maior para reivindicar a institucionalização de todas as linhas de trabalho assumidas no PDL. O ativismo local, tão presente na luta pelo direito à moradia, não se fortaleceu com a possibilidade de gerir os serviços públicos na ocupação. Neste aspecto, sem a participação efetiva dos atores sociais locais não há uma mudança nesse quadro.

A estratégia baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma. Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de por fim a uma segregação dirigida especialmente contra ela (...) Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas sem ela nada é possível. (LEFEBVRE, 1991, p.112)

Uma outra questão importante a ser reconhecida é a limitação que a ação de um planejamento local tem no sentido de promover um processo de desenvolvimento de forma endógena. Em outras palavras, os problemas das ocupações não se resolvem apenas no local, é preciso pensar nas estruturas macro. É o caso de se destacar que, assim como tinha ocorrido no PRUBT, as normas e as exigências do programa HBB, que segue uma linha de raciocínio ligada ao planejamento estratégico, bem como as interpretações distintas dessas normas pelos diversos atores envolvidos, repercutiram no processo de execução.

Mas, não podíamos fazer muita coisa, porque se não fizessemos como estava no manual o recurso não vinha, havia imposições. Por exemplo, sugerimos que as casas fossem de madeira já que para a Amazônia é mais barato, a caixa não aceitou. Havia a questão do tamanho das casas, não podiam ser maiores do que propunham. Tinha as contradições dos manuais, tanto da caixa, quanto do BID⁶³ (Entrevista com uma arquiteta da equipe física, novembro de 2005)

⁶³ Fica evidente o poder de veto da agência de financiamento do projeto, o que descaracteriza a possibilidade de desenvolvimento endógeno dentro de políticas dependentes economicamente dessas organizações internacionais.

A ordem distante é, neste caso, materializada por essas normas e coerções das agências de financiamento e de controle do PDL. Como foi visto anteriormente, Braga (1999) considera uma ilusão vender a idéia de desenvolvimento micro diante de uma realidade dominada por representação mundial: do mercado.

Trata-se, então, de criar um desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, sistêmico, que procure a redefinição da noção de solidariedade e de integração através da cooperação entre as localidades e destas com o global.

Todavia, é necessário ter cuidado com a perspectiva de solidariedade local. Segundo Braga (2001), solidariedade pressupõe universalização, o que torna difícil sua realização de forma localizada. A exposição de uma imagem de solidariedade entre os agentes sociais do Riacho Doce pode estimular um sentimento de fragmentação espacial, distorcendo as diretrizes do PDL.

Já os obstáculos institucionais, indicam que ainda faltam alguns ajustes para respaldar a gestão participativa, que passa pela institucionalização do PDU de Belém e pela valorização do poder legislativo. E finalmente, o sócio-político, que envolve a formação de determinados enclaves territoriais,⁶⁴ produto da própria realidade injusta das cidades brasileiras.

Por fim, é preciso reafirmar que o reducionismo próprio do conceito de local pode diminuir as possibilidades de incorporação do espaço social no processo de desenvolvimento.

A grande questão que se coloca aqui é perceber como a lógica que existe por trás das propostas de desenvolvimento local pode mudar o caráter das políticas delas derivadas. Se a lógica preponderante é de solidariedade, a participação e a gestão local saem fortalecidas, preservando seu conteúdo de cidadania e equidade. Entretanto, quando é preponderante uma lógica individualista concorrencial de mercado, há o risco de se transformar a participação em estratégias de legitimação dos interesses dominantes, descentralização em fragmentação e de não se definir como uma das características do desenvolvimento de inclusão social. (BRAGA, 1999, p.2)

⁶⁴Souza (2002) cita como exemplo de enclave territorial a dominação dos traficantes de drogas exercem nas favelas do Rio de Janeiro, regulando a circulação de pessoas e de produtos, dificultando a ação do poder público na área.

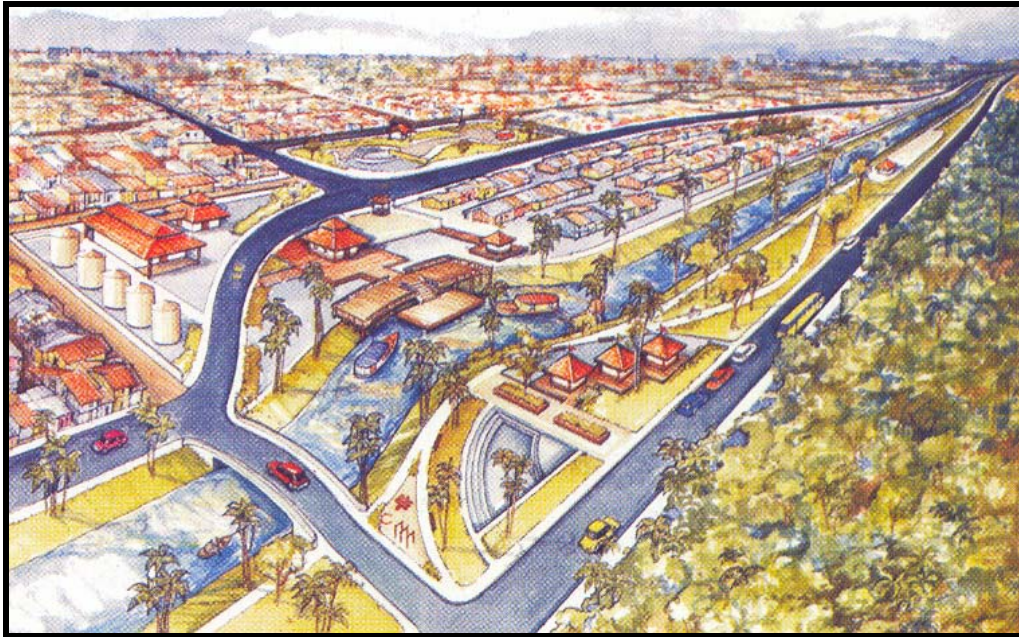


Figura 7: Projeção geral mostrando o espaço concebido para o Riacho Doce
Fonte: Belém, (2001a)



Foto 23: Imagem aérea do Riacho Doce
Perspectiva do vivido pelos moradores da área
Fonte: Belém, (2001c)

Diante disso, não se trata somente de se potencializar as experiências e/ou vivências dos moradores de cada local. Em que pese o reconhecimento das representações simbólicas, existe a necessidade de introduzir as reais dimensões sócio-espaciais envolvidas ao próprio conceito de desenvolvimento.

No entanto, é preciso auferir que, assim como o espaço, os padrões institucionais e as ações da sociedade também são criações sociais; logo, são sujeitos a rupturas, através de insurreições no uso. Portanto, o PDL tem um último mérito de ser uma fonte de aprendizado concreta para a efetivação de políticas urbanas públicas democráticas e participativas em Belém.

4.3 Possibilidades de aprendizado a partir de uma experiência concreta

A (re) apropriação da cidade passa necessariamente pela mudança no paradigma da noção de desenvolvimento urbano. Nestes termos, a idéia é tornar o espaço social em um outro elemento associado ao desenvolvimento, traduzido nas vivências e experiências do cotidiano de cada lugar.

O direito à cidade, então, é visto como um direito inalienável à vida, pela valorização da obra e do uso. Isto só é exequível através da construção de uma política urbana mais voltada para o cotidiano. Assim, seria necessário redefinir os instrumentos, pressupondo uma realimentação incessante entre os conceitos utilizados e as observações empíricas, capazes de introduzir a utopia urbana⁶⁵

A melhoria da qualidade de vida, para Souza (2002), só é alcançada quando há plena satisfação das necessidades básicas do indivíduo, tanto as concretas como as subjetivas, ou seja, estas não se limitam ao direito de comer, habitar e trabalhar, mas abrange o lazer, o encontro e o conflito, enfim, o direito à cidade. Daí a insuficiência da visão “mercadológica”, que trabalha com necessidades palpáveis ou estranhas ao vivido.

A experiência do PDL do Riacho Doce caminha para a incorporação do vivido e o amadurecimento da cidadania. Todavia, é indispensável reconhecer que a participação plena não se refere apenas aos problemas imediatos referentes à implementação e à aceitação de um projeto.

⁶⁵ Aqui entendido como algo ainda não realizado, mas com possibilidades concretas e teóricas bem definidas

Os agentes sociais precisam de autonomia e de liberdade de expressão, no sentido de que se apropriem das representações mentais entorno da (re) produção do seu espaço e de sua vida na cidade. Para Souza (2002), o desenvolvimento sócio-espacial autônomo depende respectivamente do grau de compreensão que uma pessoa tem de si mesmo, da capacidade psicológica para escolher opções para si mesmo e das oportunidades objetivas para formular estas opções.

Nestes termos, a aceção de justiça social, por sua vez, abarca múltiplos entendimentos, que podem ser complementares ou paradoxais entre si, dependendo do parâmetro do que é justo ou não. Castoriadis (apud SOUZA, 2002) ensina que uma sociedade justa não é aquela que adotou leis supostamente iguais para sempre, mas é aquela cujas leis estão constantemente sendo questionadas pela sociedade.

No PDL, a idéia de justiça social da cidade não adquire uma postura operacional e radical dentro do pensamento reformista, capaz de contrapor-se à força política da lógica hegemônica. A idéia de modernização a partir de uma injustiça social atenuada como pauta de um desenvolvimento local, não permite que as representações sociais implementadas no espaço dos moradores assumam um papel de destaque.

Nesta aceção, a idéia de justiça social torna-se complexa devido às suas múltiplas definições, que podem ser complementares ou paradoxais entre si. Inicialmente, a questão é definir parâmetros de justiça em relação ao que ou a quem. Ao invés do caráter simplista e homogêneo de dar oportunidades iguais para todos, como se todos os indivíduos tivessem as mesmas necessidades.

As estratégias de ação devem está pautadas no acesso igualitário aos instrumentos de tomadas de decisão, baseados no fortalecimento de uma democracia participativa. Em outras palavras, para incorporação das representações sociais seria preciso que as instituições garantam, de fato, os elementos de gestão compartilhada, cujas regras estivessem ligadas à autonomia individual e coletiva de participação dos atores sociais.

Autonomia individual diz respeito à aptidão de cada sujeito de estabelecer objetivos para si próprio com clareza, persegui-los com a máxima liberdade cabível para raciocinar criticamente sobre a sua situação e sobre os elementos de que dispõe. Pressupõe não apenas condições adequadas, sob ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garanta uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos, incluindo igualdade nas condições materiais e de informações confiáveis (SOUZA, 2002).

A autonomia coletiva depende de uma série de variáveis concretas e subjetivas. Os instrumentos participativos precisam garantir a justiça, a liberdade e a possibilidade crítica (SOUZA, 2002). Em outras palavras, opressões ideológicas do tipo de “cima para baixo” ou de “fora para dentro” não são toleráveis, bem como mitos e crenças “teológicas”, que transferem para o plano metafísico a responsabilidade pela realidade sócio-espacial.

Desta forma, a liberdade individual e a igualdade no plano coletivo são perfeitamente conciliáveis, embora independentes, dentro de um desenvolvimento sócio-espacial autônomo (SOUZA, 2002). Duas facetas da dimensão espacial da sociedade ostentam uma importância particularmente relevante dentro desta noção de desenvolvimento sócio-espacial autônomo: o território e o lugar.

O termo território designa, como categoria de análise na Geografia, a idéia de recorte espacial, mas não qualquer recorte, e sim espaços definidos pelas relações de poder, operando como um substrato referencial. Assim, o território⁶⁶ não é um simples espaço físico ou tangível, mas uma espécie de “campo de força” apropriado ou controlado por indivíduos específicos.

O vocábulo “lugar” assume um sentido diferente do apresentado pela noção de “local”. Lugar é um espaço socialmente construído, intersubjetivamente, dotado de uma individualidade própria, operando como referencial para percepção de identidades e, freqüentemente, para identificação de representações. Destarte, o lugar redefine o mundo a partir das diferenças e das individualidades, obra de uma experiência imediata e criativa dos seus moradores.

No mesmo sentido, o uso do lugar permite entender a produção do espaço social local sob a perspectiva global, ou seja, identificando, ao mesmo tempo, o uso e o consumo, o viver e o habitar, a apropriação e a propriedade do solo, expondo pressões que se exercem em todos os níveis (CARLOS, 1996). Afinal, o lugar é uma construção social e deve ser apreendido não só através de sua localização, mas pelos processos específicos contidos e expressos no sistema global.

Em busca de uma coerência em torno do conceito de lugar, Ferreira (2000) indica que este não deve ser limitado ao estudo do específico e do singular, mas englobar estas experiências individuais ao processo coletivo e dos discursos globais. Em síntese, o lugar

⁶⁶ A partir desta concepção de território é possível identificar como as divisões territoriais são geradas, negociadas e atualizadas dentro do jogo político e social, fundamental, por exemplo, para condicionar e orientar a participação dos moradores na gestão pública.

não é uma comunidade ou uma localidade específica, mas o sítio de “identidades significativas” e de “atividade imediata”, isto é, não é fisicamente delimitado.

Trata-se, então, de uma concepção fundamental para abarcar a legitimidade da mobilização social e até que ponto os recortes territoriais, impostos ou não pelo poder público, espelham o sentimento de pertencer a um espaço. Diante disso, o emprego do conceito de lugar consente uma verossimilhança maior para a idéia de desenvolvimento humano pleno, de acordo com as experiências e vivências próprias de cada espaço social.

O termo lugar tem se apresentado como uma definição capaz de ampliar as possibilidades de apreensão de um mundo cada vez mais fragmentado. O cotidiano é fruto das formas naturais, artificiais e das relações sociais. Diante disso, o lugar permite pensar a articulação local com o espaço urbano, visto que o processo de produção do espaço é, também, o de reprodução da vida humana.

Com base neste pressuposto, o espaço social pode e deve ter o seu próprio modelo de desenvolvimento, não no sentido de se potencializar vantagens, mas estabelecendo a partir da noção de que o lugar está entre a opressão da nova ordem global e o processo de produção social do espaço, uma dinâmica de crescimento equitativa e solidária entre os espaços em busca de uma (re) apropriação da cidade pelo homem.

L'espace (social) est un produit (social). Cette proposition paraît proche de la tautologie, donc de l'evidence. Pourtant, il y a lieu de l'examiner de près, d'envisager ses implications et ses consequences avant de l'accepter. (...) D'autant que l'espace ainsi produit sert aussi d'instrument à la pensée comme à l'action, qu'il est, em même temps, qu'un moyen de production, un moyen de contrôle donc de domination e puissance- mais, qu'il échappe partiellement, en tant que, tel, à ceux qui s'en servent⁶⁷ (LEFEBVRE, 1974, p.34).

Neste aspecto, a proposta do PDL do Riacho Doce pretendia potencializar as práticas sócio-espaciais já estabelecidas no cotidiano, como forma de consolidar um planejamento alternativo para Belém.

A realização da experiência de construção de um Plano de Desenvolvimento construído socialmente, representa a possibilidade real de potencialização das forças políticas necessárias à consolidação da nova matriz de planejamento que está sendo proposta: o de inclusão de agentes sociais e espaços da cidade, que ao contrário de

⁶⁷ O espaço (social) é um produto (social). Esta proposição parece próxima da tautologia, logo da evidência. Portanto, é preciso examiná-la de perto, encarar suas implicações e suas conseqüências antes de aceitá-la (...) Tanto que o espaço assim produzido serve também de instrumento do pensamento e da ação, ao mesmo tempo, que um modo de produção, um modo de controle logo de dominação e poder, mas que escapa parcialmente, na qualidade tal, daqueles que se servem deste.

serem tratados a parte (ou como anomalias), sejam reconhecidas como parte constitutivas da identidade da cidade e possuidoras de histórias e de auto-consciência. (BELÉM, 2001a, p.16)

Na Amazônia, o desenvolvimento a partir do lugar é uma possibilidade real, uma vez que as cidades da região se mostram cheias de identidades, capazes de configurar distintas territorialidades. Ribeirinhos, nordestinos, indígenas e caboclos trazem culturas, representações e temporalidades diferentes, construindo práticas sócio-espaciais que muitas vezes divergem da racionalidade do capital.

Na ocupação do Riacho Doce, a procedência não urbana de grande parte de seus moradores reforça a disseminação não somente das experiências adquiridas, mas também define uma forma diferente de viver no espaço urbano, embora sempre esteja vinculado à dinâmica da vida cotidiana no mundo moderno.

Assim, a conformação do Riacho Doce como lugar está nas atividades que amenizam as dificuldades impostas pela lógica da metrópole. A própria ocupação é uma estratégia de sobrevivência na cidade. Neste sentido, o Riacho Doce é um lugar de residência e de resistência dos excluídos.

A sociedade urbana que, hoje, se reproduz em parte de modo real e concreto, em parte virtual e possível, constitui-se enquanto mundialidade, apresentando tendência à homogeneidade ao mesmo tempo em que permite a diferenciação. O lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta no horizonte. É a partir daí que descerra a perspectiva da análise do lugar é também um processo de reprodução da vida humana. (CARLOS, 1996, p.15)

Neste ponto, o lugar é um contraponto ao espaço-mercadoria, visto que seu cotidiano, aparentemente banal, faz com que o indivíduo se aproprie do espaço; embora a coação do capitalismo esteja presente (TRINDADE JR., 1999). Portanto, o lugar não é só um fenômeno a ser explicado na ampla estrutura do espaço, é uma realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significados.

A partir desse discernimento, o desenvolvimento local implementado no Riacho Doce, de 2001 a 2004, pretendeu redimensionar as políticas públicas urbanas, buscando na ordem próxima elementos para consubstanciar um compromisso de atender às demandas dos moradores envolvidos. O desafio está intrinsecamente ligado ao objetivo de incorporar o lugar contrariando às próprias orientações de uma estrutura hegemônica.

Por isso, é preciso assumir um compromisso de desenvolvimento urbano ainda mais audaz, corroborado pela ideia do direito à cidade de Lefebvre (1991). A valorização e o

reconhecimento das especificidades de cada lugar, como condição e meio de um desenvolvimento humano equitativo, justo e prazeroso dentro de Belém.

Enfim, não se estabelece apenas um debate teórico-conceitual entre o desenvolvimento local reformista do Riacho Doce e o desenvolvimento a partir das acepções de lugar, mas tenta-se institucionalizar um modelo de produção social do espaço urbano, que traga para o espaço concebido aspectos singulares e diferenciados do espaço vivido para a construção de um desenvolvimento urbano alternativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção do poder público nas ocupações urbanas traz a materialização dos anseios de inúmeras famílias, por longo tempo carentes de infra-estrutura urbana. Esta mesma ação pode criar novas expectativas econômicas, sociais e espaciais para a área, que, no final, nem sempre são sinônimos de uma mudança positiva para a maioria.

A concepção de desenvolvimento local implementada na experiência do Riacho Doce buscou uma reorientação para as políticas urbanas em Belém, unindo as idéias de sustentabilidade cultural, política, ambiental e econômica como objetivos. Assim, não existiu um parâmetro exclusivo, e sim um conjunto de modelos que vão desde uma estratégia competitiva até o de cunho reformista e solidário.

Deste modo, o PDL do Riacho possibilitou, de fato, no contexto das intervenções urbanas recentes em Belém, uma inovação positiva em direção ao planejamento e à gestão democrática e participativa. No entanto, assim como a combinação de diversas propostas de desenvolvimento local/urbano potencializou o PDL, este acabou reproduzindo algumas das limitações de cada uma delas.

O desenvolvimento sócio-espacial é apontado por Souza (2002) como uma alternativa de mudança, tanto no âmbito social quanto no espaço; porém para que este modelo se materialize, é preciso uma melhoria na qualidade de vida e na justiça social. Na prática, isto depende da autonomia e da capacidade do morador estabelecer metas e do grau de liberdade dos instrumentos participativos.

Esta opinião converge para aquela assumida pelo então prefeito de Belém Edmilson Rodrigues, quando este analisa a organização social da cidade nas últimas décadas. O autor afirma a importância de se discutir mecanismos de pressão e controle popular para o êxito social da intervenção pública (RODRIGUES, 1996).

Contudo, se o Estado ou o mercado assumem direta ou indiretamente as rédeas da intervenção, há uma grande possibilidade de que este seja apartado dos moradores locais, causando novas desigualdades sócio-espaciais (RODRIGUES, 1996). Em suma, a autonomia e a liberdade da participação popular revela o quanto o planejamento e a gestão resgatam os interesses próprios dos moradores atingidos.

Neste caso, a questão perpassa pela inclusão do lugar, e tudo que este representa para o morador e suas relações dentro da ocupação urbana. O Riacho Doce, visto como um lugar apresenta resíduos de temporalidades outras que coexistem com o moderno, permitindo a visualização das resistências de determinados usos e conteúdos não capitalistas.

Dessa forma, a ocupação urbana do Riacho Doce tem em seu cotidiano comportamentos diferenciados, produto das experiências e vivências destas famílias. Logo, o PDL teve a oportunidade de incorporar o espaço vivido por meio das representações sociais do lugar, definindo um desenvolvimento cada vez mais humano e equitativo.

Com efeito, este trabalho busca rever a contribuição teórica e conceitual da teoria social e crítica em relação ao espaço, e ao planejamento e desenvolvimento urbano. Nesta acepção, a relação do indivíduo com o seu meio tem que levar em consideração o vivido, o uso, enfim, o lugar tem que ser (re) apropriado por todos aqueles que estudam o espaço social.

Contrapõe-se, desta maneira, ao espaço abstrato, afastado da realidade, concebido com objetivo único de padronizar e regular o cotidiano das cidades. Daí, a importância teórica de ensinamentos como o de Lefebvre, que tratou sobre o tema em diversas obras, buscando no direito à cidade, o direito à liberdade, à individualidade, ao conflito, à solidariedade, ao lazer, enfim à vida.

Mais do que uma inquietação teórica ou um exercício de crítica, buscou-se aqui avaliar a intervenção do Riacho Doce, no período do governo da FBP, como uma experiência que se constitui inegavelmente uma primeira grande conquista em relação à concepção e prática de planejamento e gestão democrática em Belém.

Trata-se de um instrumento que pode corroborar de forma efetiva para a materialização de um desenvolvimento urbano alternativo. O desafio está em executar ações que possam considerar as redes de ação entorno do espaço, assegurando que a maioria possa participar efetivamente do processo de decisões.

Entretanto, as alterações na execução do PDL engendradas pela nova administração municipal de Belém em 2005, mostram que a institucionalização de políticas alternativas para a cidade ainda fraqueja diante de uma racionalidade abstrata dos técnicos, enquanto que a ausência de autonomia e de liberdade nos mecanismos de participação não despertou uma “cidadania ativa” entre os moradores do Riacho Doce.

A partir dessa experiência, pode-se afirmar que se torna necessário (re) pensar os mecanismos de participação popular no lugar para que possa abrir uma oportunidade para que os moradores retomem a direção do seu próprio desenvolvimento. Constroe-se, assim, uma proposta mais justa, mesmo no âmbito de uma sociedade capitalista, cada vez mais contraditória e excludente.

É o caso de pensar em uma política de desenvolvimento urbano que (re) aproxime definitivamente as vivências e as experiências singulares a cada lugar, e que o morador envolvido, por sua vez, tenha a liberdade e a autonomia de desempenhar o seu papel de gestor, possibilitando uma nova forma de organização espacial no contexto urbano, beneficiando a sociedade como um todo.

Enfim, o desenvolvimento do lugar não significa somente uma mera retórica conceitual, que se contrapõe aos diversos modelos de desenvolvimento local. O lugar é um contraponto ao espaço padronizado, e, como tal, torna-se imprescindível para combater o repetitivo e o homogêneo.

Portanto, é imprescindível que as diversas expressões de resistências, cristalizadas no cotidiano desses lugares, sejam valorizadas e potencializadas pela intervenção pública. Podem não representar uma transformação imediata no sistema como um todo, entretanto, através dos elementos destes universos singulares, articulados à totalidade, é que podemos apreender os tempos e os espaços, refazendo, a cada momento, os caminhos aparentemente já definidos pela história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, Auriléia Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988.

ACEVEDO, Rosa; CHAVES, Ernani. Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura amazônica. *Papers do NAEA* n 56, 1996.

ACSERALD, Henri. Território e poder, a política das escalas. In: FISCHER, Tânia (org) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**. Marcos teóricos e avaliação. Rio de Janeiro, DP & A, 2001. p 33-44

AZEVEDO, Neide. Plano diretor de Belém e participação popular. Monografia de especialização CIPCTAM/NAEA/UFPA. Belém, 1997.

BARBOSA, Maria José de Souza et al. Estudo de caso: Urbanização do igarapé do Tucunduba, gestão dos rios urbanos Belém-PA. Belém: UFPA/CSE, 2003.

BARDIN, Laurence. **L' analyse de contenu**. Paris: Presse universitaire de France, 1977.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. Descritivo técnico e justificativa do projeto Tucunduba. Secretária de Saneamento do Município, Belém, 2000.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 1: Concepção geral. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Belém, 2001a.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 2: Dominial (regularização fundiária). Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Belém, 2001b.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 3: Caracterização ambiental. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Belém, 2001c.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 4: Trabalho de participação comunitária. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Belém, 2001d.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 5: Urbanístico, engenharia e anexos. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Belém, 2001e.

BORGES, Maria Vitória paracmpo. Cidadania e Direito de morar: a prática de ocupações coletivas e movimento de posseiros de "Jaderlândia"- Ananindeua-Pará. Belém, Dissertação de mestrado PLADES\NAEA, 1992.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

BRAGA, Tânia M. Desenvolvimento local endógeno e suas implicações na formulação de políticas municipais: Descentralização/ Participação ou Fragmentação/Estratégias de legitimação. Porto Alegre: ANPUR, 1999.

BRAGA, Tânia M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Nº 5 nov.2001.

CAÑETE, Voyner Ravena. Estudo do impacto socioeconômico em áreas de atuação da SESAN -drenagem do canal do Tucunduba. Prefeitura Municipal de Belém/ Secretaria Municipal de Saneamento, Belém, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da metrópole** São Paulo: contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**. São Paulo: contexto, 2004.

CARREIRAS, Carles. Da cidade industrial à cidade dos consumidores reflexões teóricas para debater In: CARLOS, Ana Fani; CARREIRAS, Carles. **Urbanização e mundialização**. Estudos sobre a metrópole. São Paulo: contexto, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: vol. 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COCCO, Giuseppe (org) **A cidade estratégica** Nova retórica e velhas práticas no planejamento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

COELHO, Maria Célia N. Impactos ambientais em áreas urbanas- Teroias, Conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio José T.; CUNHA, Sandra Baptista. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORREA, Antonio José Lamarão. O espaço das ilusões: Planos compreensivos e planejamento urbano na região metropolitana de Belém. Dissertação de Mestrado do curso internacional de planejamento do desenvolvimento do NAEA/UFPA, Belém. 1989.

CORREA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações In: SANTOS, Milton (org) **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 25-33

COSTA, Solange M. Gayoso da. Razões ou ilusões de estabilidade: representações e referências imaginárias sobre a habitação na “ocupação espontânea” Riacho Doce-Belém-Pará Dissertação de mestrado do departamento de Sociologia CFCH/UFPA, Belém, 2002.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. **O espaço no fim do século**. A nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

DANIEL, Celso. Governo local e reforma urbana num quadro de crise estrutural. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. **Globalização fragmentação e reforma urbana**. O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, S. **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UNB\ENAP, 1997. p.19-51.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org) **A aventura antropológica teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FERREIRA, Carmena F. Produção do Espaço Urbano e Degradação Ambiental: Um Estudo sobre a várzea do Tucunduba. Belém – Pará. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia – FFCH/ USP, São Paulo, 1995.

FERREIRA, Luis Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista.Território*, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 65-83, jul/dez 2000.

FRANCO, Augusto di. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Ed. Millennium, 2000.

FREY, Klaus. Crise do Estado e Estilos de gestão municipal. *Revista Lua Nova* nº 37 p.107-138, 1996.

GENTIL Janete Marília Lobato. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém-médio amazonas. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1983.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOHN, Maria da Glória. O papel dos movimentos sociais para o avanço teórico da questão urbana e regional. In: PAVIANI, Aldo. **A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional**. Brasília: Ed. UNB, 1993. p. 33-52.

GOMES, Paulo César. **A condição urbana**. Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GRAZIA, Grazia de. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, Luiz C. Q.; CARDOSO, Adauto L. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003, p. 53-70.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova* n° 36 p 39-54, 1995.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*. São Paulo, n. 39, 1996.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Ed anthropes, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Espace et politique**. Le droit a la ville II. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LENCIONI, Sandra. Introdução a um novo desafio: gestão democrática na cidade. In: CARLOS, Ana Fani; OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Geografias de São Paulo** Representação e crítica da metrópole. São Paulo: contexto, 2004. p.337-342.

LIMONAD, Ester; RANDOLPH, Rainer. Cidade e lugar. Sua representação e apropriação ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. N° 5, 2001.

LIMONAD, Éster & LIMA, Ivaldo G. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. (X encontro anual da ANPUR) Belo Horizonte, 2003.

LIMA, José Júlio F. Ordenamento territorial e os serviços de infra-estrutura na região metropolitana de Belém. In: PERREIRA, José Almir (org). **Saneamento ambiental em áreas urbanas: esgotamento sanitário na região metropolitana de Belém**. Belém: NUMA/UFPA/EDUFPA, 2003.

MAGALHÃES, Inês et al. (orgs) **Governo e cidadania**. Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, Otília et al. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

MARINI, Luciano. A luta contra os deuses. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996

MARQUES, Maria Amélia da Silva P. Planejamento e gestão urbana no município de Belém (1997-2000): Práticas e representações sobre a política de saneamento ambiental a partir da experiência de intervenção na bacia do Tucunduba. Dissertação de Mestrado. NAEA/UFPA. Belém, 2001.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre . In: MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.p. 13-24.

MARTINS, Maria Lúcia R. **Os desafios da gestão municipal democrática. Belém 1997-2000**. Desenhando a cidade do terceiro milênio. São Paulo: Polis, 2000.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATUS, Carlos. **Adeus senhor presidente**. Planejamento, antiplanejamento e Governo. Recife: Litteris, 1989.

MELLO, João Baptista F. de. Geografia Humanística: A perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. *Revista Brasileira de Geografia* nº 52 out/dez. IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

MENEZES, Antonio J. Elias Amorim et al. Agricultor familiar: impactos da mudança para a cidade. Trabalho de mestrado do Núcleo de Estudos Intergrados sobre Agricultura Familiar NEIAF/UFPA. 2000.

MITSCHEIN, Thomas. **A urbanização selvagem e proletarização passiva na Amazônia**: o caso de Belém. Belém: CEJUP, 1989.

MOURA, Aldebaran do Socorro Farias. Democracia participativa no município de Belém: uma análise do Orçamento Participativo (1997-2000). Dissertação de mestrado. Departamento de Serviço Social/ UNB, Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. Produção e apropriação do espaço urbano: A verticalização em Belém. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, FFCLH/USP. São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Maria Claudia Zaidan de; OLIVEIRA, Sandra Ikikame de. Entraves e obstáculos acerca da implantação urbanística: a experiência do Plano de Desenvolvimento Local do Riacho Doce e Pantanal. Trabalho de conclusão de curso. CA/UFPA, 2004.

PERREIRA, José Carlos M. ZEIS: instrumento democrático de uso e ocupação do solo na bacia do Una em Belém. Monografia de especialização FIPAM/NAEA, Belém, 1999.

PORTELA, Roselene de Souza. Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas: a experiência do projeto de macrodrenagem da bacia do Una (Belém-PA) Dissertação de mestrado PLADES\NAEA, Belém, 2005.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. MetrÓpole e pesquisa: os desafios contemporâneos. In: PAVIANI, Aldo (org) **A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

RIBEIRO Luis César; CARDOSO, Adauto (Ogs). **Reforma urbana e gestão democrática:** promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003.

RODRIGUES, Arlete M. Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais. In: RODRIGUES, Arlete M. **Movimentos sociais.** Campinas: IFCH\UNICAMP, 1993.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana.** Urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Os desafios metropolitanos.** Reflexões sobre desenvolvimento para Belém. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Luzes na floresta.** A experiência democrática e popular em Belém (1997-2000). Belém: Labor, 2001.

RODRIGUES, Edmilson; NOVAES, Jurandir. Gestão Participativa: uma nova cultura política da cidade? In: NETO et alli. **Políticas públicas e gestão local.** Belém: FASE/UFPA, 2004.

RODRIGUES, Olinda. Experiência de gestão participativa na cidade: um olhar sobre o Congresso da cidade. In: NETO et al. **Políticas públicas e gestão local.** Belém: FASE\UFPA, 2004.

SANCHES, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma releitura crítica dos modelos emergentes. Rio de Janeiro: IPPUR, 1999.

SANCHES, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Rev. Sociol. Polit.* [on line]. jun. 2001, no.16. Acessado em 29 Março de 2004, p.31-49.

SANCHEZ, J.E. As ambigüidades da divisão territorial: desenvolvimento harmônico ou exclusão dos circuitos produtivos. IN: BECKER, B. MIRANDA, M. (orgs). **A Geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997. P.335-360.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A trágica condição da política social In: Santos Wanderley Guilherme dos (org) **Políticas públicas e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Reforma urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades**. Rio de Janeiro: FASE, 1996.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local: Dilemas da reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2001.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia. Boletim Paulista de Geografia, nº 74, 1995.

SILVA, Ana Maria. A participação social no Plano de Desenvolvimento Local do Riacho Doce e Pantanal. Monografia de conclusão de curso CSS\UFPA, Belém, 2003.

SILVA, Marcos A P & SOUZA, Charles B G. O plano diretor como instrumento para outra reinvenção das cidades. (Artigo apresentado como avaliação final da disciplina: Organização e gestão do espaço urbano do departamento de Geografia) Belém, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOJA, Edward. **Thirdspace. Journeys to Los Angeles and other real-and images places**. Los Angeles: Blackwell publishers, 1996.

SOUZA, Charles B Gemaque. Gestão Urbana no Lugar: Uma interpretação da intervenção municipal no Riacho Doce, Belém-PA. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. CFCH/UFPA, Belém, 2001.

SOUZA, Charles B Gemaque. Desenvolvimento local e (re) apropriação da cidade: reflexões sobre o PDL Riacho Doce. Monografia de especialização FIPAM/NAEA, 2003.

SOUZA, Jessé. **A construção social da sub-cidadania: para uma sociologia política da modernização periférica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito” problema. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano III, nº 5, p. 5-29. Jul/dez. 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glaucio. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Espaços e debates*. São Paulo, v.24, nº45, jan-jun 2004.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. Planos diretores como instrumentos de reforma urbana: potencialidades e limites. O exemplo do plano diretor de Belém. Recife, ANPUR, 1997.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. NAEA/ UFPA, Belém, 1997.

TRINDADE JR, Saint Clair da. A cidade dispersa: Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. Tese de doutorado de Geografia Humana. FFLCH/ USP. São Paulo. 1998.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Belém: Forma metropolitana e cotidianidade na Amazônia brasileira. *Revista Humanitas*. CFCH/UFPA. Volume 15. Nº 2. p.143-158, Belém, 1999.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. *Revista Geografares*. Vitória, v 1, nº 1, jun 2000.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. *Revista cidades*._Presidente Prudente, GEU, v 1, nº 2, p. 241-258, jul-dez 2004.

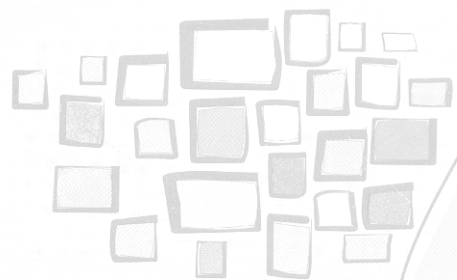
VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, Otília et al. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, CSABA & SCHIFFER (orgs) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999.



PLANO DE DESENVOLVIMENTO

LO



RIACHO DOCE E

PANTAN

